

Jadson Luís Rebelo Porto  
Durbens Martins Nascimento

**INTERAÇÕES FRONTEIRIÇAS NO  
PLATÔ DAS GUIANAS:**  
Novas construções, novas territorialidades

**PUBLIT** SOLUÇÕES  
EDITORIAIS

Copyright © Jadson Luís Rebelo Porto.

Direitos desta edição reservados aos autores. A reprodução total ou parcial desta obra está autorizada somente com a sua citação e créditos aos autores.

Projeto gráfico, editoração eletrônica: Ana Paula Cunha

Editor: André Figueiredo

Capa: Normalização: Adriana Vítor Porto

Bibliotecária: Naucirene Correa Coutinho Figueiredo, Mara Patricia Correa Garcia

Endereço para contatos:

**Jadson Luís Rebelo Porto**

Universidade Federal do Amapá

Campus Universitário de Santana - Curso de Arquitetura e Urbanismo

Rod. Duque de Caxias, 1233 - Fonte Nova - Santana - AP - CEP: 68.950 – 000

Fone: 096- 32821154

Home Page: [www.unifap.br/professor/jadsonporto](http://www.unifap.br/professor/jadsonporto)

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá**

---

Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades / Organização de Jadson Luís Rebelo Porto e Durbens Martins Nascimento. – Macapá: Editora, 2010.

214 p.: il.; 150x210mm (Série Percepções do Amapá, v. 6).

ISBN: 978-85-7773-393-4

1. Amapá - Fronteira. 2. Platô das Guianas - Integração. 3. Amazônia - Integração. I. Porto, Jadson Luís Rebelo, org. II. Nascimento, Durbens Martins, org. III. Título. IV. Série.

CDD: 22.ed. 320.1209811

---

**Índice para Catálogo Sistemático**

1. Amazônia: Relações internacionais 342.0412

2. Amazônia: Geopolítica 320.1

3. Amazônia: Ciência política 320.1209811

**Publit Soluções Editoriais**

Rua Miguel Lemos, 41 sala 605

Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.071-000

Telefone: (21) 2525-3936

E-mail: [editor@publit.com.br](mailto:editor@publit.com.br)

Endereço Eletrônico: [www.publit.com.br](http://www.publit.com.br)

## PREFÁCIO

O livro **“Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades”**, organizado por Jadson Luís Rebelo Porto e Durbens Martins Nascimento, é fruto de diversas pesquisas conduzidas nos grupos de pesquisa “Percepções do Amapá”, “Urbanismo e Arquitetura na Amazônia” da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA); na Universidade das Antilhas e da Guiana, Caiena (Guiana Francesa); na Universidade de los Andes, Venezuela; bem como por pós-graduandos em duas universidades da região Sudeste do Brasil, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Grupo Retis e na Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. O que une onze autores (nove brasileiros, um venezuelano e um franco-guianense) a publicar este livro? Pode-se afirmar que o livro representa um ótimo exemplo de pesquisas contemporâneas em curso sobre regiões de fronteiras internacionais em processos de transfronteirização.

O projeto de pesquisa **“Ajustes espaciais na Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: dos dilemas espaciais à defesa do território”**, que conta com o apoio da CAPES – Edital Pró Defesa - coordenado por Jadson Luís Rebelo Porto (UNIFAP), com a participação do NAEA/UFPA e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através de seu Programa de Pós-Graduação em Geografia, é o eixo aglutinador da publicação dos diversos colaboradores deste livro. O projeto apoiado pela CAPES tem como objetivo geral analisar as dinâmicas espaciais da faixa de fronteira da Amazônia Oriental, mediante as manifestações de sua (des)organização espacial, de seus usos territoriais e de sua defesa. As interações fronteiriças no Platô das Guianas, vasta região natural, localizada ao norte da Planície Ama-

zônica, prolongando-se do Brasil à Venezuela e às Guianas, são tratadas neste livro.

Num cenário de economias desigualmente globalizadas e de processos lentos de constituição de blocos políticos e econômicos regionais entre países igualmente muito desiguais; e a necessidade da ampliação das economias de escala tem conduzido a construção de parcerias estratégicas entre países fronteiriços sul-americanos. A atual conjuntura econômica mundial e macrorregional sul-americana tem imposto mudanças das noções de fronteira, reforçando-se as características fronteiriças como **regiões de transição, de interface e/ ou de comutação** entre países vizinhos. As abordagens nacionalistas e militaristas de fronteira tem perdido sua exclusividade de outrora, ao mesmo tempo em que as regiões de fronteira vem, gradativamente, convertendo-se em **zonas de contato e articulação**. Isto, no entanto, não é uma realidade completa, pois as deficiências crônicas das regiões periféricas e distantes de fronteiras tem apenas muito recentemente entrado na pauta dos debates contemporâneos (inter) nacionais. A aparente neutralização das fronteiras nacionais com o fenômeno da transfronteirização emergente, no entanto, pode trazer riscos às seguranças nacionais dos países da macrorregião sul-americana, principalmente em regiões muito sensíveis como a vasta fronteira amazônica e às demais regiões onde as redes de contrabando e do narcotráfico atuam intensamente.

O fator continentalidade do Brasil não pode ser desprezado na abordagem das regiões de fronteira, pois a fronteira nacional terrestre envolve uma área cerca de duas vezes mais extensa que a banhada pelo Atlântico: são 15.719 quilômetros de fronteira do Brasil com os países vizinhos. Num processo espontâneo de cooperação internacional ao longo das Faixas de Fronteira, tem-se multiplicado as cidades-gêmeas e a atenção sobre elas, a exemplo de **a)** Oiapoque/Estado do Amapá/Brasil & Saint-Georges/Guiana Francesa /França, junto ao rio Oiapoque; **b)** Bonfim / Estado de Roraima /Brasil & Lethem / República Cooperativa da Guiana; junto ao rio Tacutu; **c)** Pacaraima / Estado de Roraima / Brasil & Santa Elena de Uairén / Estado de Bolívar / região Guayana / Venezuela; **d)** Tabatinga / Estado do Amazonas / Brasil & Letícia / Departamento de Amazonas /

Colômbia na fronteira com o Departamento de Loreto na Amazônia peruana, junto ao rio Amazonas; **e**) Assis Brasil / Estado do Acre / Brasil & Iñapari / Departamento de Madre de Dios / Peru & Bolpebra / Departamento de Pando - Bolívia (Tríplice Fronteira Brasil, Bolívia e Peru); **f**) Brasiléia/ Estado do Acre / Brasil & Cobija / capital do Departamento de Pando / Bolívia, junto aos rios Acre e Xapuri; **g**) Guajara-Mirim/ Estado de Rondônia /Brasil & Guayaramerín / Departamento de El Beni / Bolívia, junto ao rio Mamoré, todas localizadas na Amazônia ou no chamado Arco Norte conforme denominação do “Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira” do Ministério da Integração.

No Arco Norte, a BR 174 já constituiu eixo de vertebração do embrionário território de internacionalização ao interligar Manaus – Boa Vista – Caracas (do “Amazonas ao Caribe”). A construção da ponte binacional entre Assis Brasil / Acre, Brasil & Iñapari, Peru; o projeto da ponte Oiapoque (Estado do Amapá, Brasil) & Saint George (Guiana Francesa) dentre outros, são projetos igualmente importantes para a constituição de novos territórios de internacionalização na região e a efetivação das aspirações do Tratado de Cooperação Amazônica. Não obstante, a grande extensão fronteiriça e a desigual distribuição populacional possibilitam a atuação de redes ilegais (tráfico de drogas, abastecimento da guerrilha colombiana, biopirataria, etc) que ainda exigem a atuação do Estado Geopolítico nessa região do país (Projeto Calha Norte, Projeto SIVAM-SIPAM e a Lei do Abate). A época das fronteiras fechadas não acabou, porém, certamente, não se tratam mais das mesmas fronteiras.

Na perspectiva de análise das interações fronteiriças, os sete capítulos deste livro se dedicam às questões centradas em temas como: fronteira e redes na Amazônia; os grandes projetos amazônicos e configuração geográfica do estado do Amapá; o uso político do território e cooperação transfronteiriça Amapá-Guiana Francesa; a emergência do sistema Oyapock-Oiapoque; a condição periférico-estratégica da Amazônia setentrional e a inserção do Amapá na região do Planalto das Guianas; novos aglomerados populacionais na fronteira, às margens do rio Oiapoque como as vilas Brasil e Vitória (Amapá) e, por fim, a análise da vasta região

Guayana (que ocupa 50,6% do território da Venezuela) pela ótica das paisagens e fronteiras.

Durbens Martins Nascimento, Aiala Colares de Oliveira Couto e Aurilene dos Santos Ferreira afirmam, no primeiro capítulo **“Estado, Fronteira e Redes na Amazônia: uma contribuição ao debate”**, que a vulnerabilidade da floresta, a pobreza da população amazônica e a localização próxima aos principais produtores de coca (*Erythroxylon coca*), Bolívia, Colômbia e Peru, colocam a Amazônia na trama das redes internacionais do tráfico de drogas, destacando o papel do Brasil como *locus* de beneficiamento e distribuição de cocaína para a Europa. No capítulo abordam o problema das **áreas de marrons**, onde o crime organizado vem atuando de forma eficaz na articulação em escala global do narcotráfico, ao mesmo tempo em que se aproveita de algumas falhas do Estado para inserir a região na escala regional das atividades ilícitas. Com efeito, propõem o enfoque neoinstitucionalista fundido com o conceito de fronteira transnacional, que é inerente ao espaço social caracterizado como áreas marrons, enquanto arranjo teórico-conceitual, para repensar as questões fronteiriças.

Emmanuel Raimundo Costa Santos, ao tratar no segundo capítulo intitulado **“Grandes projetos amazônicos e configuração geográfica do Amapá”**, aborda a trajetória socioespacial do estado, tendo como ponto de partida a implantação da infra-estrutura proveniente de grandes projetos produtivos e geopolíticos desenvolvidos, em especial, a partir da criação do ex-Território Federal do Amapá, em 1943. Entende Santos que tais sistemas de engenharias promovidos pelo Estado, em parceria com o capital, passaram a legar os primeiros esboços de ordenamento e de modernização imposta a esse território; buscando-o (re)organizar e macroestruturar adequado às exigências do capitalismo em sua dimensão espacial do atual estado do Amapá.

Gutemberg de Vilhena Silva aborda, no terceiro capítulo, o tema **“Interações espaciais Amapá (BR)-Guiana Francesa (FR). Uso político do território e cooperação transfronteiriça”**. Desenvolvendo a análise das interações espaciais - amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço geográfico - entre o Amapá e a

Guiana Francesa, Silva aponta que entre 1900 e 1995 não existiam políticas territoriais entre Brasil e França com repercussão direta na fronteira, a não ser algumas poucas com o intuito de definir limites. A atual relação de aproximação entre o Amapá e a Guiana Francesa, em várias instâncias a qual crescentemente vem envolvendo diferentes atores em várias escalas geográficas, apontam para a aproximação transfronteiriça, que seria o ponto-chave dos “novos” usos do território franco-brasileiro no âmbito da lógica da *fronteira-rede* onde atuam diversos atores em múltiplas escalas.

Gérard Police apresenta no quarto capítulo “**Discours, emergence et deconstruction d’Oyapock-Oiapoque comme systeme global**” o sistema Oyapock. Segundo o autor, as diferentes perspectivas sob as quais os quais os Oyapock-Oiapoque (rio, cidade, região) podem ser abordados levam a tomar em consideração a emergência do que ele chama de “sistema Oiapoque”. Para o autor, se adotar-se a idéia, segundo a qual as políticas fronteiriças mundiais tem sido reformuladas em termos de aberturas econômicas, que facilitam a “livre circulação de pessoas e de bens”, então esta questão na região do Oiapoque seria um fenômeno menor, o que permitiria ocultar as verdadeiras finalidades de reivindicações e dos projetos do Amapá. “Oiapoque é uma ponte, no sentido completo da expressão. E esta ponte simbólica e real tem o risco de desagregar Oyapock, o mundo-rio”, afirma o autor.

Jadson Luís Rebelo Porto no quinto capítulo “**A condição periférico-estratégica da amazônia setentrional: a inserção do Amapá no Platô das Guianas**”, desenvolve uma reflexão sobre as mudanças de enfoques da fronteira da Amazônia setentrional (em especial o caso amapaense). O autor parte da hipótese de que a condição periférico-estratégica amapaense é decorrente das ações de políticas públicas, estimuladas inicialmente pela justificativa da Defesa Nacional e, posteriormente, pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes, mediante os constantes ajustes espaciais, executados e fortalecidos pelo Governo Federal. Dentre uma de suas conclusões, está a de que a atual condição periférico-estratégica da fronteira amapaense apresenta-se como resultado das tensões e contradições, profundamente permeadas por sis-

temas econômicos e redes geográficas das mais variadas. Por um lado, ela é considerada na escala nacional como *periférica*; porém a faixa de fronteira brasileira também é extremamente estratégica, pois além de se articular com dez países sul-americanos, sendo um deles integrante da União Européia (Guiana Francesa), há a atuação de empresas estrangeiras explorando as potencialidades naturais da região.

Manoel de Jesus de Souza Pinto, Betiana de Souza de Oliveira e Christianni Lacy Soares no sexto capítulo tratam dos “**Novos aglomerados populacionais na fronteira: o caso Vila Brasil e Vila Vitória**”. Ambas as vilas, conforme os autores, figuram como exemplos de um fenômeno visível na fronteira entre Amapá e Guiana Francesa, a formação de novos aglomerados populacionais as margens do rio Oiapoque. Estes locais na fronteira configuram para estes trabalhadores uma aproximação real do “sonho guianense”, sonho este que às vezes é interrompido de forma abrupta por uma deportação, uma doença e ou mesmo pela própria perda de trabalho nas principais cidades do Departamento Ultra-Marino Francês. Como atualmente a França tem intensificado a fiscalização para entrada e permanência em seu território, a única solução foi se estabelecer o mais perto possível do Platô das Guianas, juntamente com suas famílias e assim continuar vislumbrando a possibilidade de um posto de trabalho.

No sétimo e último capítulo do livro, Mario Valero Martínez trata de “**Paisajes, territorios y fronteras: la región de Guayana**”. Esta região da Venezuela, segundo o autor, contém extraordinária biodiversidade em sete parques nacionais e monumentos naturais, incluindo o emblemático Parque Nacional Canaima, declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Neste parque, localiza-se o Salto Angel, o mais elevado do mundo, com 979 metros de altura (807 metros de queda sem interrupção), muito apreciado no Brasil por sua beleza cênica. A Região de Guayana está integrada administrativamente pelos estados Amazonas, Bolívar y Delta Amacuro, abarcando 466.288 km<sup>2</sup> de superfície, equivalente a 50,6% do território nacional da Venezuela. Os estados Amazonas e Bolívar são limítrofes dos estados do Amazonas e Roraima no Brasil, respectivamente. O

extenso território de la Región de Guayana, afirma o autor, nos mostra não somente sua pluralidade geo-cultural, ambiental mas, também, uma vasta complexidade espacial de enormes potencialidades fronteiriças que devem ser abordadas em termos *de cooperação transfronteiriça* e mais que espaços em transição, são ao mesmo tempo lugares de encontros interculturais, mobilidades cotidianas e intercâmbios diversos, submetidos a constantes mudanças em suas dinâmicas locais.

Trata-se, como se vê, de um livro com múltiplas abordagens sobre o processo de transfronteirização na Amazônia Oriental; processo este, por sua vez, igualmente composto por múltiplos e diferenciados elementos sócio, políticos, econômicos, ambientais e territoriais, enfim. Não é simples definir o processo de transfronteirização por si só e, no caso do Planalto das Guianas ou na região amazônica é mais complexo ainda, devido às características não apenas *sui generis* da própria região, mas dos problemas que estão relacionados à questão em regiões de alta sensibilidade geopolítica. Ao mesmo tempo em que os estados nacionais da região amazônica – aí incluindo-se o Estado francês - tem adotado progressivos contatos e interações, a atenção permanente e concomitante ao problema da defesa está presente em meio ao crescimento das porosidades transfronteiriças. Tratam-se de desafios analíticos e de políticas públicas territoriais complexas, sem dúvida. Para compartilhar destas questões, convida-se o leitor a examinar o livro que, como acima afirmou-se, é um ótimo exemplo de análise das iniciativas de transfronteirização na Amazônia.

*Prof. Dr. Aldomar A. Riickert*  
*Departamento de Geografia; Programa de Pós-Graduação em*  
*Geografia (POSGEA) e Programa e Planejamento Urbano e*  
*Regional (PROPUR)*  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*  
*Porto Alegre, 27 de agosto de 2010.*



## *Agradecimentos*

*Aos colaboradores desta obra, que concordaram em participar desta  
provocação em estudar a fronteira amazônica;  
A CAPES, pelo financiamento de pesquisas sobre a fronteira  
amazônica, como o edital Pró-Defesa;  
Ao CNPq, Pelos investimentos concedidos às pesquisas desenvolvidas  
no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unifap, seja em bolsas  
(Iniciação científica e mestrado); seja pela aprovação em  
editais (Casadinho),  
Ao Prof. Durbens Nascimento, pela parceria do Observatório de  
Estudos de Defesa da Amazônia (OBED) para a elaboração,  
consolidação e efetivação desta publicação.  
Ao Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal  
do Amapá, pelo seu envolvimento nas pesquisas sobre a fronteira da  
Amazônia setentrional.*



## Sumário

<b>Estado, Fronteira e Redes na Amazônia: uma contribuição ao debate</b> <i>Durbens Martins Nascimento; Aiala Colares de Oliveira Couto; Aurilene dos Santos Ferreira</i> .....	17
<b>Grandes Projetos Amazônicos e configuração Geográfica do Amapá</b> <i>Emmanuel Raimundo Costa Santos</i> .....	45
<b>Interações Espaciais Amapá (BR)-Guiana Francesa (FR): Uso Político do Território e Cooperação Transfronteiriça</b> <i>Gutemberg de Vilbena Silva</i> .....	73
<b>Discours, Emergence et Deconstruction D’oyapock-Oiapoque Comme Systeme Global</b> <i>Gérard Police</i> .....	105
<b>A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas</b> <i>Jadson Luís Rebelo Porto</i> .....	139
<b>Novos aglomerados Populacionais na Fronteira: O Caso Vila Brasil e Vila Vitória</b> <i>Manoel de Jesus de Souza Pinto; Betiana de Souza de Oliveira; Christianni Lacy Soares</i> .....	161
<b>Paisajes, Territorios y Fronteras: La Región de Guayana</b> <i>Mario Valero Martínez</i> .....	185



## SOBRE OS AUTORES

**Jadson Luis Rebelo Porto** - Geógrafo; Doutor em Economia; Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo e Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá; autor do livro “*Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)*” (2003); Coordenador do Projeto Percepções do Amapá.

**Mario Valero Martínez** - Doutor em Geografia. Professor/ Investigador da Universidad de Los Andes – Venezuela. Autor do livro “*Las fronteras como espacios de integración*” (2002).

**Gérard Police** - Doutor em Civilização Brasileira; *Maître de Conférences* na Universidade das Antilhas e da Guiana (UAG); Responsável do Mestrado de Português em Caiena (Guiana Francesa), em parceria com a universidade de Grenoble (França); Integra o Centre de Recherches en Lettres, Langues, et Sciences Humaines da UAG; é autor do livro “*Eudorado: o discurso brasileiro sobre a Guiana Francesa*” (2010).

**Durbens Martins Nascimento** - Cientista Político; Doutor e Professor Adjunto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Programa de Mestrado em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do *Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia* (OBED).

**Manoel de Jesus de Souza Pinto** – Doutor em Ciências Sócioambientais (NAEA/UFPA), docente do curso de Ciências Sociais e do Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá; Coordenador do Grupo de Pesquisa “ Migração, Relações de Trabalho

e Políticas Públicas na Fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa”, vinculado ao MINTEG, e autor do livro “*O Fetiche do Emprego: um estudo sobre a presença de brasileiros na Guiana Francesa*”(2010).

**Gutemberg de Vilhena Silva** - Geógrafo; Pesquisador do Grupo Percepções do Amapá. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ). Vinculado ao Grupo Retis de Pesquisa / UFRJ.

**Emmanuel Raimundo Costa Santos** - Geógrafo; Doutorando em Geografia pela Unesp - Presidente Prudente. Docente do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

**Aiala Colares de Oliveira Couto** - Geógrafo. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA.

**Aurilene dos Santos Ferreira** - Cientista Social. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA.

**Betiana de Souza de Oliveira** - Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá, e mestranda do Programa do Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional – MINTEG/ turma 2009.

**Christianni Lacy Soares** - Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá, e mestranda do Programa do Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional – MINTEG/ turma 2010.

## **Estado, Fronteira e Redes na Amazônia: uma contribuição ao debate<sup>1</sup>**

*Durbens Martins Nascimento*<sup>2</sup>

*Aiala Colares de Oliveira Couto*<sup>3</sup>

*Aurilene dos Santos Ferreira*<sup>4</sup>

### **1 - Considerações Iniciais**

A Amazônia brasileira, região de grande importância pela sua rica biodiversidade e infinidade de recursos que despertam interesses de vários atores sociais, vem, nas últimas décadas, sendo palco de intensos conflitos pelo uso do território, sobretudo em sua imensa fronteira com os países limítrofes, que também possuem em parte de seus territórios parte da Amazônia. A estratégia de defesa nacional com a implantação do Projeto Calha Norte (1986), do Projeto Sivam-Sipam (2001) e a Lei do Abate (2004), não foi suficiente para amenizar esses conflitos e eliminar as atividades ilegais que explodem ao longo da fronteira.

---

<sup>1</sup> Texto elaborado no âmbito do Projeto de pesquisa *Consórcio Forças Armadas Século XXI*, financiado pela CAPES/Ministério da Defesa, e do projeto *Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED)*.

<sup>2</sup> Cientista Político. Doutor e Professor Adjunto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Programa de Mestrado em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente Diretor de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão da mesma IFES.

<sup>3</sup> Geógrafo. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA.

<sup>4</sup> Cientista Social. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA.

O contrabando de ouro e diamante, a biopirataria, a grilagem de terras e o desmatamento ilegal, somados ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro, são hoje atividades que desafiam o poder do Estado-Nação e colocam sob ameaça a soberania brasileira e o controle de fato (e não de direito) da região. As políticas de defesa nacional ainda encontram muitas dificuldades para garantir uma ação mais presente do poder público no que diz respeito ao combate às redes ilegais.

A vulnerabilidade da floresta, a pobreza da população amazônica e a localização próxima aos principais produtores de coca (*Erythroxylon coca*) – Bolívia, Colômbia e Peru – colocam a Amazônia na trama das redes internacionais do tráfico de drogas, destacando o papel do Brasil como local de beneficiamento e distribuição de cocaína para a Europa. Nascimento (2005) refere-se a essas áreas como **marrons**, numa referência a O'Donnel (1993), sendo que nas mesmas, o crime organizado vem atuando de forma eficaz na articulação em escala global do narcotráfico, ao mesmo tempo em que se aproveita de algumas falhas do Estado para inserir tais áreas na escala regional das atividades ilícitas.

Este debate sobre a eficiência das instituições em articular-se em rede na fronteira ao norte do Brasil nos remete aos termos “Estado”, “fronteira” e “redes” numa escala temporal de como surgiram nas Ciências Sociais, tendo origem multidisciplinar, e que tem, conceitualmente, possibilitado um fecundo debate sobre suas significações e implicações para o encaixe em modelos metodológicos e interpretativos em diversas áreas na contemporaneidade. Pesquisas desenvolvidas recentemente (NASCIMENTO, 2005 e 2008; FERREIRA, 2008 e 2010; TRINDADE JUNIOR, 2010; COUTO, 2010; PORTO, 2010) na Amazônia brasileira buscam ampliar a discussão sobre estes conceitos essenciais nas análises, enquadrando-os nos mais diferentes paradigmas científicos.

Nascimento (2005) reconhece a contribuição dos diversos ramos disciplinares para a construção do conceito de fronteira, mas admite os diálogos na tentativa de encontrar uma noção que funde os elementos importantes presentes na Geopolítica, na Geografia, na Antropologia e na Ciência Política. Com efeito, o autor defende a noção de fronteira política ao invés de fronteira, limite, zona de fronteira ou faixa de fronteira. Ferreira (2008)

investe na aplicabilidade do conceito de fronteira política para a compreensão da tradição da Geografia na definição do conceito em estudo nas cidades de Oiapoque-Amapá-Brasil e Saint-George-Departamento Ultramarino da França; ao passo que Couto (2010) aponta a interferência da fronteira na definição das rotas clandestinas para o narcotráfico atuando em rede na Pan-Amazônia. Porto (2010, p.226) sugere “condição fronteiriça” para “expressar a gradação da magnitude do Estado, estimulado pela justificativa da Defesa nacional e pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes...”.

Diante dos fatos apresentados, pergunta-se: como integrar a fronteira econômica com a sociológica, geográfica, política, geopolítica e antropológica? Pode-se associar essa definição do Estado à noção de fronteira política? O neoinstitucionalismo centrado na instituição e seus agentes pode se constituir numa referência para a discussão da presença do Estado numa área de fronteira, extremamente vulnerável do ponto de vista da Defesa e da Segurança ao norte do Brasil? E, finalmente, lembrando um mote dos neoinstitucionalistas: as instituições contam na fronteira minada pelas redes ilegais?

Para apresentar os contornos do debate sobre os referidos conceitos partindo dos estudos produzidos na região que buscam explicar as dificuldades constadas pelas instituições estatais nos marcos da governança brasileira para a Amazônia, indicamos, neste trabalho, que os obstáculos com vistas a integrar os termos Estado, Fronteira e Redes são frequentemente apresentados separadamente em contextos discursivos no quais reside intrinsecamente a necessidade de tensioná-los em constructos teóricos usados na interpretação de informações de campo.

O *paper* está organizado da seguinte forma: além das considerações iniciais, a segunda seção afirma a relevância da instituição para o debate sobre fronteira e redes na Amazônia; na terceira seção discute-se diferentes conceitos de fronteira presentes nas Ciências Sociais. A seção final apresenta uma abordagem teórica sobre os termos identificados sugerindo a continuidade do debate à luz da interdisciplinaridade e da contribuição de O'Donnel (1993).

## **2 - As instituições estatais para a fronteira: a construção de um modelo**

O neoinstitucionalismo constitui-se como referência para a discussão da presença do Estado numa área de fronteira, extremamente vulnerável do ponto de vista da defesa e da segurança ao norte do Brasil. Na perspectiva neoinstitucionalista, as instituições ou as organizações têm um importante papel na definição dos jogos nos quais atores em diferentes momentos da arena decisória elegem uma determinada política e não outra. Em outras palavras, as mesmas constroem os agentes na competição por meios e recursos, tanto financeiros como políticos, materiais ou valorativos, entre outros. Além disso, as instituições existem para satisfazer alguma necessidade humana, seja de governo, consumo ou proteção (espiritual, moral ou física), isto é, satisfazer as necessidades funcionais da existência em sociedade. Servem também à estruturação das relações de poder inerentemente construídas coletivamente.

Esses aspectos já haviam sido apontados por Marx (conflito de classe resultante do privilégio de interesses particularistas), Max Weber (manifestação da dominação) e Durkheim (interesse manifesto e latente), que examinaram sociologicamente o papel das instituições sobre os indivíduos.

Enquanto o institucionalismo clássico objetiva a fixação da instituição nos marcos de um conjunto estruturado e articulado de aspectos econômicos, políticos e culturais, o novo institucionalismo prega a relevância delas para a explicação dos acontecimentos políticos, dando centralidade às escolhas individuais no processo decisório. Políticas públicas influenciadas pelo *approach* neoinstitucionalista enfatizam a pertinência das instituições para o entendimento das interações sociais e políticas num universo restrito aos indivíduos.

Desta perspectiva, nos estudos em políticas públicas realizados no Brasil, o que se vê é: ora a discussão de políticas públicas associadas aos destinos da democracia (CASTRO SANTOS, 1997), ora a explicação daquelas com as mudanças no setor de saúde (PEREIRA, 1996) e da previdência social (COELHO, 1999); privatizações sintonizadas com a reforma do Estado, isto

é, a “redefinição das atribuições do setor público e das múltiplas formas de relação entre Estado e sistema econômico. Nesse sentido, ela (a reforma do Estado) se confunde com a noção de reformas econômicas orientadas para o mercado” (ALMEIDA & MOYA, 1997, p.130; ALMEIDA, 1999), e também, estudos de caso sobre políticas públicas, reforma do Estado e governabilidade que são as preocupações de Diniz (1989, 1997 e 1998). Por último, aponta-se a identificação das preferências individuais (deputados e senadores) por determinadas escolhas (políticas) nas duas arenas decisórias (Executivo-Legislativo) e, principalmente, o comportamento individual dos parlamentares no interior do Congresso (SANTOS, 1996), outro tema nessa agenda de pesquisa, da Ciência Política brasileira, em particular.

Essa produção teórica tem abordado as políticas públicas a partir das teorias de médio alcance. Este campo, recente no Brasil, se contrapõe às teorias de longo alcance, que caracterizavam o estruturalismo e o marxismo tanto quanto o funcionalismo sistêmico.

A crise pela qual passam essas abordagens estimula parte significativa dos cientistas sociais a buscarem nessas teorias de médio alcance a alternativa para a explicação em plano particular, dos processos sociais e políticos. O avanço dessa abordagem e seus alicerces metodológicos (individualismo metodológico e teoria dos jogos)<sup>5</sup> crescem na mesma proporção em que a onda reformista de bases neoliberais adquire consensualidade em importantes setores das sociedades periféricas. A existência ou não dessa relação de correspondência não cabe aos propósitos do presente texto.

A literatura anglo-saxônica consagra o neoinstitucionalismo como depositário da ferramenta mais eficiente para o objetivo proposto de explicar os fenômenos institucionais específicos de elaboração de políticas públicas, mudança institucional e a importância delas no resultado político (NORTH, 1990; HALL & TAYLOR, 1996; MARCH & OLSEN, 1984; THELEN & STEINMO, 1992; GOODIN, 1996). Esses autores neoinstitucionalistas não for-

---

<sup>5</sup> Recomenda-se a seguinte bibliografia para aprofundamento: Individualismo metodológico: WRIGHT, E. O. *et al.* (1993); ELSTER (1989).

mam uma escola coesa de pensamento, divergindo entre si sobre questões relevantes. Daí a fratura do neoinstitucionalismo em três correntes: a histórica, a da escolha racional e a sociológica. A discussão sumária sobre cada um coloca para o debate a relevância dessas questões no âmbito da ciência política.

Define-se, via de regra, o neoinstitucionalismo como uma perspectiva analítica que apresenta entre suas questões fundamentais o relacionamento instituição versus comportamento e uma teoria acerca do processo pelo qual as instituições se originam e mudam (HALL & TAYLOR, 1996).

A discussão parte do conceito de instituição. North (1990 *apud* MARQUES, 1997, p.76) distingue instituição de organização e as define sugerindo que as instituições “incluem qualquer forma de constrangimento que molda as interações humanas”, ao passo que a organização engloba “corpos políticos (partidos políticos, o Senado, uma prefeitura, uma agência regulatória), corpos econômicos (firmas, sindicatos, fazendas familiares, cooperativas), corpos sociais (igrejas, clubes, associações atléticas) e corpos educacionais (escolas, universidades, centros de treinamento vocacional)”. Entretanto, outros neoinstitucionalistas têm outra visão: tanto os históricos quanto os defensores do neoinstitucionalismo sociológico somam a esse conceito os aspectos rotineiros, informais e as crenças como elementos que integram um só conceito de instituição.

Immergut (1996, p.140) retoma o conceito e defende que a explicação da estabilidade e da mudança é o problema central da análise institucional. Se as instituições limitam o escopo da ação que parece possível aos diferentes atores, por que estes podem às vezes escapar dessas restrições? Reconhece, todavia, que o conjunto de normas institucionais determina e define os parâmetros da ação do governo e da influência dos grupos de interesses.

Segundo a autora, em vez de perscrutar as políticas públicas em termos de correlações entre *inputs* (as demandas formuladas pelos grupos sociais, ou as heranças de políticas anteriores) e *outputs* (os dispositivos específicos da legislação), salienta que a força explicativa deve-se concentrar “em mostrar por que *inputs* e *outputs* podem se articular de modo distinto em diferentes sistemas políticos” (IMMERGUT, 1996, p.139). Disso resulta que, de fato, as instituições não permitem prever as soluções resultantes de dis-

putas em torno de políticas públicas, mas ao definirem as regras do jogo, elas realmente criam condições que permitem predizer a maneira pela qual esses conflitos deverão se desenrolar.

A explicação para resultados diferentes de políticas públicas tratando do mesmo tema, em diferentes países, é a seguinte: resultados tão divergentes não podem ser explicados por diferenças de opinião entre legisladores, pelas diferenças de partidos ou por diferenças nas preferências e nas organizações dos vários grupos de interesse envolvidos na contenda. A melhor explicação desses resultados é vista na análise das instituições políticas de cada país.

São as instituições que alojam as regras do jogo para políticos e para grupos buscando aprovar ou bloquear planos de ação. As *regras de jure* que compõem o desenho institucional determinam procedimentos que facilitam ou impedem a tradução do poder político em políticas concretas. As *regras de fato* que se originam nos resultados eleitorais e nos sistemas partidários alteram o teor pelo qual essas instituições formais funcionam na prática. O conjunto dessas normas institucionais determina lógicas distintas de tomada de decisão, que definem os parâmetros da ação do governo e da influência dos grupos de interesses. (IMMERGUT, 1996, p.139)

O modelo é capaz de explicar os movimentos internos às instituições estatais onde são criadas as políticas: os atores, as regras, os vetos, a burocracia, enfim, todos os componentes que integram as atividades de produção e no interior das quais se desenrolam as escolhas e estratégias dos diversos atores na defesa de seus interesses na formulação de políticas públicas.

Ao se tomar como exemplo o Executivo e o Legislativo é fácil perceber que influenciam o desenrolar da batalha em torno da aprovação de políticas, cujas decisões não são atos singulares tomados em determinado momento do tempo; ao contrário, é o resultado final de uma seqüência de decisões tomadas por diferentes atores situados em distintas posições na cadeia institucional. Em termos mais simples, pode-se dizer que a aprovação de uma lei exige que tenha havido uma sucessão de votos afirmativos em todas as instâncias de decisão (*decision points*). Se examinarmos a estrutura formal dessas instâncias, sobretudo as vinculações partidárias daqueles que decidem em cada uma dessas posições, pode-se entender a lógica da tomada de decisão. (IMMERGUT, 1996,

p. 144) De outro modo, as decisões políticas implicam um acordo em vários pontos ao longo de uma cadeia de decisões tomadas por representantes em diferentes arenas políticas (IMMERGUT, 1996, p.139).

O neoinstitucionalismo histórico avalia que as instituições moldam o comportamento dos agentes sociais e o mecanismo causal que determina as ações não são as motivações ligadas ao interesse próprio. Julgam-se assim, que outros fatores como as crenças estruturalmente organizadas determinam interpretações de situações para as quais os agentes precisam decidir. Caracterizam o poder como assimétrico e as instituições reproduzem estruturalmente as desigualdades sociais. O problema institucional passa, então, a ser formulado no sentido de evitar que elas continuem a gerar assimetrias. Portanto, além das regras formais, estendem sua compreensão com a adoção das regras informais e a perspectiva histórica da *path dependence* e das conseqüências inintencionais do comportamento dos atores. Estes agem constrangidos por coação, penalidades e recompensas. Os neoinstitucionalistas históricos em oposição frontal aos da *choice rational* discordam que os atores sociais e políticos sejam maximizadores de ganhos e que, as interações construídas obedeçam ao que prevê a teoria baseada em estratégias *min-max*.

A *choice rational* é o núcleo da abordagem do neoinstitucionalismo que leva o mesmo termo: neoinstitucionalismo da escolha racional. Esta penetra na ciência política através das obras seminais dos economistas Downs [1957] (1999) e Olson (1998), bem como da teoria dos jogos em *Theory of Games and Economic Behavior*, de J. V. Neumann e O. Morgenstern (1944) e, mais recentemente, o clássico *Jogos Ocultos* de G. Tsebelis [1990] (1998). Assinala-se também o impacto do texto de Hardin (1968, p. 1243-1248), quase na mesma época dos dois primeiros, cuja inovação consiste na aplicação da teoria dos jogos à dinâmica da apropriação demográfica dos espaços agrários comuns, por indivíduos que escolhem obter vantagens materiais procedendo, egoisticamente, ao imediato consumo das áreas comuns para benefício próprio, o que resulta na *Tragédia dos Comuns*, na ausência de uma coordenação coercitiva. Esta se configura como um tipo de situação de privatização dos bens públicos, na medida em que os outros indi-

víduos também procederão da mesma forma: usarão os mesmos bens públicos que são considerados finitos. Com esse paradigma, particularmente Hardin (1968), teve enorme crédito nas ciências sociais, principalmente na ecologia política.

No conjunto, esses autores legaram uma contribuição inestimável para o neoinstitucionalismo e sua utilidade reside na tese do cálculo estratégico nas interações sociais. A racionalidade é definida como uma escolha ótima entre meios e fins que facilitam a demonstração da previsibilidade do comportamento em contextos sociais, assim como nas instituições políticas.

Dito isso, a unidade elementar da vida social é a ação humana individual. (ELSTER, 1994, p. 29) Ela se assemelha a um jogo no qual os atores, em situações específicas, atribuem valor ao atuar coletivamente como resultado da atitude individual. O problema é resolver o dilema da ação coletiva (OLSON, 1999; OSTROM, 1997), ou seja, como prover as condições para a cooperação estratégica. Daí resulta o problema do *free rider* (o carona/oportunista) e do dilema do prisioneiro (EPSTEIN, 1995, p. 149-163). Por último, rompendo com os dilemas e os problemas não solucionados pelos neoinstitucionalistas históricos e da escolha racional, o neoinstitucionalismo sociológico logra ser amplo o suficiente para escapar das armadilhas da interação estratégica baseada no cálculo.

Finalmente, o neoinstitucionalismo sociológico, ao contrário dos dois primeiros, aborda a questão em termos mais amplos possíveis, não se limitando à dimensão singularmente política da realidade social. Os neoinstitucionalistas sociológicos procuram, amplamente, dar conta da lógica da reprodução das organizações institucionais através de regras, rotinas e valores, não obstante enfatizarem as regras formais como delimitadoras do comportamento. Nesse caso, acreditam que as práticas, formas e procedimentos das organizações burocráticas traduzem menos a eficiência em seus aspectos organizacionais do que os aspectos culturais, longe, portanto, de uma herança da racionalidade de meios e fins do antigo institucionalismo weberiano. Com efeito, a atitude individual obedece à lógica das normas internalizadas e dos padrões formados por modelos, categorias que se expressam culturalmente na própria funcionalidade interna à instituição.

### **3 - A pluralidade de versões sobre a fronteira**

O neoinstitucionalismo nas ciências sociais revela respostas ante as mudanças na sociedade contemporânea. A grande transformação econômica, social e política em curso neste limiar de século XXI, revela a necessidade de entendimento das implicações estruturais e conjunturais dessas mudanças na configuração contemporânea do Estado. Põe na ordem do dia a reflexão de acontecimentos e fatos que exigem uma tomada de consciência sobre seus efeitos no conjunto da sociedade em escala local, regional continental e global. Ianni (1993) pontifica que há características da sociedade mundial que se revelam de modo particularmente nítido no momento em que ocorrem conjunturas críticas. “Nessas ocasiões, explicitam-se relações, processos e estruturas poucos visíveis, ou mesmo insuspeitados” (IANNI, 1993, p.11).

A compreensão da aceção de fronteira na contemporaneidade exige, à luz desses acontecimentos e fatos que marcam o fim de uma época histórica, a percepção de seus atributos até então latentes ou outros que emergiram com essas mudanças e que precisam ser reinterpretados nas suas gradações e múltiplas interações regionais, nacionais, continentais e mundiais. Explicar essa dinâmica atual, especialmente na fronteira, talvez seja um desses desafios impostos pela necessidade de uma realidade em ebulição. Em suma, é preciso forjar um conceito de fronteira com amplitude suficiente para abarcar os problemas sociais contemporâneos.

Para conceituar fronteira, Bourdieu (1989) prima pela crítica ao domínio da disciplina geografia que detém uma espécie de “monopólio” sobre a definição. Porém, é um tipo de concepção da Geografia que reduzia o seu objeto aos aspectos físicos da realidade. Justiça se faça não é essa a Geografia da contemporaneidade. Por outro lado, o que de fato Bourdieu estava interessado em mostrar era a ciência como campo de luta pelas definições entre conceitos para legitimar determinada forma de conhecimento, em particular o conceito de região. Bourdieu (1989) dá ênfase aos aspectos sociais da realidade, inclusive para atribuir ao Estado o movimento de capitais, as “divisões dos grupos” (BOURDIEU, 1989, p. 114) e os efeitos sobre a fronteira. “A fronteira nunca é mais do que o

produto de uma divisão a que se atribui maior ou menor fundamento na ‘realidade’ segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (BOURDIEU, 1989, p. 114).

Ainda de acordo com Bourdieu (1989), o debate em torno do conceito de fronteira tem passado pela clássica dicotomia entre estrutura e ação ou “fenômenos simbólicos e substanciais” (FAULHABER, 2001, p. 117), tão caros às ciências sociais. Mais especificamente essa clivagem metodológica tem colocado antropólogos e sociólogos em campos opostos. De um lado, a realidade “como ela é”; e de outro, as representações simbólicas (MALDI, 1997). Tanto uns quanto outros têm também divergido em torno do papel exercido por essa classificação nos estudos históricos e antropológicos. Na sociologia ou na ciência política defrontam-se autores tratando tanto da estrutura quanto das representações sociais e identitárias como elementos categoriais importantes na reflexão científica dos processos da realidade na fronteira. Fala-se, portanto, da “fronteira agrícola”, “fronteira da cidadania”, “última fronteira”, “fechamento da fronteira”, a “fronteira demográfica” e outras denominações<sup>6</sup>. Está presente como atributo nessas conceitualizações, o problema teórico em suas cruciais implicações econômicas, simbólicas, identitárias, culturais e geográficas.

Para argumentar em favor de uma resposta positiva, diz-se que, à primeira vista, fronteira significa, pelo ângulo da sociedade nacional, o que está à frente, na ponta, no limite. Conclusão elementar, mas imprescindível ponto de partida para qualquer discussão transdisciplinar sobre o conceito, embora largamente abrangente, mas que se mostrará eficiente instrumento analítico.

Quando os geopolíticos teorizam sobre a fronteira, referem-se àquela parte do território geograficamente localizada na margem do limite territorial e o próprio limite. Este é definido a partir de referências físicas, topográficas – como por exemplo, um

---

<sup>6</sup> Seria o caso de mencionar também a idéia de “terras livres”, “movimento da fronteira”, “homem da fronteira”, “bandeirante” etc.

rio ou uma montanha – e cuja legitimação se dá por intermédio de critérios puramente arbitrários, tais como, uma linha imaginária cortando e separando o referido território, mais a margem deste na fronteira. Tal linha, invariavelmente, é o que divide entes estatais, mas que necessitam de confirmação e reconhecimento de outros Estados ou da comunidade internacional, mediante assinatura de acordos ou de tratados nos quais a diplomacia dos países exerce um papel relevante para firmar concretamente esses compromissos.

Soares (1973), tratando a questão sob a ótica da Geopolítica, estabelece a diferença entre limite territorial e fronteira. Associa a história e a geopolítica como construtoras de fronteiras e esta como resultante de uma política externa. Tal tese permite a dedução de que deve haver uma “política de fronteira”, “vigilante, previdente, construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizada demográfica e economicamente” (p.19). Através da sua evolução histórica, os povos civilizados sensibilizaram a sua experiência política na sua busca de fronteiras *definidas* e *definitivas*. Contudo, a experiência histórica está aí para provar que a fronteira, apesar de definida, nem sempre pôde ser definitiva (SOARES, 1973, p.13-14).

Se por um lado as fronteiras *vivas* são potencialmente sensíveis politicamente, as fronteiras mortas, ao contrário, são zonas com forte espírito de nacionalidade. A criação dos mapas e o papel dos estadistas na negociação obedecem à tensão permanente entre a dialética dessas dimensões, isto é, das fronteiras *mortas* e *vivas*.

Para uma compreensão dos condicionamentos históricos em escala mundial e nacional, indubitavelmente, o livro é uma referência obrigatória. A ótica centrada numa determinação estatal no entendimento do problema não se constitui uma limitação. Soares (1973) é a base histórica e geopolítica sobre a qual uma plêiade de analistas em relações internacionais e questões militares construíram suas reflexões sobre o Brasil.

Mattos (1990), em estudo sobre a fronteira no sentido político, apresenta a tese de que as fronteiras brasileiras se consolidaram pela habilidade na aplicação de uma política de fronteira realizada com sucesso pelos portugueses durante o período colonial e pelos brasileiros no Império e na República, com destaque especial para

o Barão do Rio Branco, à frente, do Itamarati por dez anos, e que deixou os limites fronteiriços bem fixados e devidamente demarcados. Evidenciou a tese que o Brasil está longe das instabilidades de alguns países na contemporaneidade, da África e da Europa, quando seus mapas sofreram redefinições devido ao aparecimento de diversas nações que emergiram após guerras internas regionais, e mantém seus limites devidamente fixados. Reafirmou que o surgimento dessas nações foi causado também pela perda de suas minorias dirigentes da capacidade de influenciar as “massas”.

No caso brasileiro, Mattos (1990) ressalta que é preciso estar atento às questões relativas às possíveis tensões que podem vir das sociedades européias que ambicionam a Amazônia utilizando-se, para esse fim, do discurso da proteção e da preservação ecológicas. É necessário, diante dessas possibilidades, estar alerta para as ameaças que podem modificar as nossas fronteiras, sendo que “nossa política de fronteira deve ser vigilante, previdente e construtiva” (p. 113) e nossa Política de Defesa Nacional deve “preservar e defender o enorme patrimônio territorial que recebemos de nossos antepassados” (p.114).

Numa revisão bibliográfica sobre o conceito de fronteira, recentemente, Faulhaber (2001), num *approach* antropológico, se propõe à *apreensão da fronteira como um problema de análise que faz realçar sua dimensão simbólica e cultural, como imaginariamente construída*. Mostra que a “cultura de fronteira” não coincide com a “linha de fronteira”.

Nesse enfoque, rompe-se com os limites estreitos da definição de Soares, investindo numa visão elástica do conceito. Por essa ótica, percebe-se a magnitude do alcance sociocultural da unidade de investigação conceitual, destacando a dimensão subjetivista.

A fim de superar tal dicotomia, a autora prefere usar deliberadamente o conceito “fronteira total”, isto é, busca associar a dimensionalidade econômica com a geopolítica (a fronteira militar – definida abstratamente). Nesse sentido, a discussão do conceito passa naturalmente para outras áreas do conhecimento. Por exemplo, ao se pensar a definição apenas nas demarcações estabelecidas pelo debate jurídico e geográfico, diz-se que ela (a fronteira) consiste num limite fixado abstratamente que separa territórios soberanos no interior de uma comunidade interestatal, semelhante àquela vista por Soares.

As raízes intelectuais da discussão para uma definição de fronteira no sentido sociológico e econômico partiram da obra clássica de Turner (1940). O norte-americano abriu uma “fronteira” para pôr a questão da relação entre democracia e fronteira em outros termos, na contracorrente dos estudos norte-americanos que atribuíam a explicação do desenvolvimento capitalista e seu êxito, a uma tradição anglo-saxônica. Para Turner (1940) o que de fato deve ser reportado para o sucesso da democracia norte-americana é o tipo de fronteira existente no país. Por exemplo, no oeste dos EUA, a fronteira aberta possibilitou o aparecimento dos pequenos produtores que gerou, com isso, o desenvolvimento de uma mentalidade nacional baseada nos farmers. As instituições políticas, o parlamento, o executivo, os partidos políticos e outros nasceram e se fortaleceram tendo como substrato a organização desses pequenos produtores.

No Brasil, esse debate entrou na agenda das ciências sociais pelas obras de pesquisadores como Velho, José de Souza Martins e Schöenberg, que falam da fronteira na ótica da Antropologia, Sociologia, Geopolítica, da violência e as relações de poder e, finalmente, do Direito. O resultado da definição de cada um reflete os diversos ângulos das ciências sociais ao capturar as imagens desse fenômeno e expressa a complexidade teórica para abordá-lo.

Velho (1979), parametrado na obra de Turner (1940), em estudo comparativo sobre o Brasil, a Rússia e os EUA, numa tradição antropológica, vê a “fronteira em movimento” na ocupação de territórios e distingue as diferentes faces da fronteira quando entram em cena o Estado, o autoritarismo e o campesinato (Amazônia brasileira – o caso da Transamazônica). Ele introduz a perspectiva política da fronteira, cujos desdobramentos conceituais apontam para a fronteira aberta, similar à tradição do oeste norte-americano, portanto adotando a via da democracia na fronteira; a fronteira fechada, propriamente típica do capitalismo autoritário porque o Estado exerce e edifica sua fortaleza através do fortalecimento da autoridade; e a fronteira aberta, mas controlada pelo Estado. Esta tipologia caracteriza a fronteira na Amazônia como a possibilidade de afrouxamento da submissão do camponês. Confirma que a democracia social ou “o mito da democracia na fronteira” que estruturou o pensamento autoritário nacionalista no Brasil, con-

cebeu a fronteira para legitimar o projeto da integração nacional num sentido unificador do Estado Nacional que entreviu, sobre a terra, em particular, na Amazônia. Em outras palavras, no Brasil, o Estado autoritário controlou o processo de conquista da fronteira e se valeu simbolicamente do mito da democracia mediante a noção da igualdade de oportunidade.

Velho (1979) influenciou sociólogos como Martins (1997), que pensa a fronteira tanto como “frente de expansão” e “frente pioneira” quanto como “ponto de limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado ‘branco e civilizado’ é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é” (VELHO, 1979, p.11-12).

O direito também tem entrado no debate. Schönberg (1999), trabalhando com esses elementos jurídicos tenta entender a forma pela qual se dá a legitimação e as representações institucionais respectivas, e bem assim, como concorrem os atores locais e nacionais pelo controle da terra, bem como se essas ocupações conflitam e coincidem com normas e valores globais dominantes e suas respectivas representações institucionais. Conclui pelos “processos de defronteirização e de delimitação”, que podem “provocar fenômenos parecidos em termos de uma transformação social” (p.129). Através de diversificadas atividades reprodutivas e pelo uso social e cultural de seus habitantes um espaço transforma-se em território. “A congruência geográfica dessas atividades, no espaço, é efetuada ‘artificialmente’, por exemplo, através da implantação de fronteiras de um estado nacional ou através de delimitações de ‘zonas de uso especial’” (p.130).

Estas zonas ou faixas de fronteira implicam uma legislação específica que dá tratamento especial sobre o uso do solo, circulação de pessoas e mercadorias, instalação de empresas e Unidades Militares (UM). Elas são objetos de projetos de povoamento e colonização, e gozam de facilidades fiscais concedidas pelo Estado, como é o caso de alguns países na América do Sul (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela).

Dos mencionados países, somente o Brasil tem uma definição em termos de largura expressa em lei. Tais definições supõem, antes de qualquer coisa, um curso que vai desde a demarcação

de um limite abstrato mediante tratados internacionais, passando a seguir para a demarcação física desses limites por meio de marcos fixados em determinado ponto e finalizando com a densificação que consiste no aperfeiçoamento contínuo dos marcos da linha divisória.

A Lei n.º 6.634, de 02 de maio de 1979 define a largura da faixa de fronteira brasileira e estabelece os 150 km como prioritários para a segurança e para a defesa do território nacional. Há críticas na metodologia utilizada para essa definição de faixa de fronteira sob a alegação de que a grande parte dessas demarcações são arbitrárias e não levam em conta fatores sócio-culturais presentes, e sim, fatores homogêneos de controle social e político da perspectiva do Estado. Em diferentes momentos históricos, a delimitação da área destinada à defesa das fronteiras não levou em consideração os fatores políticos de cada período. Neste sentido constata-se, segundo Silva; Escobar; Mello (2004, p.05) que com a Constituição de 05 de outubro de 1988 ratificou-se a delimitação da largura da faixa de fronteira, até 150 km.

Na Amazônia, registradas as transformações no espaço social, atribui-se à região o caráter de fronteira em sua totalidade. No entanto, consiste numa fronteira diferente das frentes pioneiras do século XIX ou as da primeira metade do século XX, no sul e sudeste do Brasil, impulsionadas por pequenos produtores. Becker (1990) afirma que ela já nasce heterogênea, com a rápida sucessão e superposição de várias frentes de investimentos e atividades, embora seu povoamento e sua produção sejam modestos face à escala de apropriação das terras. Outra peculiaridade da mesma é que já nasce urbana e tem ritmo acelerado de urbanização; já nasce sob a iniciativa do Governo Federal que não só toma as decisões de cúpula como também investe maciçamente em infraestrutura (BECKER, 1990, p.101).

Apresentar-se, então, uma questão para debate: há autores que buscaram incluir o Estado nas controvérsias acerca da fronteira. No entanto, quando o Estado entra em cena o faz para organizar o processo de dominação e legitimação das relações de poder inerentes a essas relações; ou para regular as relações sociais constitutivas da dinâmica socioeconômica e socioespacial; ou ainda, para garantir o atendimento de demandas sociais

reprimidas em outros lugares, justificando o estímulo à colonização dirigida na Faixa de Fronteira, especialmente o Centro-Sul de Rondônia.

Do ponto de vista das teorias desenvolvimentistas cabia ao Estado planejar o processo de desenvolvimento pensado como expansão das forças produtivas capitalistas. Quase nada se falou acerca das implicações da organização do Estado na área da segurança militar do território. Machado (2000) é quem mais se aproxima do que se está propondo, ou seja, que o Estado tem alguma coisa a ver com a fronteira, mas não é qualquer Estado nem qualquer fronteira. O Estado é aquele que objetiva realizar a mais elementar de suas atribuições constituintes, isto é, proteger e defender um território definido soberanamente a despeito do fato de que o conceito de soberania esteja minado pela globalização caracterizada por rápidas mudanças tecnológicas; aparecimento de novos padrões de gestão e organização do trabalho; aumento do fluxo do comércio internacional; eliminação de antigas funções do Estado-Nação; crescimento do fluxo de capitais e, por fim, surgimento de outros agentes (organismos financeiros internacionais e ONGs – organizações não governamentais) com capacidade de impor e influenciar políticas nacionais e globais.<sup>7</sup> As referidas teorias abordam a questão da fronteira interligando os conceitos de território e limite e tomando o Brasil como caso empírico, coloca o problema do sentido da evolução do Estado territorial, que se decompõe em três elementos: a) o institucional; b) o conjuntural e, c) o estrutural.

O primeiro refere-se à “ocorrência simultânea de distintas concepções da forma de controle dos limites e das fronteiras no âmbito das instituições governamentais, com efeitos sobre a dis-

---

<sup>7</sup> Giddens (1991, p. 69-70) define a globalização como a “intensificação das relações sociais em escalas mundiais, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Esse é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modela”.

tribuição de poder” (MACHADO, 2000, p.18). O conjuntural, diz respeito ao “deslizamento” da fronteira “para o interior do território nacional e a multiplicação de territórios especiais, configurando uma ascensão da concepção econômica de fronteira em detrimento da tradicional concepção política” e informa sobre o uso do “estatuto de legalidade/ilegalidade e o papel dos limites políticos numa economia mundial caracterizada pelo risco. De ambos decorre a irregularidade nos padrões das relações entre entes político-territoriais concretos”.

Machado (2000, p. 10) também difere Estado territorial de fronteira. Enquanto o primeiro é um instrumento de separação de unidades políticas soberanas, a fronteira “é lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação de facto, potencialmente conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos”.

A fronteira política, e nela o limite jurídico, está sujeito a algum tipo de destaque especial. De fato, a situação potencial de tensões e conflitos tem obrigado os governos a definirem um marco extensivo dentro da fronteira para disciplinar o movimento de pessoas, produtos e serviços. Numa perspectiva positiva o modelo de Machado (2000) está organizado na idéia de sistema e de redes, o que requer uma reflexão acerca do território numa perspectiva abrangente, isto é, de um território que tem, agora, a marca tanto do Estado-Nação, pensado classicamente, quanto do Estado “pós-moderno”. Haesbaert (2004) sequencia esse debate mais adiante, quando imprime os conceitos de multiterritorialidade, território e rede. Para tanto, no conceito de fronteira política, como propomos aqui, que inclui os de zona de fronteira, faixa de fronteira e limite territorial, é muito provável que se alcance mais eficiência analítica, uma vez que funde as dimensões da governança e dos arranjos institucionais a estes, zona de fronteira, faixa de fronteira e limite territorial, muitas vezes, circunscritos à discussão do território e da soberania.

Ainda que se possa entender a fronteira como espaço (físico, político, social, militar, cultural e outros) dinâmico e em permanente construção, formado por atores políticos e sociais que interagem, faz-se necessário definir o tipo, ou, de que fronteira se

trata. Em oposição à separação conceitual do termo fronteira, Huntington (1997) assinala que as fronteiras políticas estão sendo redesenhadas para coincidir com as fronteiras culturais, étnicas, civilizacionais e religiosas, o que no Brasil se vê de maneira muito tênue, dada a história de ocupação do território brasileiro e amazônico que desconsiderou a existência, principalmente das fronteiras culturais e étnicas. Esta análise vai ao encontro do conceito de fronteiras políticas de Lima (1991, p.64,65) segundo o qual, estas

são os limites de um Estado-Nação, e que sua transcendência implica guerra entre nações e/ou diplomacia. Da mesma maneira, demandaria perceber os militares como fundamentais para análise do mecanismo de fronteira, produtores que são de há muito tempo, de um saber geopolítico e de uma ideologia de ocupação do território, na qual os índios foram sempre figurantes.

Referindo-se às fronteiras internacionais García (2006) criou aportes para uma epistemologia de estudos dessas fronteiras por entender que apenas definir conceito de fronteira não permite compreender sua dinâmica em meio a um processo contínuo de mudança que tem se dado em todos os campos da sociedade moderna, influenciada pela globalização. Em seu estudo o autor apresenta princípios teóricos e metodológicos sobre os quais devem se sustentar os estudos sobre fronteira. Ele mostra que quanto mais abrangente e flexível for o conceito de fronteira, mais capaz ele se torna de revelar nela conflitos e disputas por territórios, presentes implícita ou explicitamente.

Tais disputas requerem a atuação dos atores estatais responsáveis pelo controle da fronteira, no sentido de coibir a ação dos interessados na disputa do território, para fins lícitos ou ilícitos. No Brasil, as Forças Armadas e a Polícia Federal, têm atuado contra traficantes e contrabandistas que disputam o domínio do território, entre si e com o Estado. Apesar disso, ilícitos continuam ocorrendo, como concluiu a Comissão Parlamentar de Inquérito, que se destinou a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas. No estado do Pará, a cidade de Santarém,

inserida na área do PCN em 2006, foi identificada como rota do tráfico internacional de drogas e armas. A maior parte da droga passava pela rota: Bolívia/Santarém/Amapá/Suriname. Apesar de não estar na linha de fronteira, Santarém é uma cidade estratégica do ponto de vista da defesa e da segurança nacional, razão pela qual foi inserida no PCN no ano de 2006.

## **Considerações Finais**

Com a proposta da construção de terias de médio alcance e da busca dos microfundamentos das ações individuais no processo de escolhas estratégicas em contextos institucionais, pensada a criação de instituições em ambiente societário de fronteira política e fortalecimento das redes ilegais, o neoinstitucionalismo constitui-se numa referência para a discussão da presença do Estado numa área de fronteira extremamente vulnerável do ponto de vista da defesa e da segurança ao norte do Brasil. A multidimensionalidade do entendimento da noção de fronteira ou “condição fronteiriça” (PORTO, 2010) presente em inúmeras perspectivas teóricas, não deve inviabilizar a construção interdisciplinar de um conceito integrado de Estado, na perspectiva das instituições no enfoque neoinstitucionalista, e a noção de fronteira política. O referencial teórico-metodológico baseado na sociedade em rede como proposta por Castells (1999) e Haesbaert (2004) e os desafios centrais ao Estado nesta abordagem, bem como a articulação conceitual de território com a fronteira política e as redes, deve contemplar a aplicação da ferramenta neoinstitucionalista no conjunto da reflexão analítica sobre a governança para explicar os fenômenos políticos associados ao Estado na perspectiva das ciências sociais contemporâneas, mas que retomam as teorias de longo alcance a exemplo da análise em Nets.

Um avanço importante seria a utilização do modelo de O’Donnel (1993), que supõe a criação de três áreas que correspondem a cores diferentes para expressar as diferentes dimensões do Estado. Todas as cores do mapa podem ser aplicadas

tanto em perspectiva global, quanto num país em particular ou uma região dentro dele. A cor azul representa um alto grau de presença do Estado em todas as dimensões, isto é, as burocracias existem por toda parte e as leis são respeitadas, ou seja, o Estado enquanto lei realmente funciona e repousa sob bases legítimas. A cor verde designa um alto grau de penetração do Estado territorial e uma presença mais baixa em termos funcionais (burocracia) de classe e do Estado enquanto lei. A cor marrom representa um nível muito baixo ou nulo nessas duas dimensões, ou seja, as burocracias quando existem não atendem ao mínimo para o atendimento das demandas da cidadania e não há cumprimento da lei, ou quando existe, ocorre em detrimento das camadas mais pobres da população.

Para O'Donnell (1993), o Norte da Europa, especialmente a Noruega e o sul do Brasil, fariam parte da **área azul** do mapa, ao passo que na **área verde** temos parte dos EUA, do Brasil e da Ásia. A **área marrom** é composta pelo Centro-Oeste, Nordeste e Norte brasileiros; o Peru e numerosos países da África. A espacialização do Estado na extremidade da região Norte reflete processos típicos da cartografia sistematizada até o momento na representação da cartografia de O'Donnell (1993). Empiricamente, essa teorização é mensurada em termos de densidade demográfica das unidades político-administrativas locais, do mesmo modo que as unidades subnacionais integrantes da Amazônia Legal, bem como mediante a ocorrência do tráfico de drogas e do contrabando. Enfim, calcula-se também que nessas regiões há um circuito clandestino de poder que se aproveita das condições institucionais do Estado nas **áreas marrons**, para instituir e aumentar o fluxo de circulação dos ilícitos. São as redes formadas por agentes privados com a conivência de agentes públicos que atuam à margem da legalidade. É neste ambiente societário que as redes e a fronteira política se consolidam para além do limite territorial e se transnacionaliza no **conceito de fronteira política**.

## Referências

- ALMEIDA, M. H. T. de & MOYO, M.. A reforma negociada: o congresso e a política de privatização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 12, n. 34, p. 119-132, 1997.
- ALMEIDA, M. H. T. de. Negociando a reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 213-234, 1999.
- BECKER, B. K. Os significados da defesa da Amazônia: projeto geopolítico ou fronteira tecno (eco)lógica para o século XXI? OLIVEIRA FILHO, J. P. de (org.), *Antropologia & Indigenismo: militares, índios e fronteiras*, n. 1, nov., 1990.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1989. 311 p.
- CASTELLS, M.. *A sociedade em rede*. 2 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999. I v.
- CASTRO SANTOS, M. Helena de. Governabilidade, governança e democracia: criação da capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil pós-constituente. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 1-32, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 02 jun. 2010, às 2 h.
- COELHO, V. S.. A reforma da previdência e o jogo político no interior do Executivo. *Novos Estudos* CEBRAP, n. 55, p.121-142, 1999.
- COUTO, A. C. O. . Tráfico de narcóticos na metrópole de Belém: das redes ilegais à territorialização perversa. In: NASCIMENTO,

Durbens M. (org.). *Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém-Pa: NAEA; UFPA, 2010, p. 249-267.

DINIZ, E.. Transição, partidos e regimes políticos: algumas considerações. In: CAMARGO, A. & DINIZ, E. (orgs.) *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1989.

DINIZ, E.. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Brasil, 1985-95. 2a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 41-113, 1997.

DINIZ, E.. Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado. *Lua Nova*. São Paulo, n. 45, p. 29-48, 1998.

DOWNS, A. *Teoria econômica da democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

ELSTER, J.. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. *Lua Nova*. São Paulo, n. 17, 1989.

ELSTER, J.. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994.

EPSTEIN, I.. O dilema do prisioneiro e a ética. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 9, n. 23, p. 149-163, 1995.

FAULHABER, P. A fronteira na Antropologia Social: as diferentes faces de um problema. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 51, p. 105-126, 2001.

FERREIRA, A. dos S. *Gestão do Programa Calha Norte: um estudo sobre as ações de infraestrutura no município de Monte Alegre, Pará*. 106f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FERREIRA, A. dos S. Programa Calha Norte (PCN): política pública de segurança, defesa e de desenvolvimento regional no norte do Brasil. In: NASCIMENTO, Durbens M. (org.). *Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém-Pa: NAEA; UFPA, 2010, p. 201-224.

GARCÍA.E.M. Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales. *Estudios Fronterizos*, v.7, n. 13, enero-junio 2006, p. 9-27.

GIDDENS, A.. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora: UNESP, 1991.

GOODIN, Robert. Institutions and their design. In: R. GOODIN, R. (ed.). *The theory of Institutional design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HAESBAERT, R.. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004, 395 p.

HALL, P. & TAYLOR, R.. Political science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, v. XLIV, 1996.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, (162):1243-1248, 1968.

HUNTINGTON, S. P. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 1997, 455 p.

IANNI, O. *A sociedade global*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993. 194 p.

IMMERGUT, E. M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 11, n. 30, p. 139-165, 1996.

LIMA, A. C. de S. Indigenismo e geopolítica: projetos militares para os índios no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (org.). *Antropologia & Indigenismo*, n.1, nov. 1990.

MACHADO, O. L.. Limites e fronteira: da alta diplomacia aos circuitos da legalidade. *Revista Território*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 7-23, jan./jun., 2000.

MALDI, D.. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, USP, v. 40, n. 2, 1997.

MARCH, J. & OLSEN, J.. The new institucionalism: organizational factors in political life. *The American Political Science Review*, v. 78, n. 3, 1984.

MARQUES, E. C.. Notas críticas à literatura sobre o Estado, políticas estatais e atores políticos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 67-102, 1997.

MARTINS, J. de S.. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do mundo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MATTOS, C. M.. *Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1990. 116 p.

NASCIMENTO, D. M. *Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea*. 355f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NASCIMENTO, D. M. *Áreas Marrons e o Programa Calha Norte*. In: NASCIMENTO, D. M.. (org.), *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém-Pa, NAEA;UFPA, 2008, p. 173-195.

NEUMANN, J. V. e MORGENSTERN, O.. *Theory of games and economic behavior*. Princeton: Editora da Princeton University, 1944.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais: uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 36, p. 123-145, 1993.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

OSTROM, E. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. *American Political Science Review*, v. 92, n. 1, p. 1-22, 1997.

PEREIRA, Carlos. A política pública como *Caixa de Pandora*: organização de interesses, processo decisório e efeitos perversos na reforma sanitária brasileira – 1985-1989. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 1-45, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/dados>>. Acesso em: 10 jul. 2010, às 22 h.

PORTO, J. Condição fronteira amapaense: da Defesa Nacional à Integração (inter)nacional. In: NASCIMENTO, Durbens M. (org.). *Amazônia e defesa*: dos fortes às novas conflitualidades. Belém-Pa: NAEA; UFPA, 2010, p. 225-248.

SANTOS, F. A dinâmica congressual e regulação econômica: o caso da lei portuária. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, p. 133-146, 1996.

SCHÖNENBERG, Regine. *Quais fronteiras? Novos Cadernos NAEA*. Belém, NAEA, v. 2, n. 2, dez., 1999.

SILVA, I. W. A; ESCOBAR, I. P.; MELLO, M. P. de. Uma metodologia sobre a delimitação da faixa de fronteira do Brasil. In: *6º CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO*, 2004, Florianópolis. *Anais do 6º COBRAC*, 2004. v. 1.

SOARES, T. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

THELEN, K. & STEINMO, S. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEIMMO, S. THELEN, K. e LONGSTRETH, F. (Eds.). *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.. Pensando a noção de fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica. In: NASCIMENTO, D. M. (org.). *Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém-Pa: NAEA; UFPA, 2010, p. 101-123.

TSEBELIS, G.. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 249 p.

TURNER, F. J.. *The frontier in American history*. New York: Henry Holt & Company, 1940.

WRIGHT, E. O. et al. *Reconstruindo o marxismo: o ensaio sobre a explicação da história*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993. 341 p.

VELHO, O.. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Difel, 1979.



## **Grandes Projetos Amazônicos e configuração Geográfica do Amapá**

*Emmanuel Raimundo Costa SANTOS*  
*Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)*  
*emmanuel@unifap.br*

### **Introdução**

Uma determinada estrutura técnica-produtiva se expressa geograficamente pela distribuição de atividades de produção, ou ainda, como forma particular de organização do processo de produção destinada a agir sobre a natureza para obter os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade. Dessa forma, as diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares, ou seja, onde o trabalho do homem produz e transforma o seu espaço, com o qual se confronta historicamente (SANTOS, 1982).

Na região amazônica a implantação de sistemas técnicos e de ações oriundos dos grandes projetos de Estado e do capital, passam a interferir diretamente na (re)configuração geográfica dessa região, sobretudo, no intuito de articular espaços locais às necessidades dos processos econômicos mundiais, passando a definir horizontalidades e, principalmente, verticalidades de fluxos e de produção<sup>1</sup> (SANTOS, 1996a).

---

<sup>1</sup> “As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 1996b, p. 16).

É nesse sentido que o presente texto buscará compreender parte da trajetória socioespacial do Amapá, tendo como ponto de partida a implantação da infra-estrutura proveniente de grandes projetos produtivos e geopolíticos desenvolvidos no território amapaense, em especial, a partir da criação do ex-Território Federal do Amapá em 1943. Tais sistemas de engenharias promovidos pelo Estado em parceria com o capital passaram a legar os primeiros esboços de ordenamento e de modernização impostos a essa sub-região, buscando (re)organizá-la e macroestruturá-la às exigências do capitalismo em sua dimensão espacial ao processo de desenvolvimento por meio dos mecanismos articulados de homogeneização, integração, polarização e hegemonia estabelecidos pelo capital sobre o espaço (BRANDÃO, 2007), nesse caso em particular, sobre o sub-espaço do atual estado do Amapá.

Chama-se atenção para não se produzir formulações abstratas acerca dos fenômenos regionais e urbanos. Para tanto, torna-se imprescindível mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista em cada situação específica, pois as leis de movimento e reprodução só podem ser apreendidas em sua realidade histórico-concreta, ou seja, se tratam de estruturas, dinâmicas, relações e processos historicamente determinados. Para tanto, torna-se necessário fazer a distinção entre historicidade (desse objeto urbano-regional concreto) e historicismo (“absolutização” do caso), tendo como desafio reter-se às determinações gerais e procurando recorrentemente decifrar as situações reais, pois não é possível “nem capitalismo idênticos nem singularidades irreduzíveis” (MAZZUCHELLI *apud* BRANDÃO, 2007, p. 67).

Com base na referida preocupação que se destaca a noção de formação socioespacial como referência para a análise de certas particularidades da dinâmica da produção espacial do Estado do Amapá. Tal noção, que parte do conceito de Formação Econômica e Social (*Ökonomische Gesellschaftsformation*) desenvolvido por Marx e Lenin, é considerada como uma categoria que possui um papel fundamental para o materialismo histórico, pois expressará a unidade das diversas esferas da vida de uma sociedade: econômica, social, política e cultural, bem como o conceito de unidade de

todas as esferas estruturais e superestruturais, ou ainda, estabelece a unidade da continuidade e descontinuidade do desenvolvimento histórico de uma determinada Formação Econômica Social - FES (SERENI, 1973).

As relações entre uma FES e o espaço são inevitáveis, e pertencem a uma ordem particular e não geral, uma vez que o geral seria relativo ao modo de produção. Por isso, os modos de produção escrevem a história no tempo, enquanto as formações econômicas e sociais escrevem-na no espaço<sup>2</sup>. Dessa maneira, modo de produção, formação econômica e social e o espaço são três categorias de análise interdependentes, pois todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção, circulação, distribuição e consumo) são históricos e espacialmente determinados num movimento de conjunto através de uma determinada formação econômica e social.

A opção teórica de compreender a produção do espaço enquanto produto social, não deve reduzi-lo somente como mero reflexo da dinâmica social, ou que está sempre à disposição da estrutura social, mas como uma combinação de instâncias, de um “conjunto histórico” dos elementos e influências materiais em interação, que deve ser compreendido e interpretado a partir das relações sociais e de como estas originam a forma, função e importância à estrutura espacial e a todos os elementos de sua combinação (SANTOS, 1997).

Feitas essas considerações iniciais, passemos ao texto propriamente dito, o qual está estruturado em três momentos distintos: o primeiro, através do caminho já mencionado, ressaltará o processo de formação socioespacial do estado do Amapá com base nos grandes projetos instalados e que influenciaram diretamente em sua organização geográfica; a seguir será destacada a polarização da cidade de Macapá e sua primazia no sistema

---

<sup>2</sup> O modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada. O modo de produção seria o gênero, enquanto as formações econômicas sociais seriam as espécies (SANTOS, 1982).

urbano nessa porção da Amazônia Setentrional. Por fim, serão tecidas as considerações finais, momento de algumas sínteses e reflexões sobre o tema em questão.

## **GRANDES PROJETOS E CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE**

Mesmo reconhecendo o interesse do espaço amazônico frente às diversas nações estrangeiras desde o período colonial, maior dinamismo econômico nessa região só foi estabelecido nos fins do século XIX e início do XX, no chamado “boom” da borracha. No caso do Amapá, tal dinâmica populacional e econômica só ocorreu, de fato, com a constituição do Território Federal do Amapá, em 1943, como se pode verificar através da elevação da população da cidade de Macapá, a qual em 1940 era de apenas 1.012 habitantes<sup>3</sup>, e que em 1950 passou a ser de 10.094 habitantes, ou seja, numa década sua população multiplicou por dez.

A década de 1950 marcou o início da planificação em países subdesenvolvidos. E em 1960 surgiram os primeiros estudos concernentes à planificação espacial como, por exemplo, os pólos de desenvolvimento de Perroux. Assim, desenvolveu-se uma planificação apressada e marcada por preocupações políticas e submetida particularmente aos imperativos da política internacional. Novas realidades da economia internacional criaram novas necessidades que obrigaram o Estado a se modernizar e a estar presente em toda parte. A participação nas condições da modernização tecnológica conduziu o aparelho do Estado a uma série de obrigações, seja nas relações com o mundo exterior, seja para estar em condições de responder às novas necessidades da população nacional, como através de planos desenvolvimentistas (SANTOS, 2004).

---

<sup>3</sup> Em 1940, a população do território que corresponde ao atual Estado do Amapá era de 21.191 habitantes, o que correspondia a uma densidade relativa de 0,16 habitantes por quilômetro quadrado (GUERRA, 1954).

O espaço plataforma homogêneo dotado de contigüidade, um plano geométrico, a cristalização de aglomerações humanas e o agrupamento de certas atividades econômicas, próprio aos modelos locacionais de desenvolvimento, foram aplicados na região Amazônica através dos grandes projetos de enclaves produtivos e geopolíticos. Assim, a região passou a ser vista como mero receptáculo neutro, sítios sem textura ou entorno, um espaço reflexo. Unidades espaciais que tomam decisões autônomas de uso do solo, de assentamento, de vantagens locacionais e de proximidade e acessibilidade a bens e infra-estruturas, segundo seus gostos e preferências individuais, realizariam suas escolhas por espaço/localização (BRANDÃO, 2007).

Para que se possa falar sobre a produção espacial de países classificados como subdesenvolvidos não é necessário que se compreenda esse processo através de uma visão evolucionista ou de etapas, ou seja, como se estivessem numa situação de transição para chegar ao status de países desenvolvidos, mas sim, de um mundo subdesenvolvido com suas características próprias, que através do estudo da formação econômica e social desses países permita revelar as especificidades de sua evolução em termos de organização da economia, da sociedade e do espaço e, por conseguinte, de sua urbanização e regionalização, que se apresentam como um elemento numa variedade de processos combinados (SANTOS, 2004), ou seja, sobre a totalidade do concreto, onde o capitalismo se expandirá de forma totalizadora sobre o mundo, que se constitui em traços de formação social e econômica pré-capitalistas e capitalistas modernos, que se desenvolvem através de combinações contraditórias e dialéticas, ou seja, de ritmos desiguais de desenvolvimento social que não obedecem ou evoluem segundo etapas historicamente determinada (TROTSKY, 1967).

Em termos de movimento desigual da acumulação de capital no espaço amazônico, o que se pode verificar no contexto histórico em questão é a intensificação do processo de homogeneização do capital, limpando e nivelando o espaço para poder se instalar, ou melhor, para criar as condições necessárias à sua reprodução através de infra-estrutura, trabalho e normas. Apesar da aparência, esse processo não delimita regiões, mas descon-

tróí fronteiras através da busca incessante do consumo de mercadorias e idéias, que devem circular cada vez mais rapidamente pelo espaço e com menores custos de transportes e comunicação (BRANDÃO, 2007).

A homogeneização imposta pelo capitalismo visa, também, generalizar suas relações, impor e tornar comum a sua lógica, bem como circular seus valores, símbolos e informações supra-regionalmente, gestando em seu cosmopolitismo um espaço e um mercado uno, o que acarreta uma dissolução das relações arcaicas e a mobilidade e flexibilidades espaciais, ou seja, buscam destruir ou subjugar as velhas formas de produzir, consumir e circular (BRANDÃO, 2007).

Em termos de Amazônia, suas sub-regiões fronteiriças internacionais com baixa densidade demográfica, em condição de isolamento geográfico, dinâmica econômica incipiente e de precária infra-estrutura, foram transformadas em Territórios Federais ao longo da primeira metade do século XX, passando a servir aos objetivos de proteção para as regiões fronteiriças consideradas como grandes “vazios demográficos”, além de garantir a presença do Governo em regiões longínquas através da criação de condições jurídicas e econômicas como mecanismo de reorganizar essas porções do espaço brasileiro (PORTO, 2003).

Dessa maneira, em 1943, por meio do Decreto Federal 5.812, de 13 de setembro, foi criado o ex-Território Federal do Amapá<sup>4</sup>, que passou a receber a ação de modernização sobre o seu território através de políticas públicas mais efetivas de ocupação, defesa e integração por meio do desenvolvimento de grandes projetos, que ao selecionarem suas áreas de interesse político e econômico passaram a dotá-las de infra-estruturas básicas e complementares. Os siste-

---

<sup>4</sup> O ex-Território Federal do Amapá foi constituído pelas terras adquiridas com o resultado positivo ao Brasil do Laudo Suíço de 1901, em relação ao contestado sobre o limite da fronteira entre Brasil e França (Guiana Francesa), parte do território do município paraense de Almerim e a totalidade dos territórios dos municípios até então paraenses de Mazagão, Macapá e Amapá

mas de engenharias implantados no Amapá, em especial, desde sua transformação em Território Federal, passaram a ser fundamentais para direcionar o seu processo de urbanização, ocupação populacional e de configuração territorial.

A segunda metade do século XX marca em definitivo a inserção da Amazônia na economia mundo, promovendo as transformações necessárias para atender aos propósitos políticos e econômicos de modernização, impostos a essa região (BECKER, 1990; RIBEIRO, 2001). Tal incorporação da Amazônia aos interesses do capitalismo é ressaltada por Corrêa (2006, p. 227) da seguinte maneira:

A incorporação que se verifica a partir de 1960 não significa mais, como lembram Cardoso e Muller, uma integração de natureza cíclica à divisão internacional do trabalho sem uma criação de uma divisão interna do trabalho. Trata-se agora de uma efetiva integração, que foi viabilizada pela magnitude do capital constante aí implantado e pelo afluxo da força de trabalho que para lá se deslocou. O discurso oficial, por outro lado, ao falar em integração nacional, ocupação de vazios demográficos e desenvolvimento, estava, no plano ideológico, justificando a incorporação capitalista da Amazônia.

Quanto à necessidade de integração territorial, não resta dúvida, que uma das manifestações do Estado moderno é a constituição de uma rede unificada de transportes, uma rede de circulação. Durante o período colonial, a construção de estradas também era preocupação do governo metropolitano, que na ocasião tratava-se da criação de cidade junto a um estuário ou baía, de estradas de ferro e de estradas de penetração destinadas a facilitar o escoamento dos produtos necessários à economia do país dominante, entretanto, mesmo que se configura uma rede caracterizada por um padrão dendrítico (CORRÊA, 1997), não visava a integração da economia territorial, mas um sistema cidade-porto, ou seja, articulavam áreas de agricultura de exportação e de mineração como atividades essenciais, tanto na fase colonial como antes de um processo de industrialização nacional.

É somente com a industrialização que as redes, num sentido de unificar diferentes porções do território nacional e mundial, passaram a se impor como um elemento fundamental de integração econômica, porém a existência de uma rede de circulação, mesmo que precária, não é suficiente para promover a verdadeira integração econômica e geográfica de um país, a qual é acompanhada por uma divisão regional do trabalho, que geralmente assume uma forma de distribuição de produtos manufaturados pelas regiões mais avançadas e da remessa de produtos alimentares, matérias primas, capitais e homens das regiões mais periféricas. Trata-se de uma complementaridade inter-regional, mesmo com trocas assimétricas que conduzem à idéia de dominação e dependência, denominada muitas vezes como uma colonização interna (SANTOS, 2004). Assim, o processo de integração será:

...sempre um processo contínuo e de difícil reversão, que exerce influência complexa e contraditória sobre as regiões aderentes, que serão engolfadas em adaptações recíprocas, com intensidade e naturezas diversas, destacando-se, evidentemente, a potência do vetor “centro dinâmico” – “periferia”, embora nunca possa ser encarado como unidirecional (BRANDÃO, 2007, p. 76).

Para Buarque (1995), o segundo período do processo de integração econômica da Amazônia foi marcado pelas frentes agropecuárias e minero-metalúrgica<sup>5</sup>. Em se tratando da história econômica do Amapá, a atividade de mineração possui destaque na região desde os meados do século XIX, tendo como um dos principais motivos para

---

<sup>5</sup> Para Buarque (1995), podem ser identificados quatro grandes períodos em relação ao processo de integração econômica da Amazônia associados a um conjunto de inovações tecnológicas primárias, como: o ciclo da borracha, a frente agropecuária e minero-metalúrgica, o novo paradigma tecnológico e a diminuição da demanda pelos recursos minerais convencionais e o aproveitamento de florestas tropicais a partir da informação genética de sua diversidade biótica; este último definido por Becker (1990), como a Amazônia enquanto uma fronteira tecno(eco)lógica.

as disputas entre o Brasil e a França, as ocorrências de ouro e os garimpos existentes na região do contestado.

A região do contestado Franco-Brasileiro correspondeu à faixa de terra compreendida entre o rio Oiapoque e o rio Araguari. Essas terras foram alvo de disputas e negociações diplomáticas por mais de dois séculos, e que acirraram-se, inclusive sob a forma de conflitos armados na última década do século XIX, em especial depois da descoberta de ouro na região de Calçoene. A solução desse contestado entre os Estados Francês e Brasileiro foi definido pela sentença do Laudo Suíço, dando ganho de causa ao Brasil e limitando a fronteira entre essas duas nações pelo rio Oiapoque, conforme ressaltava o Tratado de Utrecht de 1713 (SARNEY; COSTA, 1999; CARDOSO, 2008; MORAIS, 2006).

Para Drummond e Pereira (2007), esse já era um prenúncio da importância que a atividade mineradora assumiria no Amapá, que se efetivaria somente no ano de 1953, com o início de um grande projeto de mineração para a exploração de manganês por 50 anos correspondente ao empreendimento da Empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), o qual para desenvolver suas atividades, teve que introduzir no território um sistema moderno de objetos e ações, gerando grandes transformações na dinâmica sócio-econômica do Amapá.

É possível afirmar que três investimentos exerceram influências maciças na organização do espaço amapaense: O Projeto ICOMI; o Complexo Industrial do Jari e o Projeto Calha Norte.

## **Projeto ICOMI**

Mesmo não havendo consenso no tocante aos ganhos sócio-econômicos e ambientais gerados e deixados pela ICOMI ao estado amapaense, não se pode negar a sua contribuição à instalação de infra-estrutura nos setores de transportes e urbano. A ICOMI é considerada ainda como o empreendimento produtivo mais duradouro e mais importante do ex-Território Federal e do atual Estado do Amapá (DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

Em 1957, antes mesmo do prazo previsto, foram concluídas as obras de instalações industriais da mina de manganês em Serra do

Navio, a Estrada de Ferro do Amapá (EFA) e o Porto de Santana. Essas três formas espaciais começaram a delinear e a configurar uma rede geográfica na porção central do Estado do Amapá, que corresponde, de forma linear e sob a orientação da ferrovia, a uma região de aproximadamente 200 quilômetros, que, ainda hoje, articula áreas de extração mineral no interior do estado à área portuária no município de Santana.

A outorga de concessão pelo Decreto n.º 32.451, de 20/03/1953, concedeu à ICOMI a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo do Porto de Santana, alcançasse as jazidas de manganês existentes na região dos Rios Amapari e Araguari, na porção central do Estado do Amapá. A extensão do seu trecho é de 194 km e possui bitola de 1,435 metros. Em 1997, ano do encerramento das atividades da referida empresa, foram transportados 84 mil passageiros e 1 milhão de toneladas de mercadorias (minério de manganês, ferro-silício, dormentes, areia, explosivos etc.), equivalentes a 194 milhões de TKU. Tal empreendimento empregou 40 funcionários (BRASIL, 2009).

Em 1960, ocorreu o término das obras de construção e urbanização das duas vilas residenciais do projeto da ICOMI, ou seja, as suas duas *company towns*<sup>6</sup>: a Vila Amazonas junto ao Porto de Santana e a Vila de Serra do Navio junto à jazida de manganês (RIBEIRO, 1992). As ex-*Company Towns* construídas pela ICOMI, a Vila Amazonas e a Vila de Serra do Navio, podem ser consideradas como a

---

<sup>6</sup> São cidades planejadas de empresas (cidade-empresa) que visam produzir seu próprio espaço urbano, que tem como objetivo central abrigar a população diretamente envolvida na obra e para servir de suporte ao empreendimento. Quatro fatores caracterizam esses núcleos urbanos: a) representam uma espécie de extensão da linha de produção das empresas a que estão ligadas; b) por sua natureza, concepção e densidades técnicas, tendem a negar os padrões regionais de urbanização; c) caracterizam uma nova forma de gestão do espaço local e regional, dada a relativa autonomia econômica e política de que são investidas e; d) acabam geralmente definidas como verdadeiros “enclaves urbanos”, capazes de assegurar as atividades da empresa e o controle da força de trabalho (TRINDADE JR.; ROCHA, 2002).

proto-urbanização das atuais cidades de Santana e de Serra do Navio. A primeira delas com o processo de desenvolvimento urbano se metamorfoseou num bairro de médio e alto *status* social, enquanto, a segunda foi transformada na sede do município de Serra do Navio, sendo o seu conjunto arquitetônico adaptado em repartições de administração pública, em comércios e moradias.

No contexto político e econômico atual, o plano urbanístico dessas *ex-company towns* foi deixado de lado, tendo essas localidades, que se adaptarem às demandas espaciais geradas pelas atividades das novas empresas de mineração e de suas terceirizadas que estão atuando na região, transformando o que outrora fora uma cidade planejada em um assentamento urbano espontâneo com os problemas habituais. Além desses dois núcleos urbanos que passaram a se desenvolver como cidades de ponta de trilho, fazem parte dessa rede urbana linear as cidades de Porto Grande (Estação Porto Platon) e Pedra Branca do Amapari (Estação Cachorrinho), que serviram durante o projeto da ICOMI como estações do trecho ferroviário entre o Porto de Santana e a Mina da Serra do Navio.

Ainda na região central do Estado, localizada na margem direita do Rio Araguari e distante a 133 quilômetros de Macapá pela BR-156, está localizada a cidade de Ferreira Gomes, que não se encontra orientada pelo trajeto da Estrada de Ferro do Amapá (EFA). Sua principal característica é servir como apoio logístico para a Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (UHCN), mais conhecida como Usina do Paredão, instalada, também, no Rio Araguari e que representa uma estratégica infra-estrutura que foi construída parcialmente com recursos provenientes da atividade de mineração da ICOMI (DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

## **Complexo Industrial do JARI**

Outro enclave produtivo de grande porte que teve reflexo no processo de produção e configuração territorial do espaço amapaense é o Complexo Industrial do Jari (CIJ), composto pelas empresas da Jari Celulose S/A. (JARCEL) e Caulim da Amazônia S/A (CADAM). Este projeto surgiu com base na informação da progressiva diminuição dos estoques de madeira dos produtores tradicionais de celulose, que esperavam em média 25

anos para ter uma árvore no ponto ideal de corte. Em função desse fato, o empresário americano Daniel Ludwig idealizou e implantou em 1967 um grande projeto florestal no vale do rio Jari em terras do Estado do Pará. Ludwig apostou na expansão do mercado desse produto e nas condições ambientais tropicais de luminosidade, umidade e calor, que diminuiriam o tempo de crescimento consideravelmente das árvores (LINS, 1997).

Em termos de infra-estrutura para a produção e escoamento de celulose, a Jari implantou na região uma fábrica de celulose, uma usina termelétrica com 55 MW de capacidade, a *Company Town* de Monte Dourado, no Distrito do Município de Almerim (PA), um porto fluvial (Porto da Jari), 71 quilômetros de ferrovia e o aeroporto de Serra do Areão, em Monte Dourado/PA. Além desses, implantou também a Empresa Caulim da Amazônia (CADAM) e a Mineração Santa Lucrécia (MSL), para a extração e beneficiamento de caulim e bauxita refratária, respectivamente (JARCEL, 2009), sendo que a MSL foi desativada em 2002.

A Jari ocupa 1,3 milhão hectares distribuídos em terras nos Estados do Pará (55%) e do Amapá (45%), cortadas pelo rio Jari, que faz divisa entre os dois estados. Na região do Jari vivem hoje cerca de 55.000 habitantes, distribuídos pelas cidades de Monte Dourado (PA), Laranjal do Jari (AP), Vitória do Jari (AP) e Munguba (PA). Sua sede está situada em Monte Dourado, à margem direita do rio Jari. Já a fábrica de celulose está localizada no distrito industrial de Munguba, a aproximadamente 18 quilômetros de Monte Dourado, também às margens do rio Jari, ocupando uma localização geográfica estratégica (JARCEL, 2009):

- é a fábrica brasileira de celulose situada mais próxima dos principais mercados consumidores: Europa, América do Norte e Ásia;
- apresenta curta distância entre a floresta, a fábrica e o porto fluvial privativo, com capacidade para receber navios de até 200 metros de comprimento;
- as condições naturais de clima e solo e a utilização da melhor tecnologia silvicultural disponível permitem o cultivo de florestas de alta produtividade, onde cresce o eucalipto de ciclo curto de corte.

Ainda que o referido projeto não tenha sido implantado totalmente em território amapaense, passou a influenciar na dinâmica e organização espacial desse Estado, especialmente em sua região Sul, nos limites fronteiriços com o Estado do Pará ao longo do Vale do Rio Jari. O Projeto Jari buscou integrar atividades florestais, agrícolas, minerais e industriais, estruturando-se em torno de dois núcleos urbanos principais: a *Company Town* de Monte Dourado (PA) e a cidade de ocupação espontânea de Laranjal do Jari/AP, que durante anos não passava de uma imensa favela fluvial incrustada na floresta amazônica, denominada “Beiradão”.

### **Projeto Calha Norte (PCN)**

No ano de 1985, foi implantado um grande projeto do poder público federal que visou resguardar a faixa de fronteira setentrional da região amazônica desde o seu limite fronteiriço seguindo até 150 quilômetros para o interior do Território Nacional. Esse corresponde ao Projeto Calha Norte (PCN). Diferente dos dois primeiros, foi concebido pelo Estado e teve como principais objetivos proteger a fronteira Norte da Amazônia através de ações nos setores de infra-estrutura viária, energética e de comunicações, educação e saúde, apoio às comunidades e aos grupos indígenas, bem como aparelhamento de órgãos policiais e judiciários; além de fiscalização do movimento na área de fronteira.

Atualmente, esse projeto foi expandido para uma atuação além da área de fronteira, diferente de sua etapa de implantação passando a chamar-se Programa Calha Norte – PCN. Abrange 194 municípios da região norte, sendo que destes, 95 localizam-se ao longo dos 10.938 km da faixa de fronteira. O PCN corresponde a 32% do território nacional onde habitam cerca de 8 milhões de pessoas, sendo 30% da população indígena do Brasil (BRASIL, 2010). Embora sua influência atue em todo o território do Estado do Amapá, a presença do PCN foi sentida, principalmente, em Macapá, onde se encontra a sede do 34º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) e no do município de Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, através da presença da 1ª Companhia de Fuzileiros de Selva, orgânica do Comando de

Fronteira Amapá/ 34° BIS em Clevelândia do Norte e instalação de órgãos públicos na cidade de Oiapoque, como, por exemplo, o escritório da FUNAI e da Polícia Federal, que possuem atuação ativa, respectivamente, junto às várias aldeias indígenas existentes na região e na segurança e vigilância dos fluxos na fronteira internacional.

A abertura da rodovia BR-156 ligando Macapá ao Oiapoque e a abertura da BR-210 (Perimetral Norte), são resultados do esforço do Estado em fazer cumprir as metas estabelecidas por projetos de defesa e integração nacional e, ainda hoje, correspondem aos dois principais eixos de circulação terrestre do Amapá, conforme mostra a Figura 1.

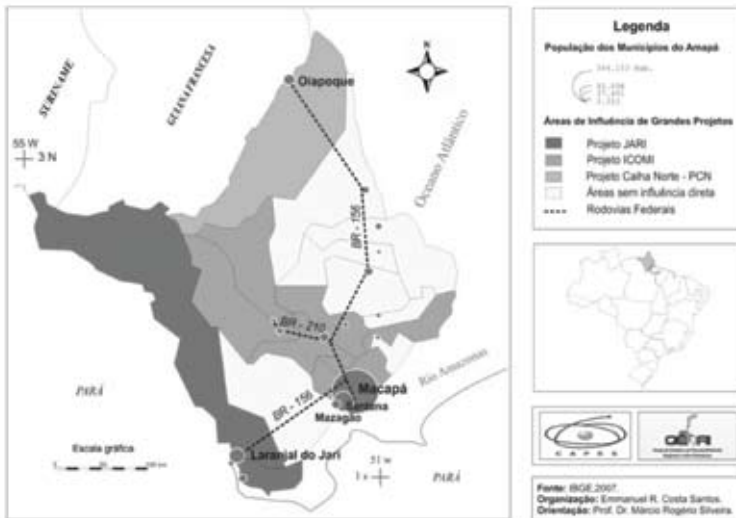


Figura 1: áreas de influência dos grandes projetos no estado do Amapá

Com a criação do Território Federal do Amapá, a busca pela ocupação da fronteira tinha como objetivo integrar este espaço sob a justificativa da Defesa Nacional. A partir da década de 1950, o Amapá encontra-se conectado e articulado em rede global da mineração, estimulando uma nova configuração espacial, regional e urbana na fronteira. Esse processo é destacado por

Porto e Silva (2006), que discorrem sobre a condição periférica da fronteira amapaense e sua redefinição ao longo desse período, encontrando-se como espaço de Defesa Nacional e produção de *commodities* para o mercado mundial, sendo-lhe acrescida outra condição além da periférica, sobretudo a partir da década de 1990.

A nova condição fronteiriça do Amapá é de um espaço periférico estratégico junto aos interesses do mundo globalizado e da necessidade de maior fluidez e integração verificável, sobretudo, por meio da reestruturação de seus sistemas de objetos e ações, buscando promover e ampliar sua interação espacial – inclusive fisicamente – com a Guiana Francesa (PORTO; SILVA, 2009, 2010).

## **POLARIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA DO AMAPÁ**

Diante do exposto, fica evidente que a produção socioespacial do Estado do Amapá desde a década de 1940 esteve diretamente atrelada à implantação dos grandes projetos privados e de Estado, de modo que os sistemas de objetos e ações desenvolvidos por eles passaram a definir certos arranjos espaciais no Estado, que podem ser identificados como: a) a região de Macapá, a qual teve seu dinamismo sócio-econômico ligado ao projeto de criação do ex-Território Federal do Amapá (1943), que passou a dotar a sua capital de condições mínimas de infra-estrutura e garantias normativas para a chegada dos projetos de capital privado e deu início ao processo de polarização dos investimentos feitos no Estado; b) a região central do Amapá, configurada pelo Projeto da ICOMI (1953); c) a região conhecida por Vale do Jari, configurado pelo Projeto JARI, que abrange a região Sul do estado com fronteira com o estado do Pará (1967); e d) o Projeto Calha Norte configurando a região de fronteira internacional entre o Brasil e a Guiana Francesa (1985), que corresponde no Amapá ao Município de Oiapoque; conforme se pode observar na Figura 1.

Entre as condições espaciais de localização das grandes firmas em países subdesenvolvidos, pode-se relacionar a especialização horizontal do território, que ocorre por meio da seletividade espacial para os diferentes níveis de produção industrial, devido à

raridade dos pontos que dispõem de vantagens locais significativas, havendo uma tendência para as concentrações com efeitos cumulativos. Quando o Estado funciona como suporte dos monopólios pela concentração das infra-estruturas, age como um elemento de concentração econômica e demográfica. Se o Estado dissemina pelo território os equipamentos de natureza social, como hospitais e escolas, ou distribui incentivos aos agricultores, é um fator de dispersão (SANTOS, 2004).

Há cada vez mais uma tendência a equipar mais o país, segundo uma determinada mitologia de crescimento econômico, que acaba por atender às grandes firmas e aos monopólios, Essa associação funcional entre o Estado e o capital, ao invés de gerar uma difusão geográfica e social do crescimento econômico, acaba por difundir a pobreza e a concentração nos pontos de crescimento. Em relação ao Amapá, tal concentração pode ser verificada em sua capital, a cidade de Macapá.

A problemática regional e urbana começa a ganhar contornos concretos com a efetivação do processo de integração nacional, o que promove a supressão da independência e da autonomia dos lugares acionados por esse processo, submetendo todos às mesmas leis coercitivas. Assim sendo, seria ingenuidade pensar uma matriz produtiva densa e integrada no âmbito de uma única região ou a busca de uma autonomia econômica regional (BRANDÃO, 2007).

As desigualdades regionais são inevitáveis com a consolidação do processo de integração. Essas podem ser definidas como diferenças duráveis, localmente interdependentes e cumulativas entre sub-espacos de um mesmo país, estabelecidas por condições não somente conjunturais, mas também estruturais. A causa motriz dessas inter-relações locais pode-se encontrar fora da região (SANTOS, 2004).

A consciência das desigualdades regionais faz aumentar as tensões sociais e pode comprometer a coesão e a solidariedade do grupo nacional. No entanto, essas tensões são amenizadas através de mudanças conjunturais, onde as forças detentoras do poder nas regiões ricas reforçam o seu poderio sob a forma de concessões junto à região problema. As primeiras são denominadas “regiões planas”, e traduzidas em termos das criações das

superintendências de desenvolvimento, como por exemplo, a SUDENE e SUDAM. Tais regiões nascem do crescimento desigual entre espaços geográficos; desequilíbrios históricos que se intensificam sob a lei de uma complementaridade produtiva e dos efeitos multiplicadores dos investimentos, que ao longo dos anos orientam novos capitais para as regiões mais desenvolvidas (BRITTO, 1986).

Dessa maneira, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo faz surgir em termos espaciais da acumulação do capital o processo de polarização, o qual gera a hierarquia e a centralidade, ou seja, estruturas de dominação fundadas na assimetria e na irreversibilidade, que são reforçadas pela inércia dos investimentos em capital fixo concentrados naquela área central, marcada por forças aglomerativas e apropriando-se de economias de escala, de proximidade e de meios de consumo coletivo presente nos espaços construídos nos núcleos urbanos centrais do processo de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007).

O desenvolvimento dos processos de homogeneização, integração e polarização da dinâmica capitalista do e no espaço, produz sua contradição em escalas diversas, verificável por meio do movimento negação entre a integração e a polarização espacial, onde esta última pode ser vista também como uma porção fragmentada de espaço que articula e estabelece a hierarquia de outros. Assim, fragmentação e integração dão origem às diferenciações dos lugares e, no modo de produção capitalista, às desigualdades marcadas pelas diferenças e contrastes regionais. Toda essa situação de desigualdade sócio-espacial acaba por promover importantes mudanças na (re)organização do espaço, que são acompanhadas por migrações rurais-urbanas, inter-regionais e inter-urbanas.

A ocupação espontânea ou dirigida, a abertura de rodovias e a implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração, hidrelétricos e os ligados à industrialização, produziram grandes mudanças na esfera produtiva, nas relações de produção e na dinâmica da configuração territorial do espaço amazônico (CORREIA, 2006).

O revigoramento de velhos e estagnados núcleos urbanos e a criação de novos foram de fundamental importância para a

dinâmica econômica regional, pois esses passaram a ser o *locus* de atração dos fluxos migratórios, da organização do mercado de trabalho e de controle social, descaracterizando o processo de urbanização da Amazônia como consequência de uma expansão agrícola. É dessa forma que a fronteira econômica amazônica já nasce urbana como estratégia geopolítica de ocupação feita pelo aparato de um Estado centralizador e possui um ritmo de urbanização mais rápido do que o resto do Brasil (BECKER, 1990; BROWDER; GODFREY, 2006).

Em se tratando do Amapá, fora do eixo das cidades de Macapá e Santana, praticamente conurbadas<sup>7</sup>, as cidades de Laranjal do Jari na porção sul e a cidade de Oiapoque na porção norte do Estado, mesmo possuindo dimensões de cidades pequenas, se destacam em termos de importância urbana e de polarização regional. Nesse sentido, seguindo o raciocínio da influência dos grandes projetos para a dinâmica territorial do Estado do Amapá, pode-se verificar que o desenvolvimento e, em alguns casos, até a origem de núcleos urbanos, está diretamente vinculado aos sistemas de objetos e ações empreendidos por esses. Como exemplo, pode-se destacar a influência da ICOMI na produção e organização do espaço na porção central do estado do Amapá.

A transformação do Território Federal do Amapá em estado em 1988 desencadeou uma série de transformações econômicas e espaciais, que foram sentidas de forma mais intensa nas cidades de Macapá e Santana. Essas mudanças na política e economia amapaense estão relacionadas, em especial, às políticas de desenvolvimento promovidas pelo poder público e com a chegada de novos agentes do capital no estado.

Dessa forma, a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1992, a criação de novos municípios no início de década de 1990, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), em 1995, a política federal de meio ambiente através da criação de grandes áreas de conservação e preservação

---

<sup>7</sup> Fenômeno ocasionado pela expansão horizontal de cidades que se encontram e formam um espaço urbano contíguo.

ambiental no Estado, o encerramento das atividades da ICOMI, em 1997, seguido da entrada de novas empresas de mineração e de suas terceirizadas na área central do estado nessa primeira década do século XX, contribuíram e contribuem diretamente para as transformações sócioespaciais em curso no Amapá.

A ilusão do Amapá como uma fronteira econômica ou como uma promessa de lugar de prosperidade sócio-econômica, somado a uma conjuntura nacional de baixo desenvolvimento e elevados índices de desemprego, em particular nas duas últimas décadas do século XX, foram alguns dos elementos que contribuíram para o deslocamento de milhares de pessoas em busca de uma vida melhor.

Para melhor ilustrar essa intensa e concentrada dinâmica populacional após a criação do Estado do Amapá, ressalta-se o incremento de seu processo migratório visto através do índice da Taxa Líquida de Migração (TLM) para a sua capital, a cidade de Macapá, que durante o período de 1995-2000 foi de 8,28%, o que correspondeu à segunda maior taxa entre as capitais estaduais da Amazônia Legal no período (IBGE, 2001).

A abertura de vários concursos públicos em diferentes setores da administração e de serviços públicos para compor o quadro pessoal do estado em formação, somado à expectativa de um lugar cheio de oportunidades de realização econômica e social, atraiu migrantes de várias regiões do Brasil, destacando-se quantitativamente, os paraenses e os maranhenses respectivamente, ou seja, o predomínio de uma migração intra-regional, confirmando o comportamento de dinâmica populacional por meio da migração na região Norte do país (MOURA; MOREIRA, 1998).

A elevada taxa de migração e de urbanização do Amapá são fatores que incidiram diretamente em sua dinâmica territorial e urbana. A taxa de urbanização do Amapá em 2000 foi de 89,0%; maior índice da região Norte e acima da taxa de urbanização do Brasil, que nesse ano foi de 81,25%. Tal fenômeno tem se apresentado de maneira concentrada na capital, Macapá, e na cidade de Santana, originando um fenômeno denominado de macrocefalia urbana<sup>8</sup>, pois esses dois municípios concentram 74,28% da população do Estado (IBGE, 2007).

Distante uma da outra por 12 quilômetros é importante destacar a complementaridade urbana existente entre as cidades de Macapá e Santana, principalmente referente aos sistemas de transportes, pois o principal aeroporto do Amapá está localizado em Macapá, enquanto os seus principais terminais portuários e parques industriais estão no Município de Santana. Como a maior parte de cargas e mercadorias chega ao Estado por via fluvial e flúvio-marítima, ocorre uma grande concentração de empresas de transportes, atividades industriais e portuárias ocupando as orlas dos rios Amazonas e do Matapi em Santana. Já na capital se concentram as atividades de comércio, serviços mais especializados, faculdades, administração pública e gestão de empresas. Essa complementaridade urbana acarreta grande interação espacial entre esses dois núcleos urbanos que ocorrem, sobretudo, através de duas vias principais: a Rodovia Juscelino Kubitchek e a Rodovia Duque de Caxias.

A urbanização na Amazônia tem apresentado uma elevada concentração em poucas cidades. Esta urbanização concentrada reflete a ação do Estado através da criação e estímulo, nas capitais, de um número crescente de instituições vinculadas a atividades políticas, administrativas, de gestão e de empreendimentos privados voltados ao serviço e ao comércio da população urbana; gerando um ponderável mercado de trabalho (CORRÊA, 2006). A cidade de Macapá é um bom exemplo dessa realidade de urbanização concentrada, conforme se verifica nos percentuais populacionais da figura 1 e quadro 1.

---

<sup>8</sup> As macrocefalias urbanas são conhecidas nos países subdesenvolvidos como o resultado do progresso tecnológico e das tendências à concentração que ele provoca. As cidades inicialmente privilegiadas beneficiam-se com uma acumulação seletiva de vantagens e, assim, acolhem novas implantações. A concentração de investimentos públicos em alguns pontos do espaço provoca a tendência a uma elevação do coeficiente de capital necessário à instalação de uma nova atividade. O Estado também favorece a macrocefalia por meio da escolha dos investimentos prioritários que vão para as cidades (SANTOS, 2004).

<b>Município</b>	<b>População (2007)</b>	<b>% Estado</b>	<b>Ano de criação</b>
Amapá	7.492	1,28%	1901
Calçoene	8.656	1,48%	1956
Cutias	4.320	0,74%	1992*
Ferreira Gomes	5.040	0,85%	1987
Itaubal	3.439	0,59%	1992*
Laranjal do Jari	37.491	6,39%	1987
<b>Macapá (capital) **</b>	<b>344.153</b>	<b>58,59%</b>	<b>1856</b>
Mazagão	13.862	2,37%	1890
Oiapoque	19.181	3,27%	1945
Pedra Branca do Amaparí	7.332	1,24%	1992*
Porto Grande	13.962	2,37%	1992*
Pracuúba	3.353	0,59%	1994*
<b>Santana **</b>	<b>92.098</b>	<b>15,68%</b>	<b>1987</b>
Serra do Navio	3.772	0,64%	1992*
Tartarugalzinho	12.395	2,12%	1987
Vitória do Jari	10.765	1,84%	1994*
<b>Estado do Amapá</b>	<b>587.311</b>	<b>100%</b>	<b>1988</b>

Quadro 1: População dos municípios do Estado do Amapá (2007).

Fonte: IBGE (2007); AMAPÁ (2002).

\* Municípios que se emanciparam depois da criação do Estado do Amapá.

\*\* Praticamente conurbadas.

Nota: Até o ano de 1943 as terras que atualmente correspondem ao Amapá pertenciam ao Estado do Pará, a partir desse ano foi criado o Território Federal do Amapá que em 1988 passou a ser o atual Estado do Amapá.

Os demais núcleos urbanos do Amapá são formados por cidades pequenas, sendo que 50% delas possui municípios com uma população inferior a 10.000 habitantes, concentrados em sua maior parte na sede do município de denominação homônima. Ressalta-se, também, que a criação de novos municípios no Amapá ocorreu, principalmente, durante o processo de sua transformação em estado em 1988.

Não se deve entender a primazia urbana limitando-a como um fenômeno só demográfico, mas através das realidades históricas que levaram a uma acumulação num só ponto do território, estando essa seletividade na origem de novas instalações e novas acumulações, que se agrava na atualidade com a concentração em todos os setores da atividade econômica, social e política (SANTOS, 2004). Nesse sentido, a polarização da cidade de Macapá teve início com a criação do Território Federal do Amapá, pois a partir daí passou a receber os principais investimentos em infra-estrutura e serviços urbanos, sendo a base logística principal dos vários projetos instalados no Amapá e destino de seus investimentos e impostos, contribuindo para sua primazia urbana no Estado.

Reverter uma macrocefalia urbana, considerando a atuação da força e os interesses de uma sociedade de mercado, torna-se um processo bastante conflituoso, pois essa representa a forma espacial da concentração e desigualdade econômica e geográfica. Assim, para rever esse fenômeno tem-se que considerar todo o conjunto de causas internacionais e nacionais que provocam as macrocefalias, o que implicaria uma programação pública coerente e sólida, conduzida por um Estado consciente das dificuldades que qualquer tentativa de modificar o *status quo* pode acarretar (SANTOS, 2004).

O isolamento por via terrestre do Amapá em relação ao restante da Amazônia e do Brasil, somado à precariedade de seus sistemas de transportes e de comunicação interna, tem dificultado a funcionalidade, articulação e desenvolvimento de um sistema urbano mais integrado e consolidado, contribuindo para intensificar a macrocefalia urbana na cidade de Macapá, que assume a primazia da incipiente rede urbana do Amapá, polarizando todo o seu território, além de municípios do arquipélago do Marajó pertencentes ao Estado do Pará.

No entanto, sub-redes ou curtos-circuitos estão se estruturando através de núcleos urbanos localizados no vale do Rio Jari na porção Sul do estado com a polarização de Laranjal do Jari, no eixo da rodovia BR-210, articulados à atividade de mineração e ao norte do estado, numa área de fronteira internacional entre o Brasil e a Guiana Francesa com polarização na cidade de Oiapoque.

A partir das particularidades do desenvolvimento socioespacial e dos dois principais eixos terrestres de interações espaciais do Estado do Amapá, pode-se propor um padrão espacial de sua rede geográfica com base em dois padrões dominantes de interações espaciais em rede proposto por Corrêa (1997): a dendrítica e a axial, as quais estabelecem o ordenamento estrutural do território amapaense.

A rede dendrítica com característica dominante da localização excêntrica do centro nodal mais importante e por vias e fluxos que se distribuem segundo um padrão análogo ao de uma rede fluvial, transparece em relação ao sub-espço em questão através da centralidade exercida numa escala sub-regional pela cidade de Macapá e regionalmente por Belém.

## **Considerações Finais**

Percebe-se que o processo de produção espacial do Amapá e de sua rede geográfica colaborou para a (re)organização de um território que atendesse, majoritariamente, aos interesses hegemônicos do capital, percebido, sobretudo, pela racionalidade dos sistemas de engenharia ali implantados, quer seja pela ação do Poder Público, como por enclaves econômicos nos setores de transportes, energia, comunicação e estrutura urbana. Assim, esses sistemas técnicos acabaram por legar ao espaço amapaense os seus primeiros arranjos espaciais modernos, que tiveram, sobretudo, o intuito de garantir os interesses produtivos e geopolíticos previsto para essa sub-região Amazônica.

Os traços das duas rodovias federais cortando o território do Amapá (figura 01) sugerem uma rede axial caracterizada pela disposição linear dos nós nela presentes (núcleos urbanos), associada quase sempre a uma única via de tráfego linearmente disposta. A hierarquia dos centros urbanos obedece a uma regularidade espacial, resultado e condição de interações que se realizam em duas direções. As interações perpendiculares ao eixo de tráfego são pou-

co significativos, como, por exemplo, ocorre ao longo da BR-156, entre as cidades de Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calcoene e Oiapoque, onde se verifica circuitos ou fluxos que ultrapassam os centros pequenos dirigindo-se para um centro de hierarquia mais elevada, nesse caso a cidade de Macapá. Realidade semelhante acontece no eixo da BR-210

Dessa forma, pode-se supor que os sistemas de objetos e ações desenvolvidos pelo Estado e o grande capital, em áreas de baixa densidade demográfica e de fronteira econômica e política da Amazônia, passaram a delinear os primeiros arcaços socioespaciais de modernização e de hegemonização da organização do espaço de unidades federativas originadas dos extintos territórios federais. Esses sistemas preñhes de intencionalidades visaram, sobretudo, recriar um espaço e uma região conforme os fins e os meios de uma razão, ação e informação formalizada e deliberada por comandos hegemônicos e externos ao lugar. No entanto, os sistemas de objetos e ações gerados com a implantação e operação de grandes projetos ou de atividades sócio-econômicas originadas a partir desses, sofreram refuncionalização e reestruturação diante das transformações econômicas e políticas ocorridas no Amapá ao longo da metade do século XX e da primeira década do atual. Se por um lado sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, por outro, sistemas de ações levam ao surgimento de novos objetos ou refuncionalizam os preexistentes, ou seja, sistemas de objetos e sistemas de ações interagindo de forma dialética sobre o território.

É, nesse sentido, que o arranjo espacial do ex-Território Federal, mesmo passado duas décadas desde sua transformação em unidade federativa, ainda, segue as orientações espaciais herdadas dos grandes projetos, os quais passam a ser acrescidos diante de outros sistemas de ações, por novas formas e funções, deixando de servir majoritariamente aos interesses hegemônicos do Estado e de enclaves produtivos privados por meio de uma circulação e comunicação verticalizada do território, para, também, atender ao desenvolvimento de uma produção horizontalizada do espaço. No entanto, compreender de forma mais detalhada esse processo sobre a base empírica em questão, ou mesmo, numa discussão teórica são pontos que requerem novas pesquisas.

## Referências

AMAPÁ. *Macrodiagnóstico do Estado do Amapá: primeira aproximação do ZEE*. Macapá: IEPA/GEA, 2002.

BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Disponível em <http://www.transportes.gov.br> Acesso em 08/11/2009.

\_\_\_\_\_, Ministério da Defesa. Disponível em <http://www.defesa.gov.br> Acesso em 23/07/2010.

BROWDER, John; GODFREY, Brian. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BRITTO, Luiz Navarro de. *Política e espaço regional*. São Paulo: Nobel, 1986.

BUARQUE, Sérgio. Padrões tecnológicos e formas de ocupação da fronteira. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia (orgs.) *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 21-45.

CARDOSO, F. do S. S. *Entre conflitos, negociações e representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX*. Belém: UNAMAZ/NAEA, 2008.

CORREIA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Ro-

berto Lobato (orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2000*. Dados do Arquivo de Universo. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_. *Tendências demográficas*. Rio de Janeiro: MPOG/IBGE, 2007.

LINS, Cristóvão. *O Jari e a Amazônia*. Rio de Janeiro: DATAFORMA/Prefeitura Municipal de Almeirim, 1997.

JARCEL S.A. (Jari Celulose). Disponível em <http://www.jari.com.br>. Acesso em 08/11/2009.

MOURA, Hélio de; MOREIRA, Morvan. As migrações na Região Norte em período recente: uma abordagem preliminar. In: *Anais do Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000*. Macapá: SETEC, 2003.

PORTO, L. R.; SILVA, G. de V. *De periferia a espaço estratégico: a construção da condição fronteiriça amapaense*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

\_\_\_\_\_. *Novos usos e (re)construções da condição fronteiriça*

amapaense. *Novos Cadernos NAEA*. Belém, V.12, n.2, p.253-267, dez., 2009.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Vila Serra do Navio: comunidade urbana na Selva Amazônica*. São Paulo: Editora Pini, 1992.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. A rede urbana amazônica: da rede dentrítica à configuração de uma rede complexa. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2001, p. 369-389.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996b.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1997.

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia (orgs.) *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 21-45.

SARNEY, J.; COSTA, P. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 1999. (Coleção Brasil 500 anos)

SERENI, Emilio. *La categoria de Formacion Economica y Social*. México: Roca, 1973.

SILVA, G.V.; PORTO, J.L.R. Exploração de recursos naturais no norte brasileiro: Formas atuais apresentadas no Estado do Amapá. In: *Anais do 8º Encuentro Humboldt: Retorno de la política*. Colón (Entre Rios), Argentina, setembro de 2006.

TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda (orgs.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro: SAGA, 1967.

## **Interações Espaciais Amapá (BR)-Guiana Francesa (FR)**

### **Uso Político do Território e Cooperação Transfronteiriça <sup>1</sup>**

*Gutemberg de Vilhena Silva <sup>2</sup>*

#### **Introdução**

Este trabalho tem por objetivo central contribuir para o debate recente sobre as interações espaciais na fronteira política entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR), destacando o uso político do território e a cooperação transfronteiriça. Optamos por trazer uma quantidade considerável de notas auxiliares, algumas das quais longas, com o intuito de esclarecer melhor alguns pontos e conceitos trabalhados, bem como contribuir com reflexões paralelas, mas que tem relação direta com o objetivo proposto.

Nosso ponto de partida são as *interações espaciais*, noção central em Geografia. Segundo Corrêa (1996), as interações espaciais correspondem a um amplo e complexo conjunto de desloca-

---

<sup>1</sup> Este artigo contou com o apoio técnico e financeiro da CAPES, através do projeto *Ajustes Espaciais na Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Dos Dilemas Espaciais à Defesa do Território*, coordenado pelo Dr. Jadson Luis Rebelo Porto.

<sup>2</sup> Pesquisador do grupo *Percepções do Amapá* e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ). Autor vinculado ao Grupo Retis de Pesquisa / UFRJ. Email: bgeografo@yahoo.com.br

mento de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço geográfico. Na mesma direção, Lévy; Lussault (2003, p. 518) sinalizam que as interações espaciais se constituem em “*action réciproque de deux ou plusieurs lieux?*” (ações recíprocas de dois ou mais lugares). Delas surge a possibilidade de *sinergias de cooperação* entre as partes envolvidas, mas também de concorrência e conflitos. As duas possibilidades se imbricam e o caso aqui estudado é o ponto de apoio para essa afirmação.

Em termos metodológicos, o artigo se divide em três partes: o *tópico primeiro* fornece o caminho teórico-epistemológico escolhido e as noções centrais presentes, além de trazer alguns apontamentos sobre as características atuais das fronteiras Amazônicas<sup>3</sup>, com destaque para a interação Amapá - Guiana Francesa. Em seguida, traçamos um breve panorama do que entendemos por “novos”<sup>4</sup> usos do território franco-brasileiro. Neste tópico, aprofundamos a questão das escalas geográficas. A partir da consideração das escalas geográficas, alguns atores mencionados no trabalho se destacam nas interações espaciais da fronteira estudada. No *terceiro tópico*, detalhamos os “novos” usos do território a partir de análises da cooperação transfronteiriça franco-brasileira, acrescentando, para finalizar, considerações mais pontuais sobre o controle e uso da biodiversidade tropical em um sub-tópico específico.

---

<sup>3</sup> Vide Coelho (1992).

<sup>4</sup> Dialeticamente, o novo sempre está se moldando sobre o velho, e ambos convivem e colaboram. Contudo, existem momentos nos quais o conteúdo novo passa a ser muito significativo a ponto de reorientar muitas ações e objetos de formas diferentes da anterior. É justamente neste ponto que mencionamos *novos* usos do território e temos nos debruçado sobre o caso franco-brasileiro.

## INTERAÇÕES ESPACIAIS AMAPÁ-GUIANA FRANCESA

As relações internacionais entre as nações sul-americanas passaram por várias transformações ao longo da história. Entendê-las significa ter a clareza da existência de caminhos construídos em bases variadas e que se projetam em horizontes político-territoriais de atores sintagmáticos, ou seja, atores que projetam uma ação (RAFFESTIN, 1993) e que constantemente (re)funcionalizam o uso do território de seus países, atribuindo-lhes constantemente *novos usos*<sup>5</sup>. Compreender o caminho das intervenções nacionais e de seus atores via Geografia Política, a opção aqui adotada, significa visualizar e entender a espacialidade<sup>6</sup> das tensões e arranjos de conflitos com que as decisões políticas se territorializa(ra)m e provoca(ra)m assimetrias econômicas e sociais, considerando a política<sup>7</sup>, o território<sup>8</sup> e as esca-

---

<sup>5</sup> A construção da Base Espacial Européia em Kourou (Comuna da Guiana Francesa), na década de 1960, e a implantação do *Euro*, na década de 1990, são dois momentos significativos de novos usos do território da Guiana Francesa, para citar um exemplo significativo. Vide Arouck (2001).

<sup>6</sup> Sobre a espacialidade na Geografia cf. Soja (1993). O autor procura mostrar a importância da espacialidade na teoria social crítica. Nessa linha, Milton Santos vem ao longo de sua obra demonstrar que a dimensão espacial é extremamente necessária para o entendimento da totalidade social.

<sup>7</sup> Em sentido amplo, é todo planejamento social que implique o estabelecimento de objetivos a certo prazo assim como a sua gestão. Atua ao mesmo tempo sobre a sociedade e sobre o espaço. *Espaço Político*, por outro lado, refere-se a um recorte onde interesses se organizam, onde as ações possuem efeitos necessariamente abrangentes em relação à sociedade. Com efeito, o *espaço político* nos obriga a pensar o espaço geográfico nas mais distintas escalas geográficas em que ocorrem as relações sociais. Outra noção central é a de Política Territorial. Esta é definida como conjunto de planejamentos estratégicos a médio e longo prazos, assim como as suas correspondentes formulações de atuação dirigidas a intervir sobre o território. (SANCHEZ, 1992).

<sup>8</sup> Sack (1986) e Cox (2002) apontam que a Geografia Política foca, além dos fatos políticos por excelência, o território e suas correspondentes territorialidades. O território é a área na qual se faz o controle (mediante relações de poder), ao passo que a territorialidade é a tentativa de um indivíduo ou grupo de estabelecer controle, afetar ou influenciar as relações no território.

las geográficas. As tensões que aqui consideramos envolvem as várias instâncias decisórias dos lados diretamente interessados (Brasil e França) com suas correspondentes entidades políticas.

Desde a década de 1970 que a Geografia Política vem ganhando novos contornos a partir da consideração de que diversos atores produzem e reproduzem relações que afetam politicamente as interações espaciais dos e entre os países. Raffestin (1993[1980]) e Becker (1983) chamaram este comportamento de *multidimensionalidade do poder*. Nessa lógica, considera-se a política de diversos atores que compõem a trama interna dos Estados nacionais, ou seja, a forma com que se esquematizam, por exemplo, *objetivos-ações-finalidades* das empresas, notadamente as grandes, das organizações não-governamentais (ONGs), dentre as quais ganham extrema importância as de cunho ambiental; e dos Movimentos Sociais (SMITH, 1996). Isto, porque o Estado deixou de ser um recorte explicativo para inúmeras questões colocadas recentemente às Ciências Sociais, em sentido amplo, e a Geografia *stricto sensu* (CASTRO, 2005). Neste contexto é que residem muitos dos atuais arranjos e as tensões políticas entre as nações sul-americanas.

Ao longo de trabalhos recentes (SILVA, 2007; 2008; 2009), (SILVA; RÜCKERT, 2006a e b; 2009), (PORTO; SILVA, 2009), temos apontado uma série de alterações nas relações fronteiriças entre a Guiana Francesa e o Amapá, com a incorporação de *novos* elementos funcionais. Um dos pilares recentes é o projeto de construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque, limite entre ambos (Foto 1), que se molda na nova lógica de uso do territorial apontada.



Foto 1 – Maquete da Ponte sobre o rio Oiapoque  
Fonte: Oiapoque (2008)

Novos cenários e desafios inserem-se, então, na atual conjuntura regional com obras como a acima mencionada, que impõem mudanças das noções de fronteira política, de modo a tornar mais *flexíveis* os conceitos de “fronteiras de contenção” e “fronteiras-separação”. Essas mudanças tendem a reforçar as características fronteiriças atuais como áreas de transição, de interface e/ ou comutadoras entre países vizinhos (SILVA; RUCKERT, 2009)<sup>9</sup>, ou seja, está ocorrendo uma mudança de perspectiva *do estado em relação ao papel dos limites e das fronteiras* (MACHADO, 1998, p. 43). Para a autora, até mesmo o sentido de *lei territorial*<sup>10</sup> está sendo alterado.

---

<sup>9</sup> Não se tratam efetivamente de temas específicos “*da fronteira*”, mas de questões que naquele *lôcus* ganham relevância como cooperação binacional transfronteiriça, fluxos internacionais (legais e ilegais entre entes próximos), legislação diferenciada das nações, entre outros.



Figura 1 - Municípios brasileiros no Arco Norte da fronteira brasileira e cidades gêmeas

Importa destacar, contudo, que não existe um “relaxamento” ou uma flexibilidade em sentido amplo das fronteiras políticas, e sim que a lógica da globalização, através da intensificação de conexões entre territórios por diferentes tipos de redes geográficas<sup>11</sup> (PARROCHIA, 1993) está se firmando. Impôs-se, há algu-

<sup>10</sup> Segundo a autora (1998, p. 47), esse processo de diluição dos limites nacionais se deve não só à multiplicação de redes trans-fronteira, mas também à competição entre diferentes sistemas de normas, induzida pelos próprios Estados e por outras grandes organizações, legais e ilegais. Frente essa instabilidade, a circulação informal, organizada em torno de relações de parentesco, amizade, e mesmo etnicidade, é reforçada em detrimento da circulação regulada pela lei.

<sup>11</sup> A diversidade das redes pode ser apreendida através de uma classificação simples como a sugerida por Lia Machado: *redes naturais* (rede fluvial; rede de caminhos), *redes infraestruturais* ou *técnicas*, (transporte; comunicação), *redes transacionais* (poder econômico e político), *redes informacionais* (cognitivas) (MACHADO, 1998, p. 46).

mas décadas, uma nova dinâmica aos países que objetivam usar a proximidade física como elemento central para ampliar a competitividade e as complementaridades. E é por isso que House (1980) sugere que os estudos sobre fronteiras passam por uma metamorfose epistemológico-metodológica, à medida que existe a perspectiva de “remoção” dos limites dos Estados nacionais em relação a alguns *temas transfronteiriços* (circulação de mercadorias, capitais e serviços são alguns deles). Esta nova dinâmica contemporânea pode ser constatada na relação entre Brasil e seus países limítrofes, que possuem pares de cidades-gêmeas como as mostradas na Figura 1 em relação ao Arco Norte brasileiro, as quais são articuladas e interagem como bem mostra Brasil (2005).

A integração física do Brasil como questão central do interesse nacional e ao combate às atividades ilícitas, tem atribuído às suas fronteiras um novo papel estratégico (MACHADO, 1995; 1996; 2000). Reativam-se as fronteiras por esse duplo papel, tornando as relações transfronteiriças um tema prioritário das relações internacionais. Esse processo é avaliado por Becker (2004) como um dos condicionantes geopolíticos atuais da Amazônia Brasileira. Ao que parece, a definição e papel das fronteiras está mudando em várias partes do planeta por estar associada e acompanhar o processo de relativização do papel do Estado em relação a elas, ou seja, ora para “fechar”, restringindo acesso, ora para “abrir”, facilitando o acesso. O caso amazônico acima mencionado é um exemplo dessa situação. Aliado a esse fator, a evolução das redes geográficas tem implicado maior comunicação e troca entre muitos países pelo espaço mundial, sobretudo trocas comerciais, o que gera uma mutação das funções da fronteira política para estes países que possuem interesses convergentes no que diz respeito à criação de dispositivos que favoreçam a aproximação física transfronteiriça.

Em função dessas novas dinâmicas no espaço mundial, alguns referenciais atuais tem utilizado a definição de *fronteira-rede*, tais como Arbaret-Schulz *et al.* (2004), para entender as interações das redes geográficas relacionadas à fronteira, já que muito dos interesses não se projetam efetivamente no *locus* da fronteira, para as cidades ali *conectadas*. Tais cidades são utilizadas apenas

como *nós*<sup>12</sup> na rede, para integrar pontos mais importantes. A *fronteira-rede* corresponde a instalações reticulares que reforçam a sua função na ligação com outros pontos, permeadas pela multiplicação e sofisticação das redes geográficas. Próximo à fronteira clássica, que se localiza às margens dos territórios nacionais, algumas fronteiras-reticulares instalam as redes de transporte e de comunicação exatamente onde a acessibilidade é maximizada.

Sintetizamos o tópico apontando que a articulação reticular, por um lado, e o novo papel atribuído às fronteiras políticas como nódulos-chave para o uso político do território transfronteiriço compartilhado, por outro, refletiram diretamente na configuração das interações espaciais entre o Brasil (Amapá) e a França (Guiana Francesa) desde a metade da década de 1990. Estes “novos” usos são desenvolvidos a seguir.

## **OS “NOVOS” USOS POLÍTICO-TERRITORIAIS DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA**

Entre 1900 e 1995 não existiam políticas territoriais entre Brasil e França com repercussão direta na fronteira, a não ser algumas poucas com o intuito de definir limites (Quadro 1).

---

<sup>12</sup> Frequentemente, são apenas cidades de passagem efêmeras. É interessante lembrar o conceito de *Gateway Cities* proposto por Burghardt (1971). Segundo o autor, estas se desenvolvem entre áreas de diferentes tipos e intensidades de produção e se diferenciam de outras localidades por sua localização excêntrica e pela predominância de conexões comerciais de longa distância. Além disso, constituem importantes nós de redes de transporte o que exerce marcante influência sobre a composição do mercado de trabalho.

### Quadro 1 – Alguns tratados e Acordos bilaterais com incidência direta sobre a fronteira Franco-Brasileira (1901-1995)

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto n	Data
Convenção de Arbitramento.	07/04/1909	27/06/1911	8850	26/07/1911
Acordo Marítimo	24/10/1975	01/11/1979	84326	20/12/1979
Tratado de Delimitação Marítima	30/01/81	19/10/83	88945	07/11/83

Fonte: MRE (2009).

Org. Autor.

Em relação aos acordos entre os anos de 1990 a 1995, algumas considerações são pertinentes aqui, dentre as quais destacamos a resolução da *Questão do Amapá* e a definição precisa do limite territorial. Solucionado juridicamente o litígio Franco-Brasileiro<sup>13</sup> em 1900, comumente conhecido no lado brasileiro por *Questão do Amapá*, somente em 1955 começaram os trabalhos de natureza técnico-geográficos de definição dos limites, que terminaram em 1962 com a implantação de 7 marcos ao longo da fronteira terrestre, no divisor de águas, que corre pela serra de Tumucumaque. Na ocasião, ficou também acertado que o rio Keriniutu seria o formador principal do rio Oiapoque, razão pela qual foi, em sua nascente principal, assentado o último dos 7 marcos da linha seca. Como decorrência das negociações

---

<sup>13</sup> A cartografia do norte do atual estado do Amapá (entre os rios Araguari, ao Sul, e o Oiapoque, ao Norte), configurou-se precisamente após séculos de litígio territorial entre franceses e portugueses. Após a independência brasileira em 1822, os primeiros passam a disputar a posse das terras com o Brasil. A disputa foi circunstanciada na proposição de qual rio dos mencionados seria o real limite entre eles. Em 1900, ano marco da resolução do litígio, foi concedida a posse definitiva da região ao Brasil através do *laudo suíço* ou *laudo de Berna* (Cf. REIS, 1949).

que se realizaram em Paris, em 1979, e em Brasília, em 1981, foi possível definir o talvegue ao longo da baía de Oiapoque, assim como a linha de delimitação marítima acertada pelo Tratado de Paris de 30 de janeiro de 1981.

Com efeito, o cenário apático que permeou profundamente aquele território transfronteiriço foi sendo redesenhado para uma relação de aproximação em várias instâncias e crescentemente vem envolvendo diferentes atores em várias escalas geográficas, alguns dos quais são apontados no presente trabalho.

## Quadro 2 – Parte do histórico da aproximação transfronteiriça entre Amapá e Guiana Francesa (1996-2009)

ANO	AÇÕES
1996	Celebrado, em Paris/França, Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa. Primeiro Encontro Transfronteiriço em Saint Georges.
1997	Aprovado pelo Congresso Nacional o Acordo-Quadro de cooperação por meio do Decreto Legislativo nº 5, de 28 de janeiro. Promulgado, no dia 08 de Abril, o Decreto 2.200/MRE que institui o Acordo-Quadro de cooperação Início, no estado do Amapá, da Rodada Internacional de Negócios ( <i>Equinócio</i> ), que tinha como um de seus objetivos aproximar as empresas amapaenses às do planalto das Guianas
1998	Reunião, em Paris/França, da Comissão Franco-Brasileira nas áreas científica, técnica e cultural, em que o Estado do Amapá aparece como integrante da cooperação com a Guiana Francesa Reunião, em Brasília, da comissão franco-brasileira nas áreas científica, técnica e cultural, visando permitir ao Governo do Estado do Amapá manter e intensificar as ações de cooperação com a França e Guiana Francesa, avaliando as ações de cooperação transfronteiriças Realizada em Caiena a Segunda Consulta Transfronteiriça
1999	Missão oficial do Governador do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe, à Europa (Bélgica, Inglaterra e França), com objetivo de intensificar a cooperação transfronteiriça
2000	Implementada a Iniciativa de Integração de Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA - que coloca a construção da ponte binacional franco-brasileira, a pavimentação da rodovia BR 156 e o Porto Organizado de Santana/Amapá, como necessárias à integração de mercados no Norte da América do Sul
2001	É Instituída Comissão Bilateral relativa ao projeto de construção da ponte binacional
2002	- Realizada a Terceira Consulta Transfronteiriça em Macapá. - Assinatura, em Brasília, pelo Poder Executivo, do Decreto nº 4.373 para construção da ponte binacional
2004	Destinados R\$ 24,9 milhões, pelo PPA 2004/2007, para construção da ponte binacional, bem como R\$ 252,3 milhões para asfaltamento de trecho da rodovia BR 156

2005	Ano do Brasil na França. Nesta oportunidade estiveram presentes na França o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Governador do Estado do Amapá, Waldez Góes, com objetivo também de dinamizar os acordos de cooperação transfronteiriça. Naquele evento foi fechado o acordo de construção da ponte binacional
2006	- Autorização da Assembléia Nacional Francesa para a construção da ponte binacional - Reunião de cooperação em matéria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Visita oficial do presidente Jacques Chirac ao Brasil. Mencionou em pronunciamento algumas relevâncias da aproximação binacional com a construção da ponte
2007	-Promulgado o acordo de cooperação para construção da ponte binacional, inicialmente elaborado no dia 15 de julho de 2005 - Encontro entre os dias 15 e 17 de janeiro com representantes da Guiana Francesa e de vários representantes de secretarias do Estado do Amapá - Encontro no dia 18 de janeiro com o presidente da Câmara Municipal de Oiapoque
2008	Início, em fevereiro, da revisão do Acordo-Quadro de cooperação após visita dos presidentes Nicolas Sarkozy e Lula às cidades de Oiapoque e Saint Georges.
2009	Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica para Criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica

Fontes: MRE (2009); ADAP, 2007; SILVA, 2008.

Sobre o redesenho que se configurou com a aproximação transfronteiriça, que é o ponto-chave dos “novos” usos do território franco-brasileiro, o Quadro 2 nos traz parte de seu histórico, sinalizando alguns acordos que, na prática, alteraram significativamente a lógica com que foram se moldando as interações espaciais entre Amapá e Guiana Francesa. Tais interações, mesmo conflitivas e muito lentas, por envolver as tensões e arranjos políticos, apontam para um caminho de complementaridades crescentes em áreas importantes como saúde, segurança, transportes e outros. Com efeito, os “novos” usos políticos do território ocorreram desde que o Acordo-Quadro franco-brasileiro possibilitou institucionalmente a aproximação sub-nacional de Amapá e Guiana Francesa. Este caminho torna-se mais inteligível à medida que consideramos múltiplos interesses no *lôcus* fronteiriço e mais claro ainda ao se visualizar diferentes escalas geográficas refletidas a seguir.

## ESCALA GEOGRÁFICA E ATORES

As escalas geográficas introduzem a necessidade de coerência entre o percebido e o concebido, pois cada escala só faz indicar o campo da referência no qual existe a pertinência de um fenômeno (CASTRO, 1995). Bob Jessop (2004) constata que com o reordenamento dos Estados nacionais frente à globalização, ocorre uma relativização das escalas geográficas para áreas de fronteira. Para Jessop, as escalas geográficas a partir das cidades de fronteira se relacionam em hierarquias crescentemente complexas e engendradas com diversas temporalidades e espacialidades em vez de hierarquias em formas simples umas com as outras. Isto pode ser constatado ao visualizar o esquema abaixo da Figura 2 feita como *modelo ideal*<sup>14</sup> para interações transfronteiriças. Consideremos a Figura a partir da cidade-gêmea marcada com a letra “I” e vejamos as interações espaciais multiescalares que dela/nela resultam. A cidade “I” em questão interage com seu par de cidade-gêmea e com o país vizinho como um todo, ambos no outro lado do limite internacional. Já do seu lado da jurisdição, a cidade “I” interage com sua sub-região; com outras cidades e regiões nacionais; com outros países; e, por fim, com o governo estadual e o central. Fica clara a abordagem teórica de Jessop a partir deste *modelo ideal* pensado pelo Grupo Retis de pesquisa.

---

<sup>14</sup> Padrão que contemplaria qualquer caso de estudo, ou seja, é um modelo “idealizado”, mas que efetivamente não corresponde a toda realidade social.

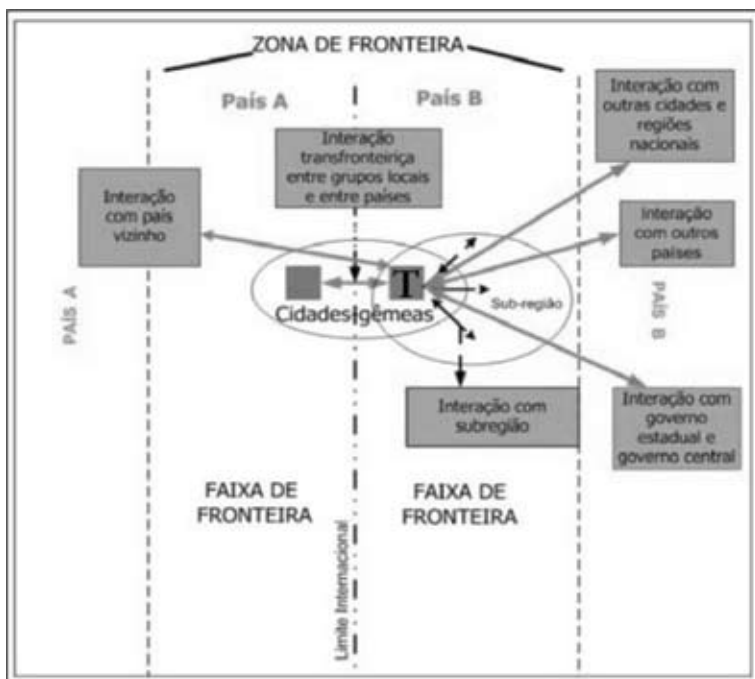


Figura 2– Modelo esquemático de Zona e Faixa de Fronteira  
 Fonte: Adaptado de Machado (2005)

Existem, conforme Jessop (2004), formas escalares básicas para se pensar fronteiras políticas na globalização. Uma delas é sua *análise de forma transversal*. Esse tipo de escala é bem indicado para se estudar territórios transfronteiriços como o estado do Amapá, já que está implicado sobre intervenções externas diretas (empresas transnacionais) e sua produção é voltada em grande escala para a exportação. A seqüência deste tópico procura relacionar escalas geográficas e atores sintagmáticos nas interações espaciais franco-brasileiras face à geopolítica do poder multidimensional na atualidade.

No tocante ao *cenário internacional*, consideramos que as escalas geográficas de ação na fronteira devem ser relacionadas: i) ao vetor técnico-científico-informacional (principalmente nas áreas de telecomunicações e informática) permitindo o acesso dos po-

vos da fronteira a centros de poder que não somente ao do Estado nacional a que pertencem.<sup>15</sup> ii) à proliferação de estratégias e planos de ação de organismos internacionais e empresas e/ou corporações transnacionais, interferindo no rol de políticas dos governos nacionais. Isto é constatado através das iniciativas para melhorar a logística de transportes multimodais no continente sul-americano, bem como as propostas de intervenção na Amazônia internacional, com vistas a sua “conservação”, por entidades como a World Wildlife Fund (WWF) e Conservation Internacional; iii) à implantação e desenvolvimento de agrupamentos funcionais dos Estados nacionais (a exemplo da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), União das Nações Sulamericanas (UNASUL), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)), possibilitando a formulação de um novo marco regulatório das interações espaciais entre os países, inclusive trazendo *possibilidades* da criação de territórios especiais regido por normas bi ou multilaterais, como é o caso dos pares de cidades-gêmeas, que, mesmo separadas por uma linha imaginária ou demarcadas por marcos de fronteira, possuem vínculos sócio-econômicos e culturais muito fortes entre si, a exemplo de Oiapoque/BR e Saint-Georges/FR Bonfin/BR e Lethen/GY, Pacaraima/BR e Santa Elena/VE e outras mostradas na Figura 1; v) às tentativas, ainda incipientes, de integração da malha ro-

---

<sup>15</sup> Este acesso pouco ocorre nas fronteiras brasileiras, pois grande parte das cidades fronteiriças carece de boa infra-estrutura intra-urbana e em suas redes de comunicação multimodal, o que dificulta o acesso das comunidades locais aos macro-acontecimentos políticos e econômicos. A cidade de Oiapoque, por exemplo, única a se relacionar diretamente com um território europeu na América do Sul, é um claro exemplo. Somente a Polícia Federal tem qualidade no acesso a informações *on line* naquela área. Demais instituições públicas e também particulares apresentam qualidade mínima no acesso à internet. Do lado francês, a qualidade de infra-estrutura é muito superior à brasileira, porém a ligação viária é extremamente precária entre suas Comunas, o que desdobra em outros problemas

doviária por parte dos vários governos com objetivo de conectar pontos em termos viários o Planalto das Guianas, como é o caso da rodovia *Transguianense*<sup>16</sup>, diminuindo o tempo nos fluxos; vii) à expansão de movimentos migratórios e pendulares na Zona de Fronteira que exigem tratamento diplomático e normatizado bilateral ou multilateral especial<sup>17</sup>.

Na escala nacional merecem destaque: i) os ajustes das políticas públicas estatais à porosidade das fronteiras. Tais ajustes ainda estão bastante incipientes, dada a complexidade que é o tratamento às cidades-gêmeas e os interesses diferenciados dos países a que essas cidades integram. *O interesse brasileiro em Oiapoque é o mesmo ou pelo menos similar ao francês para Saint Georges?* Presumimos que não. São estes ajustes e a dificuldade de se encontrar denominadores comuns de interesses que emperram algumas políticas públicas para cidades-gêmeas.

Na *escala local* existe uma demanda por maior conhecimento do centro decisório nacional sobre as especificidades territoriais dos municípios de fronteira. Um claro exemplo da vontade do poder central brasileiro de conhecer as especificidades da fronteira foi o patrocínio do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que apresenta um panorama atual da fronteira internacional do Brasil, propondo uma nova regionalização àquele espaço geográfico (BRASIL, 2005).

---

<sup>16</sup> Via de 2.346 Km que passa pelos países componentes do Planalto das Guianas ligando os Estados brasileiros de Amapá e Roraima. A via foi inicialmente proposta pelo Governo do estado do Amapá em 1997, justamente quando os “novos” usos políticos do território amapaense para sua fronteira começaram a se delinear. A transguianense liga cidades importantes na lógica regional da *fronteira-rede* como Santana, Macapá, Oiapoque e Boa Vista (Brasil), Saint Georges, Regina, Cayenne, Kourou, Saint Laurent du Maroni (Guiana Francesa/ França), Paramaribo (Suriname) e Georgetown (República Cooperativa da Guiana).

<sup>17</sup> Zonas como a franco-brasileira merecem destaque. Tornou-se rotina problemas relacionados a brasileiros clandestinos do lado francês, às vezes culminando com mortes.

Como visto, existe uma complexa trama política, econômica e social de relações que incidem na fronteira franco-brasileira. A base temporal de tantas interações data da segunda metade da década de 1990 (Quadro 2). Propostas de cooperação institucionalizada, articulando, tanto o Estado do Amapá quanto o Departamento da Guiana Francesa para as áreas de segurança, saúde, transportes, agricultura, língua, educação e tantas outras, passaram a se fazer presentes na agenda permanente de Brasil e França, mesmo que ainda não tenham representado um efetivo avanço de qualidade de vida para os habitantes da fronteira, como temos constatado em diversos trabalhos de campo. No tocante à cooperação, diferentes atores ganham destaque e vem influenciando as políticas territoriais franco-brasileiras, resultando numa série de interações espaciais e de possibilidades a partir da cooperação transfronteiriça analisada a seguir.

## **A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA FRANCO-BRASILEIRA**

Por *cooperação transfronteiriça* entendemos um conjunto de ações entre atores<sup>18</sup> de dois ou mais Estados nacionais, institucionalizadas ou não, a fim de elaborar/implementar propostas com impactos nos dois lados da fronteira. No caso franco-brasileiro, essa aproximação para cooperação se iniciou com a elaboração de Acordo-Quadro Franco-Brasileiro (Quadro 2). Essa medida abriu um rol de oportunidades de cooperação não vista antes, pois seus artigos elencaram elementos importantes que favoreceriam as políticas de cooperação transfronteiriça entre as nações e de forma mais direta as suas respectivas sub-unidades próximas, Guiana Francesa e Amapá. O acordo, como instrumento jurídico, forneceu um leque institucional amplo, que, além de estreitar os vínculos entre aquelas nações e mercados regionais, contemplou diversas modalidades de cooperação.

---

<sup>18</sup> Estados, Municípios, Organizações Não Governamentais e Associações são exemplos de atores sintagmáticos que podem estabelecer cooperação transfronteiriça.

O Acordo-Quadro informa que os dois países estarão sempre empenhados em favorecer os contatos políticos em todos os níveis, bem como constantemente reforçarão o desenvolvimento da cooperação econômica, cultural, científica e técnica. Ambos os Estados nacionais decidiram reunir bi-anualmente uma comissão geral franco-brasileira, com a missão de promover o diálogo político, coordenar os diferentes aspectos das relações bilaterais e estabelecer um programa de trabalho para o biênio seguinte. Além disso, acordaram constituir uma comissão científica e técnica, e outra cultural e lingüística, encarregadas de estabelecer um programa comum de cooperação em suas respectivas áreas de atuação.

No primeiro encontro transfronteiriço realizado em Saint Georges (Quadro 2), foi decidido que se trataria de encurtar as distâncias físicas e simbólicas entre as nações, com iniciativas como:

- i) a pavimentação das rodovias (BR 156 no Estado do Amapá e Route National 2 no lado Guianês-francês) para facilitar o acesso aos principais centros (Macapá - Cayenne);
- ii) a cooperação lingüística, na criação de escolas de línguas em cada uma das cidades principais, e;
- iii) início do embrião da construção de ponte binacional para enlaçar fisicamente os territórios.

Tais iniciativas acima elencadas tem se estruturado lentamente, fato comprovado com a morosidade na pavimentação da rodovia BR 156 e a não conclusão da ponte binacional, cuja decisão de sua implementação foi feita há quase uma década. Por outro lado, com a adição no Acordo-Quadro de informação referente ao incentivo à pequena e média indústria por parte de Brasil e França, tem início a Rodada Internacional de Negócios em Macapá (também chamada de **Equinócio**), um ano após o primeiro encontro transfronteiriço. Num primeiro momento, a rodada tinha por objetivo aproximar Micro e Pequenas Empresas (MPE's) do Estado do Amapá com as do planalto das Guianas (SILVA, 2005a; SILVA; PORTO, 2007), e de vários outros países (EUA, Canadá, França, Portugal) para concretização

do maior número de negócios possíveis. Informações recentes apresentadas pela revista Istoé (2010) mostram uma nova reorientação para o comércio exterior da rodada de negócios em 2009, aproveitando mais a proximidade com a Guiana Francesa<sup>19</sup> e a utilização do Porto de Santana<sup>20</sup>, já que entre os anos de 2004 e 2008 ocorreu uma orientação da rodada para contatos e negócios mais vinculados ao Brasil.

Silva (2005b) aponta que a rodada de negócios é interessante para o Amapá, sobretudo quando os municípios deste Estado passarem a apresentar uma maior fluidez, talvez alcançada com a pavimentação total da rodovia BR-156. Por outro lado, acreditamos que com a construção da ponte binacional franco-brasileira este avanço do **Equinócio** será favorecido.

---

<sup>19</sup> Para explicar o potencial consumidor da Guiana Francesa, o coordenador do Equinócio, José Carlos Molinos, lembra que o valor local do salário mínimo naquele departamento francês é de 700 euros, o equivalente a R\$ 2.450. Junto com outros dois territórios franceses no Caribe – Guadalupe e Martinica –, a Guiana Francesa é responsável pela metade dos negócios concretizados no *Equinócio* (ISTOÉ, 2010).

<sup>20</sup> A construção do Porto tinha por finalidade original atender à movimentação de mercadorias por via fluvial, transportadas para o Estado do Amapá e para a Ilha de Marajó. Todavia, pela sua posição geográfica privilegiada, com uma das principais rotas marítimas de navegação do litoral brasileiro, permitindo conexão estratégica com portos de outros continentes, cabotagem, além da proximidade com as Américas Central e do Norte, bem como com a União Européia, servindo para entrada e saída da região Amazônica, foi-lhe atribuída posição de relevo no cenário (inter) nacional, ainda que extremamente subutilizado. O Porto está localizado na margem esquerda do Rio Amazonas, no canal de Santana, em frente à ilha do mesmo nome, a 18 km de Macapá. Sua área de influência compreende ao estado do Amapá e aos Municípios paraenses de Afuá e Chaves, situados na foz do Rio Amazonas, a noroeste da ilha de Marajó. Algumas das vantagens do Porto são: posição geográfica estratégica (fronteira com departamento francês, proximidade com Caribe e EUA, entrada e saída do Amazonas); possibilidade de atraque de grandes contêineres; infra-estrutura portuária instalada; porto certificado desde o dia 25 de junho de 2004; e conectividade rodo-ferroviária.

Na seqüência dos anos em que ocorreu a reorientação para os “novos” usos políticos do território transfronteiriço, os diversos atores sintagmáticos envolvidos, sobretudo os institucionais, foram “amadurecendo” a idéia de cooperação transfronteiriça a partir de reuniões e consultas (Quadro 2). Em 2000 é criada a IIRSA na escala Sul-Americana, cuja premissa maior é a diminuição das descontinuidades geográficas dos 12 países deste sub-continente através de uma série de obras, principalmente na construção de pontes internacionais e melhoramento e/ou asfaltamento das vias rodoviárias (SILVA, 2009). O Estado do Amapá, mesmo não sendo prioritário nos eixos da agenda consensuada de 2005-2010, desempenha papel estratégico com três obras já citadas neste trabalho: ponte internacional sobre o Rio Oiapoque<sup>21</sup>, Rodovia BR 156 (ambas na Figura 3 abaixo); e o Porto de Santana.

As informações acima, associadas às reflexões em torno da IIRSA, já analisadas em trabalhos anteriores (SILVA; RÜCKERT, 2006a e b; 2009; COSTA; SILVA, 2007), apontam que o Amapá, mesmo com várias especificidades, está seguindo um panorama criado para toda a América do Sul, ou seja, o de construções de pontes, asfaltamento de vias precárias e conexão com pontos estratégicos que facilitem a fluidez (plataformas logísticas) e aqui se insere a lógica da *fronteira-rede*, o que lhe imprime novos usos territoriais na escala estadual e outras escalas intermediárias.

As constantes chuvas na região onde a BR-156 não é asfaltada no sentido norte a partir da capital (Figura 3), como no Município de Calçoene, dificultam o transporte de mercadorias e a passagem de pessoas entre a capital, Macapá, e Oiapoque.

---

<sup>21</sup> As autoridades francesas temem uma migração mais acentuada de brasileiros em direção a Guiana Francesa com a construção da ponte. O local escolhido para a construção da obra foi o cruzamento *Pointe Morne*, um lugar onde a largura do rio Oiapoque é reduzida entre as cidades de Oiapoque e Saint Georges (BLANCODINI, P.; TABARLY, 2010). Para maiores detalhes sobre as implicações da ponte numa visão francesa, vide D’HAUTEFEUILLE (2008).

Como a geração de energia na cidade de Oiapoque é obtida por termoeletricas locais, os racionamentos de energia são frequentes, já que o combustível utilizado é proveniente de Macapá. Este é apenas um dos problemas de uma série de outros que existem naquela área. A Foto 2, abaixo, ilustra as dificuldades em que se encontra a rodovia BR 156 em trechos não asfaltados.

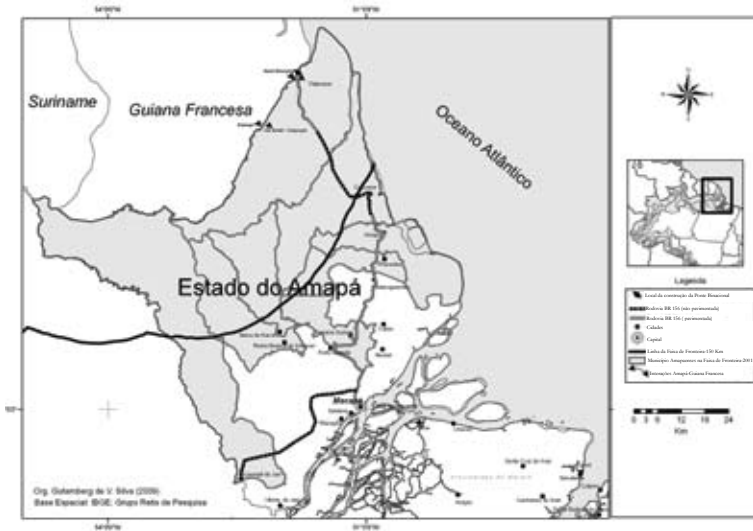


Figura 3 – Construção da ponte binacional e rodovia BR 156

O documento da União Européia (FRANÇA, 2007) para a cooperação da Guiana Francesa com os países a ela limítrofes (Suriname e Brasil) objetiva a formulação de políticas territoriais, de modo a favorecer uma relação transfronteiriça e internacional de forma que os países limítrofes possam contribuir para o seu desenvolvimento. Nesta lógica, a BR 156 é fundamental por servir de nóculo central nos deslocamentos do Amapá, única ligação física direta que os franceses poderiam utilizar atualmente para entrar no Brasil. O documento versa sobre a elaboração de atividades econômicas, sociais e ambientais transfronteiriças através de estratégias conjuntas.

O programa de cooperação é construído ao redor de um número limitado de objetivos bem definidos. O cruzamento das vantagens e fraquezas do espaço de cooperação face às oportuni-

des e ameaças permite, de acordo com o programa, abrir diversos pontos estratégicos ordenados de maneira temática, tais como:

- a) aproveitamento do potencial turístico;
- b) mobilidade de pesquisadores e estudantes;
- c) estímulo à aproximação das populações e o conhecimento mútuo;
- d) cooperação na rede de atores econômicos; e
- d) pólos de pesquisa.



Foto 2 – Atoleiro na rodovia BR 156.

Fonte: Acervo de G. V. SILVA

As temáticas são claras, interessantes e muito importantes. Contudo, muitas barreiras de todos os tipos ainda precisam ser vencidas para que o enlace internacional tenha êxito em suas diversas propostas. A história recente das interações espaciais Amapá-Guiana Francesa tem nos mostrado fatores que conduzem às principais dificuldades dos enlaces transfronteiriços, sendo a iniciativa e interesses institucionais divergentes entre órgãos dos e entre os Estados uma das mais recorrentes.

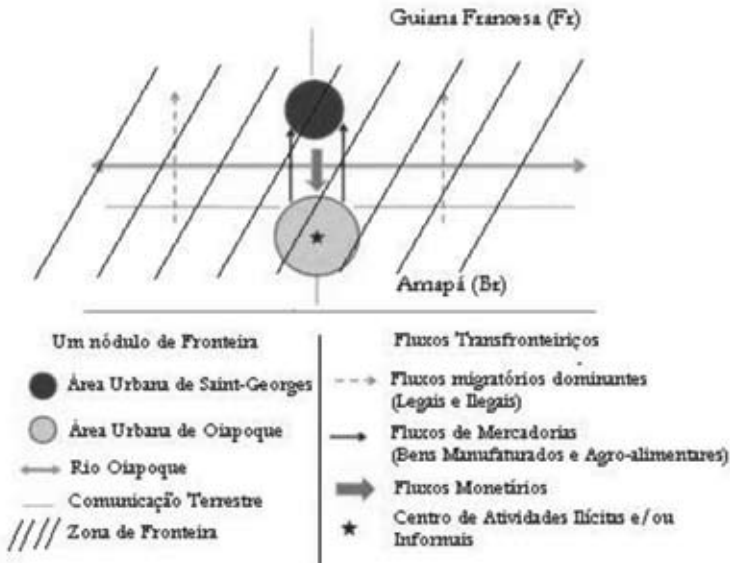


Figura 4 – Interações espaciais Amapá-Guiana Francesa  
Fonte: Adaptado de Blancodini; Tabarly (2010)

A Figura 4 acima mostra, de forma esquemática, a organização atual de parte das interações espaciais transfronteiriças entre Amapá e Guiana Francesa. Por ela é possível tirar algumas conclusões, tais como: os fluxos financeiros dominantes direcionam-se para o Brasil por conta do peso maior da moeda francesa (Euro); os fluxos migratórios (legais e ilegais<sup>22</sup>) e de mercadorias

<sup>22</sup> O centro de pesquisa INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques) da França estima que vivam na Guiana Francesa cerca de 60.000 estrangeiros (2008), ou seja, 30 % da população total do departamento. Quanto ao número de ilegais, é estimado em um intervalo entre 20.000 e 40.000 (BLANCODINI, P.; TABARLY, 2010). Segundo Machado (2000, p. 18), em termos econômicos, as atividades ilegais aparecem sob duas formas - as transferências de mercadorias e renda (exemplos: contrabando, evasão fiscal), e a produção de mercadorias e serviços ilegais (drogas ilícitas, lavagem de dinheiro, jogos de azar, prostituição etc.). Das duas formas mencionadas, aquela que mais se evidencia nas interações espaciais franco-brasileiras é a segunda.

se deslocam predominantemente no sentido francês; e Oiapoque ostenta a posição de cidade-controle das principais atividades ilegais. Esta cidade, por outro lado, é a sede da futura construção do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (CFBBA), uma parceria entre franceses e brasileiros para melhor controle e uso da biodiversidade tropical amazônica. Esta parceria, com efeito, vai ao encontro de várias temáticas da cooperação tranfronteiriça e do documento europeu citado (FRANÇA, 2007), principalmente em relação aos pólos de pesquisa.

### **CENTRO FRANCO-BRASILEIRO DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA - CFBBA : CONTROLE E USO DA BIODIVERSIDADE TROPICAL**

A constituição do CFBBA como política territorial tem por visão-chave o controle e uso da biodiversidade tropical compartilhada entre brasileiros e franceses. Sua celebração ocorreu durante visita dos presidentes Nicolas Sarkozy (FR) e Luis Inácio Lula da Silva (BR) em dezembro de 2008 na cidade de Oiapoque, como símbolo do interesse dos dois presidentes na aproximação transfronteiriça. O CFBBA será constituído por núcleos de pesquisa dos dois países, articulados e estabelecidos de comum acordo, os quais utilizarão a infra-estrutura técnica de seus territórios nacionais para promover interações espaciais no campo técnico-científico, de modo a executar projetos conjuntos no campo da biodiversidade. A proposta levará em consideração a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB<sup>23</sup>) de que são partes. Nestes termos,

---

<sup>23</sup> A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB é um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. É um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio-ambiente e funciona como um guarda-chuva legal/político para diversas convenções e acordos ambientais mais específicos. A CDB é o principal fórum mundial na definição do marco legal e político para temas e questões relacionados à biodiversidade (168 países assinaram a CDB e 188 países já a ratificaram, tendo estes últimos se tornado Parte da Convenção). Conferir <http://www.cdb.gov.br/CDB>.

é interessante notar que um dos usos da biodiversidade é para pesquisas científicas e isso é enfatizado pelas nações envolvidas para cooperação transfronteiriça. Esse uso para pesquisas, conforme Fearnside (2002), é altamente globalizado, pois a comunidade científica é global e altamente articulada em rede.

Os países diretamente relacionados (Brasil e França) objetivam a conservação da diversidade biológica, uso sustentável de seus componentes e repartição, “*justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, estabelecidos pela Convenção sobre Diversidade Biológica*”<sup>24</sup>. Resta saber, contudo, se esta justiça também será feita para com os diversos grupos que habitam a zona de fronteira Franco-Brasileira. O CFBBA objetiva também formar mais especialistas em biodiversidade amazônica, bem como possibilitar o desenvolvimento das pesquisas de recursos genéticos do bioma e o acesso aos conhecimentos tradicionais e o desenvolvimento de produtos. A manutenção de estoques genéticos também tem utilidade para usos ainda não desenvolvidos ou descobertos. Isto inclui o papel de organismos naturais como fonte de informações para direcionar a fabricação de novos fármacos, que é uma utilidade cujo valor para a humanidade, segundo Fearnside (2002), é maior do que a já considerável quantia de dinheiro movimentada pelas empresas farmacêuticas no mundo.

A cooperação bilateral nos termos do CFBBA tratará das seguintes áreas de ação prioritárias<sup>25</sup> :

- a. Ordenamento territorial, regularização fundiária e zoneamento ecológico e econômico;
- b. Avaliação da situação dos recursos naturais do bioma amazônico, tanto do lado brasileiro como do lado francês, mediante a utilização de dados e técnicas de sensoriamento remoto, inclusive satelitais;

---

<sup>24</sup> Vide [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_fran\\_192.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_fran_192.htm).

<sup>25</sup> Conferir texto completo em Ambiente Brasil (2009).

- c. O desenvolvimento, a promoção e a disseminação do manejo florestal sustentável;
- d. Valorização energética dos produtos florestais e dos subprodutos da transformação da madeira, bem como o melhoramento dos processos industriais de transformação da madeira e de seus subprodutos em energia;
- e. Desenvolvimento de estudos e promoção do intercâmbio de experiências sobre manejo florestal sustentável de baixo impacto, viabilidade econômica do manejo florestal sustentável e desenvolvimento de tecnologias com vistas ao uso sustentável de espécies florestais;
- f. Valorização econômica dos produtos florestais madeireiros e não-madeireiros e da biodiversidade, em particular por meio da identificação de produtos e mercados potenciais, de metodologias de organização de cadeias produtivas e do desenvolvimento de tecnologias inovadoras;
- g. Metodologias para inventários florestais, faunísticos e da biodiversidade;
- h. Gestão para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade; e
- i. Repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos.

No contexto da assinatura, ficou acordado que o Brasil enviará alunos de cursos profissionalizantes para escolas da França e receberá um estaleiro francês no estado do Rio de Janeiro (RJ) que irá produzir cinco submarinos, um deles movido à energia nuclear. E estabeleceram também um contrato para a construção de 50 helicópteros militares com tecnologia francesa no estado de Minas Gerais (AMBIENTE BRASIL, 2009).

Medidas como as que se projetam para o campo da biodiversidade, um dos campos geopoliticamente mais estratégicos da atualidade, provocam uma reorientação significativa no uso político do território transfronteiriço e aproxima a cooperação transfronteiriça institucionalizada.

## Considerações Finais

Este trabalho, em síntese, objetivou contribuir para o debate recente sobre as interações espaciais entre Amapá e Guiana Francesa, destacando o uso político do território, ou seja, os arranjos e tensões de diferentes atores dos dois envolvidos, e a construção de uma agenda de cooperação transfronteiriça que, mesmo avançando lentamente, apresenta pontos importantes e estratégicos como o uso da biodiversidade tropical para pesquisa.

Os apontamentos iniciais, em nosso entendimento, serviram de pilar no tratamento de algumas questões importantes para entrar nos dois eixos posteriores: os “novos” usos do território franco-brasileiro e a cooperação transfronteiriça. Dois subtópicos foram também centrais no desenvolvimento do texto, sendo um no segundo e outro no terceiro tópico. A análise das escalas geográficas relacionadas a alguns atores envolvidos nas interações espaciais franco-brasileiras, do segundo tópico, é crucial para o entendimento do uso político do território na *multidimensionalidade do poder* enquanto que o papel da biodiversidade, do terceiro tópico, demonstra como é importante as medidas compartilhadas entre Brasil e França, no que se refere a encaminhamentos que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

## Referências

ADAP – Agência de Desenvolvimento do Amapá. *Vários Documentos*. 2007.

AMBIENTE BRASIL. *França e Brasil vão instalar centro de pesquisa no Parque do Tumucumaque*. Disponível em < <http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=44417> >. Acesso em 24 mar 2009.

ARBARET-SCHULZ, C. et al. *La frontière, un objet spatial en mutation*. EspacesTemps.net, Textuel, 29.10.2004. Disponível em: <http://espacestemps.net/document842.html>. Acesso em 15 set. 2006.

AROUCK, R. de C. *Brasileiros na Guiana Francesa: Fronteiras e construções de alteridades*. Belém: Naea, 2001.

BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K; COSTA, R; SILVEIRA, C. (org.) *abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p. 1-21.

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BLANCODINI, P; TABARLY, S. Les frontières externes et les limites internes en Guyane, entre fragmentation, ruptures et interfaces. *Géococonfluences*, jun. 2010. Disponível em: <http://geoconfluences.ens-lsh.fr/doc/typespace/frontier/FrontScient9.htm>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BRASIL. *Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional,

2005. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/publicacoes>. Acesso em 10/01/2007.

BURGHARDT, A.F. An hypothesis about gateway cities. In: *Annals of the Association of American Geographers*, 61 (2), 1971, p.265-85.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In *Geografia: Conceitos e Temas*. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

\_\_\_\_\_. *Geografia e Política: Território, Escalas de Ação e Instituições*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005

COELHO, P.M.P. *Fronteiras na Amazônia: Um espaço integrado*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.

CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C ; CORRÊA, R.L. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COSTA, J. M; SILVA, G. V. Redes técnicas na reestruturação do território latino-americano: considerações sobre as políticas da IIRSA na América do Sul. In: *III Jornada Internacional de Políticas Públicas: questão social e desenvolvimento no século XXI*, realizado em São Luiz-MA, 2007.

COX, K. *Political Geography: Territory, State and Society*. Malden e Oxford: Blackwell, 2002.

D'HAUTEFEUILLE, M. B. *La frontière, enjeu de pouvoir multi-échelle: les échelles nationale, régionale et locale françaises face au franchissement de la frontière franco-brésilienne de l'Oyapock*. Institut d'Urbanisme de Paris. Université Paris XII Val de Marne. Master <Urbanisme et Territoires>, 2008.

FRANÇA. *Coopération Territoriale Européenne 2007–2013*. Programme de coopération. transfrontalière. Amazonie. Programme opérationnel. Document de travail. Version 17 Août 2007. Disponível em : [www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf](http://www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf). Acesso em 20/11/2000.

FEARNSIDE, P. M. A globalização do meio-ambiente: o papel da Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 18, n. 2, p. 167-181, mês abr. 2002.

HOUSE, J. W. The frontier zone: a conceptual problem for policy makers. In: *International Political Science Review*, vol. 1, n° 4, 1980. p. 456-77.

ISTOÉ. *Arquitetos da Madeira*: Produtores do Amapá exploram as árvores de forma racional e traçam nova rota para o comércio exterior. N° Edição: 1790, jan. 2010. Disponível em: [http://www.istoe.com.br/reportagens/17906\\_ARQUITETOS+DA+MADEIRA](http://www.istoe.com.br/reportagens/17906_ARQUITETOS+DA+MADEIRA). Acesso em: 10 jun 2010.

JESSOP, B. La economía política de la escala y la construcción de las regiones transfronterizas. *Revista Eure* (Vol. XXIX, n° 89, pp. 25-41, Santiago de Chile, mayo 2004).

LEVY, J.; LUSSAULT, M. *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003.

MACHADO, L. O. Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia. In: RIBEIRO, M. M.; SEIBEL, S. (coord.). *Drogas: Hegemonia do Cinismo*. São Paulo: Memorial, p. 217-242, 1995.

\_\_\_\_\_. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO et al. (org.). *Brasil. Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, p.15-64

\_\_\_\_\_. Limites, Fronteiras e Redes. Strohaecker, T.M. et al. *Fronteiras e Espaço Global*, Porto Alegre: AGB, p.41-49, 1998.

\_\_\_\_\_. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território* 8: 9-29, 2000.

\_\_\_\_\_. Estado, territorialidade, redes: Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M.L (org.). *Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 243-281.

MRE- Ministério das Relações Exteriores do Brasil. *Diversos documentos*, 2009.

OIAPOQUE. *Diversos documentos e fotos sobre a cooperação internacional*. Prefeitura Municipal, Abr 2008.

PARROCHIA, D. *Philosophie des Reseaux*. Paris: PUF, 1993

PORTO, J.L.R.; SILVA, G.V. Novos usos e (re)construções da condição fronteiriça amapaense. *Revista Novos Cardenos Naea*. v. 12, n. 2, p. 253-267, dez. 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. C. F. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949

SACK, R.. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press; 1986.

SANCHEZ, J. E. *Geografia Política*. Madrid, Síntesis, 1992.

SMITH, G. Teoria política e geografia humana. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G. (org) *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p.65-89.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993

SILVA, G.V. *Desdobramentos do comércio exterior do Amapá de 1988 a 2004*. Macapá. Universidade Federal do Amapá/Colegiado de Geografia (Monografia de Conclusão de Curso), 2005a.

\_\_\_\_\_. Equinócio: um evento que de ser (re)pensado. *Jornal Diário do Amapá*, 2005b.

\_\_\_\_\_. Novos usos territoriais da fronteira Franco-Brasileira. In: PORTO, Jadson et. al.. *Condicionantes construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses*. Macapá: Jadson Porto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA/UFRGS), 2008. 175p.

\_\_\_\_\_. *Integração Física Sul-Americana: Redes técnicas, território e escalas de ação no Planalto das Guianas*. In: CARVALHO, G.; WAGNER, Alfredo. (Org.). *O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: FASE; Observatório Comova/UFGPA, 2009, p. 213-248.

\_\_\_\_\_; PORTO, J.L.R. O comércio internacional do Estado do Amapá: condições, construções e adaptações. *Boletim Gaúcho de Geografia*. , v.31, p.71/6 - 82, 2007. Disponível em: [http://www.agbpa.com.br/bgg/Artigos/PDF/BGG\\_30/art06\\_30.pdf](http://www.agbpa.com.br/bgg/Artigos/PDF/BGG_30/art06_30.pdf)

\_\_\_\_\_. *Interações Espaciais entre Territórios Periféricos no Norte da América do Sul*. *Revista Percorso*, Curitiba (no prelo)

\_\_\_\_\_; RÜCKERT, A. A. Geografia política em território de fronteira: integração física brasileira ao Caribe e Europa a partir do estado do Amapá. In: XIV *Encontro Nacional de Geógrafos*: Rio Branco/AC, 2006a. Disponível em: [http://www.comova.org.br/www/index.php?option=com\\_remository&Itemid=34&func=fileinfo&filecatid=39&parent=category](http://www.comova.org.br/www/index.php?option=com_remository&Itemid=34&func=fileinfo&filecatid=39&parent=category). Acesso em 12 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses da fronteira franco-brasileira*. In : II *Seminário internacional de estudos regionais sul-americanos: contrastes socioterritoriais e perspectivas de integração regional* (Caderno de Resumos). Cuiabá, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Processos contemporâneos de usos da fronteira franco-brasileira*. In: ARAGÓN, L. E; ALDEMIR, J. (org.). *Amazônia no cenário sul-americano*. Amazonas: EDUFAM, 2009.



## **Discours, Emergence et Deconstruction D'oyapock-Oiapoque Comme Systeme Global :**

*Gérard POLICE,  
Université des Antilles et de la Guyane  
Institut d'Enseignement Supérieur de la Guyane*

### **LE SYSTEME « OYAPOCK »**

Les différentes perspectives sous lesquelles les Oyapock-Oiapoque (fleuve, ville, région...) peuvent être abordés conduisent à prendre en considération l'émergence de ce que nous appellerons « système Oyapock » (*sistema Oiapoque*), représenté de façon plus simple par la graphie en majuscules OYAPOCK (OIAPOQUE).

Chacune des multiples perceptions et représentations correspond à un discours spécifique : histoire, géographie, sociologie, anthropologie, biologie, etc.). Mais la réalité complète d'OYAPOCK ne peut être appréhendée qu'à travers un discours global et englobant : non seulement une hypothétique synthèse de la production scientifique, médiatique, politique actuellement connue sur le sujet, mais un méta-discours d'où pourrait émerger une supra-représentation.

Le défi d'une approche globalisante telle que nous la posons est de parvenir – à partir des éléments connus rassemblés sous un dénominateur commun – à un autre niveau d'organisation, à une structure complète, originale, dotée de ses caractéristiques et lois propres. C'est le principe d'émergence. Il signifie que les éléments d'un système débouchent sur un état et une structure différents, à un nouveau niveau d'organisation, qui n'est plus réductible à ses parties, qui est irréversible, qui a des propriétés nouvelles non contenues dans chacun des composants.

Ce principe passe par le concept de continuum (C) compris comme unité de réel, de savoir et de sens dépassant les catégorisations introduites par des approches distinctes attachées aux traditions culturelles et scientifiques qui sont les nôtres.

C'est dans le discours que se réalisent les innombrables rapports-combinaisons entre les éléments, dépassant ceux qui relèvent des sciences de la nature et des sciences humaines dans notre saisie habituelle du réel.

De fait, nous ne concevons pas séparément un objet et le discours tenu sur cet objet. La recherche scientifique — son discours y compris — sur l'objet fait partie de l'objet. Les recherches, les discours scientifiques sur les Oyapocks-Oiapoques contribuent à la construction de OYAPOCK (O), et sont des composantes de la dynamique de l'émergence.

« Vouloir dire quelque chose du monde indépendamment des relations que nous entretenons avec lui, et des moyens d'obtenir des informations à son propos en faisant partie de lui, est décidément une chimère<sup>1</sup> ».

Si l'on accepte ce postulat, la question du réel en soi n'a pas de sens, puisqu'il y a toujours l'Homme (H) qui le prend en charge. Ce sont nos capacités d'appréhension, d'observation et de mesure qui le constituent. On rappellera que, déjà en 1979, Bruno Latour et Steve Woolgar<sup>2</sup> montraient que dans les sciences dites « dures », les faits ne sont pas ce à quoi sont confrontés les scientifiques, mais des constructions des scientifiques. A plus forte raison dans les sciences qui, par opposition, sont qualifiables de « molles »...

Nous avons une obligation de déconstruction de notre  pist m  ; et les systèmes symboliques en sont la clé. Le langage est le premier d'entre eux.

---

<sup>1</sup> Michel BITBOL, « Une nouvelle conception de la physique », *La Recherche*, avril 2008.

<sup>2</sup> Bruno LATOUR, Steve WOOLGAR, *La Vie de laboratoire : la Production des faits scientifiques* (traduction française de *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Facts*), 1979, édition française La Découverte, 1988.

De la sorte, tout discours en rapport avec les Oyapock-Oiapoque s'intègre consubstantiellement lui-même dans la relation H-O, y compris le discours universitaire et scientifique, constituant ainsi un continuum (C) à travers les fonctions imaginaire, symbolique et langagière qui réalisent la « modélisation » de O par H, conduisant à l'émergence d'OYAPOCK comme système en soi.

Un système sur lequel on peut apposer l'étiquette OYAPOCK semble bien, en effet, émerger des approches multiples. Il est susceptible de perceptions diverses, suscitant chacune un discours spécifique. Si l'on s'attache au sens commun brésilien, au regard banalisé excluant une grille scientifique précise, OYAPOCK se présente comme une entité brésilienne, intégrant de façon variable des éléments de la Guyane française, et non pas comme un système résultant de la combinaison, de l'équilibre et de la cohérence entre les deux côtés du fleuve. L'expertise du voyageur le confirme au premier coup d'œil : la ville d'Oiapoque est typiquement brésilienne ; on peut la retrouver à des centaines d'exemplaires sur tout le territoire national. En revanche Saint-Georges de l'Oyapock est une bourgade *sui generis* de Guyane française, entretenant peu de points communs avec ses homologues métropolitaines, et différente de sa voisine brésilienne. Mais l'économie, la culture, la vie de la rive droite du fleuve ont investi la rive gauche; pas l'inverse. Oiapoque domine, non pas seulement parce que le regard et le récit sont brésiliens, mais parce que la pénétration se fait dans le sens Brésil → Guyane et n'a aucun pendant significatif (tourisme d'achat, et sexuel) depuis la partie française. Le discours traduit le déséquilibre entre les deux côtés du fleuve, et le jeu des oppositions binaires peut se prolonger loin.

Cette binarité est consubstantielle à ce que nous appelons OYAPOCK, en équilibre somnolent depuis des décennies, dans sa bulle autour d'un fleuve. Aujourd'hui une griffure dans le tissu fragile a commencé à provoquer le déchirement du système.

Les documents et reportages brésiliens sur Oiapoque, et faisant allusion à la Guyane au-delà de la simple mention neutre ou casuelle, constituent un corpus important. Il faut y ajouter des paragraphes ou des parties de documents se rapportant à des problématiques diverses, déjà posées globalement, où Oiapoque occupe une place significative et est présent dans la quasi-totalité

des ensembles thématiques organisant le discours brésilien sur la Guyane. La caractéristique majeure de ces discours est de se développer en arborescence dans plusieurs directions, mais toujours reliées entre elles, et variables en approfondissement du sujet. L'organisation du discours reproduit la structure entrelacée de l'objet OYAPOCK, tout en conservant une forte récurrence à travers la diversité des témoignages et des récits.

On y retrouve les sujets les plus lourds : mauvais traitements, prostitution, le tout amalgamé à l'or. Mais aussi, pont et route, migrations et police, histoire, coopération, garimpeiros, écologie, euros, tourisme, économie locale, trafics... Les thèmes se recourent, se chevauchent, se complètent (migration + mauvais traitements ; géopolitique + statut + colonie ; identité + défense nationale + Amazonie...). OYAPOCK se présente comme un élément nodal, très investi concrètement et symboliquement. Il ne se réalise pleinement que dans l'imbrication et la fusion des thèmes. Chacun d'entre eux abordé séparément obéit aux règles de sa propre construction. Mais c'est à travers le principe d'émergence qu'OYAPOCK acquiert réalité, identité et densité, en se rattachant à tous les fils d'une pluralité, sans pouvoir se dispenser d'aucun d'entre eux pour être constitué. Il était jusqu'à présent distancié, voire exclu, en tout cas en marge du processus intégrationniste brésilien autrement que comme borne symbolique d'une frontière et d'une appropriation territoriale. Il a été décidé à Brasília que le temps était venu de mettre fin à cette relégation.

L'interface OYAPOCK est bien plus qu'un point géographique, et concrétise des représentations symboliques profondes, des universaux traduits sous forme « d'autre rive », d'ailleurs désirable (quoique incertain), de pays de cocagne, d'eldorado, de contrée où l'improbable survient. Des lignes de force et des constantes définissent des champs non pas exactement superposables aux thèmes précédemment évoqués, mais les traversant en permanence. Ils apparaissent particulièrement bien dans quelques reportages de qualité, et ce sont eux qui caractérisent les textes sur OYAPOCK comme des récits rattachés structurellement aux contes et légendes. La dimension mythique s'actualise à travers le fleuve qui est aussi une frontière politique, et l'autre pays qui exerce une forte attraction de par ses ressources à exploiter. Son

identification « française » reste assez abstraite pour la majorité des personnes, mais circule dans le discours informel en termes de richesse, libéralités et avantages sociaux de rêve.

OYAPOCK est un lieu important de production et de concentration-condensation du discours. S'y retrouvent, entrecroisent, mêlent et fondent les propos, histoires, récits de vie, anecdotes, rumeurs, révélations, produits par le fourmillement humain. A une échelle démultipliée par sa situation, au confluent de plusieurs langues, cultures et types humains, le discours brésilien est alimenté par une appréciable variété et richesse d'objets (y compris, récemment, le discours universitaire et scientifique). Le faible niveau socioculturel de la plupart des migrants et résidents, allié à l'isolement d'Oiapoque et à ses faiblesses culturelles, renforce le rôle de la parole informelle comme source de savoir et de représentation de l'environnement. La puissance évocatrice du discours, des conversations, des informations véhiculées de façon incessante par le bouche à oreille alimente un savoir de l'oralité qui contribue à la propagation d'un système de connaissances où la question de l'objectivité est peu pertinente. (Jusqu'au moment où les subjectivités deviennent objectivité.)

Le caractère répétitif et stéréotypé du discours en est une conséquence. La polyphonie résulte du remixage individuel permanent d'un texte commun. La circulation continue des informations et des opinions produit un discours collectif (structure profonde) qui se réalise dans un discours individuel de surface, dans une dynamique langagière qui déborde largement les limites du noyau OYAPOCK, dans toutes les directions où il y a des locuteurs pour la porter. C'est ce corpus de premier niveau qui est récupéré et synthétisé dans le texte journalistique et dans le texte scientifique, complété, nuancé et reconditionné par le regard et les schémas culturels propres du professionnel. Sous cet angle, ce qu'il faut bien appeler la « réalité » est une « réalisation » à travers le discours.

## SI LOIN, SI PRES

A l'origine d'Oiapoque, il y eut plusieurs habitations coloniales dès le XVIII<sup>e</sup> siècle, puis créoles après 1848. Plus tard, au début du XX<sup>e</sup> siècle, les traditions placent Émile Martinique, vraisemblablement un Martiniquais. De fait, les Oyapockois (habitants de Saint-Georges), et beaucoup de gens en Guyane, parlaient encore de « Martinique » pour désigner Oiapoque dans la décennie 1980, jusqu'à l'époque de la ru e vers l'or de 1986-1987.

Le nom du fleuve est bien plus ancien. Les Way pi arrivés en Guyane n'ont fait que garder un toponyme existant avant eux. Il est à peu près sûr que l'origine est un vocable tupi guarani

En 1927 le maréchal C ndido Rondon gomme l'origine française et la baptise Vila do Espírito Santo. Elle devient Oiapoque à partir de 1945. En 1949 il n'y a encore que deux rues. Les seuls moyens d'accès sont le bateau et l'avion, grâce à la présence militaire à Clevelândia. Très lentement, la route BR 156 qui doit relier Oiapoque   Macapá va commencer à être tracée au milieu d'un relief et d'une nature peu coopératifs. Le territoire de la commune est vaste (près de 25 000 km<sup>2</sup>), divisé en trois districts : Clevelândia do Norte, Vila Velha et Oiapoque proprement dite. A la fin du XX<sup>e</sup> siècle, la population ne dépasse pas les 13 000 habitants.

A l'approche de l'an 2000, et de la commémoration du demi-millénaire d'existence du Brésil, de nombreux ouvrages et reportages tentent d'explorer tous les recoins du temps et de l'espace brésilien. La petite Oiapoque n'a pas de mal à être repérée, car elle figure dans les premières leçons de géographie. Des journalistes venus de loin<sup>3</sup> découvrent un Brésil mystérieux et fascinant, marqué par la rudesse. Le regard  bahi et lucide de ces professionnels éclaire crûment la réalité d'une région délaissée. Une bonne partie de ce qui attirait l'attention des observateurs en 1998 est toujours présente aujourd'hui, mais tout s'est accéléré, la routine paisible s'en est allée.

---

<sup>3</sup> Maria Clarice DIAS, Carlos VIEIRA, « Oiapoque », *Correio WEB – 500 anos de Brasil*, [www2.correioweb.com.br](http://www2.correioweb.com.br), 20/04/1998.

Depuis les premiers regards européens, ceux du navigateur espagnol Vicente Yañez Pinzón et de son équipage en avril 1500, quelques semaines avant l'escale fabuleuse de l'armada de Pedro Álvares Cabral beaucoup plus au sud sur la route des Indes, on ne fait que passer à Oiapoque. Dans le meilleur des cas on s'y arrête, provisoirement, avant de repartir vers des ailleurs plus attrayants : « La sensation de terre de personne, occupée par des gens d'ailleurs, est toujours présente ». Le thème récurrent est celui de l'isolement et de l'oubli d'Oiapoque : « Seul l'énorme fleuve de 400 mètres de large la sépare de la Guyane française, mais il faut affronter 640 kilomètres de route pour arriver à la capitale de l'État, Macapá, près de 10 heures en voiture sur (un peu) d'asphalte et beaucoup de terre (défoncée)<sup>4</sup> ».

Lointaine et oubliée, il y a peu, par le Brésil, la ville d'Oiapoque exerce en revanche une grande influence sur la vie des habitants de l'autre bord, à Saint-Georges. Les gens du côté français viennent s'y approvisionner, y compris en or et musique : « Si les Guyanais s'amuse à la musique brésilienne, la danse la plus populaire à Oiapoque est le zouklove, un mélange de musique *brega* nationale et de rythme caribéen ». Des voyageurs cosmopolites « traversent le fleuve pour venir goûter les plaisirs de la France américaine<sup>5</sup> ».

## L'APPEL DE L'ELDORADO

Un reportage de 2006, « Frontière des illusions<sup>6</sup> » est, à notre avis, le texte canonique qui, dans son titre et son chapeau, annonce les champs entrecroisés qui organisent le regard brésilien, et en particulier le jeu d'oppositions entre côté brésilien et

---

<sup>4</sup> DIAS, VIEIRA, *op. cit.*, sp.

<sup>5</sup> DIAS, VIEIRA, *op. cit.*, sp.

<sup>6</sup> Mônica CANEJO, Maurício de PAIVA, 2006, « Fronteira das ilusões – A região do Rio Oiapoque, na divisa entre o Brasil e a Guiana Francesa, é o cenário dos sonhos e dos pesadelos de quem busca riqueza em terras estrangeiras », *Revista Terra*, [caminhosdaterra.ig.com.br](http://caminhosdaterra.ig.com.br).

côté français. L'importance du document résident dans le fait qu'il synthétise et restitue les mythes sur lesquels se construisent les images et représentations. Les journalistes n'ont certainement pas eu pour objectif d'obéir à des schémas connus se rapportant à la structure des mythes et des contes. Mais il est en soi remarquable que le discours journalistique se soit moulé sans le savoir sur la structure sous-jacente à la réalité observée, retrouvant les fondamentaux enracinés dans les profondeurs des récits humains. Ramenée à des champs fondamentaux, la mosaïque mouvante du discours s'organise et devient saisissable. L'analyse fait apparaître des champs variés et distincts, mais l'ensemble des images et représentations constitue toujours un tout, un tissu aux motifs variés.

Le champ « espoir-rêve-illusion-richesse » baigne tout le reste. Il s'exprime à travers sa variante historico-mythique, l'Eldorado, terme métaphorique utilisé de façon récurrente, transversal à la plupart des thèmes : garimpo, commerce, prostitution, émigration, etc. L'excellent titre de l'article le dit, et le texte le confirme :

« Frontière des illusions – La région du fleuve Oyapock à la frontière entre le Brésil et la Guyane française, est le décor des rêves et des cauchemars de ceux qui cherchent la richesse en terre étrangère. [...]

Nouvel Eldorado : le flux des migrants sur la frontière avec la Guyane française est de plus en plus intense, avec des gens venus surtout du Par  et de l'Amapá [...]

Le rêve est m tialis  par l'or et tout ce qui s'y rattache : trésor, graal, réussite et bonheur définitif. Vers cet élément convergent tous les autres. C'est l'attracteur du système. Il est un monde d'aventuriers, de gens qui tentent le passage, c'est-à-dire de personnages hors des normes de l'insertion stable et pérenne dans un groupe ou une communauté. Le passage de l'autre côté n'est pas une fin en soi, mais l'étape permettant de poursuivre la quête. Celle-ci ne se limite pas à l'or minéral, support des plus vieux mythes, mais aspire aux formes de la richesse selon les voies du travail et du commerce.

Pour s'enrichir autrement que par le garimpo clandestin d'autres démarches, d'autres voies sont nécessaires. Surgissent alors ces objets magico-symboliques: les écrits-documents (les parchemins, grimoires et sauf-conduits des contes et légendes), qui permettent de passer et de séjourner de l'autre côté, de franchir les obstacles. Le pouvoir du verbe est trivialement démontré : « Ce à quoi aspirent la plupart des émigrants c'est un employeur sur le sol français. Car dans le pays voisin le patron peut demander aux autorités la carte de séjour, un document qui légalise le Brésilien et évite l'expulsion.<sup>7</sup> »

La récompense et le repos des héros et des guerriers ne sauraient être absents de la quête couronnée de succès, ou au moins de la vie de l'aventurier, de l'homme hors du foyer et du cercle d'une famille: femmes, sexe, sirènes, sorcières et fées, Amazones. Dans le monde réel, prostituées. A part les garimpos, qui constituent le noyau dur de la clientèle de la prostitution, nous savons que c'est à Oiapoque même, sur la Praça que les choses se passent, avec les « touristes » venus de Guyane française.

## **PASSAGES<sup>8</sup>**

Articulé sur le principe d'opposition, le champ du passage est vaste et composite : éloignement, frontière, séparation, seuil, limite, transition. Il se constitue en référent majeur. Il commence avec l'opposition sud/nord, et conduit vers la porte donnant sur un autre monde et son pouvoir de fascination. Il traverse aussi le temps, depuis un avant nostalgique jusqu'à un futur imprévisible, en passant par un maintenant en équilibre précaire.

L'éloignement d'Oiapoque distend les rapports avec le Brésil des berges de l'Amazone et sud-amazonien, garant des repères familiers et d'un accrochage à la modernité et au développement.

---

<sup>7</sup> *Idem.*

<sup>8</sup> Le terme-concept est emprunté à Anna Paulina Aguiar SOARES, 1995, *Travessia: análise de uma situação de passagem entre Oiapoque e Guiana francesa*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências humanas, Universidade de São Paulo.

L'emprise de la « *terra de  ndio* », du monde primaire et sauvage s'accroît. Le vide de la loi de la Nation ne laisse pas tout à fait la place à un non-droit ; il est comblé par la « loi de la jungle », ou la loi du garimpo. Mais ce n'est qu'un seuil, car au bout du chemin, de l'autre côté, se trouve l'Eldorado identifié par son appartenance aux nations puissantes et riches : « Dans la ville la plus au nord du Brésil se situe notre unique frontière avec un territoire européen, car la Guyane française appartient à la France ».

Le côté français représente pour Oiapoque l'autre terme d'un jeu inépuisable de comparaisons et contrastes. Son pôle positif fonctionne comme un repoussoir et une critique du pôle négatif du côté brésilien. Les analyses de terrain en anthropologie, en sociologie ou en géographie plaident habituellement en faveur d'un monde du fleuve qui constitue une entité *sui generis*, une émergence sans disparition ni affaiblissement de ses multiples éléments constitutifs, où la notion de frontière, sans être abolie, est estompée. Ce schéma vaut jusqu'à la ru e vers l'or du milieu de la décennie 1980. Les bouleversements introduits alors par l'intensification des communications et du commerce – malgré leur grande précarité –, l'intérêt franco-guyanais croissant pour son Est négligé commencent à fissurer le système OYAPOCK.

Des enquêtes de terrain précieuses ont été réalisées en 1991 et 1992 par Anna Soares<sup>9</sup>, nous rapportant la vision qu'on pouvait alors avoir d'Oiapoque. La première constatation est que, déjà à Macapá, la Guyane est un objet de conversations et de préoccupations, jusque dans les informations de la radio et de la télévision qui relatent les expulsions de personnes en situation irrégulière. Le voyage en bus de Macapá   Oiapoque – décrit comme une épopée ou une épreuve rituelle – ne fait que confirmer que la Guyane, ou Cayenne, et les moyens d'y arriver sont les principaux sujets de conversation des passagers. Arrivée   Oiapoque, l'auteure se voit plongée dans l'ambiance de ce qu'il est devenu banal d'appeler une « frontière vive ». La ville ressemble à un vaste campement.

---

<sup>9</sup> SOARES, *op. cit.*

Il est acquis que l'or et ses activités périphériques ont été les causes majeures des changements négatifs constatés dans la petite ville jusqu'alors paisible de la rive droite: « La condition d'Oiapoque comme point de passage s'intensifie à partir de la décennie 1980, et est considérée par les personnes déjà installées comme un facteur d'altération indésirable du mode de vie local<sup>10</sup> ». Les habitants déplorent à partir de ce moment le grand nombre de personnes qui restent sans rien faire en haut de la berge, c'est-à-dire à attendre une opportunité pour un garimpo ou un passage vers Cayenne. Des tensions surgissent entre les habitants anciens et les nouveaux arrivants, dont certains, venus les mains vides, ont réussi en quelques années à s'en sortir.

L'obsession ambiante est le « passage » vers la Guyane, de plus en plus compliqué avec le durcissement des contrôles mis en place par les autorités françaises. Soares analyse le processus d'entrée des immigrants en Guyane à partir d'Oiapoque comme un véritable rite de passage. En effet, les formalités et procédures de tout ordre qui président au passage d'une frontière sont assimilables à des rituels masqués derrière des contraintes administratives ou économiques<sup>11</sup>. Le voyage en pirogue vers Cayenne est décrit en détails<sup>12</sup>, comme il l'est dans la plupart des reportages circonstanciés sur les Brésiliens en Guyane. Soares évoque des conditions qui font penser à celles des *boat people* vietnamiens d'autrefois, ou des Haïtiens vers les États-Unis. Aujourd'hui elle comparerait avec les embarcations partant des côtes africaines pour tenter de rejoindre les côtes ou les îles européennes de l'Atlantique et de la Méditerranée.

C'est au cours de la décennie 1990 que le discours brésilien commence à exprimer la perception d'une société duale, rattachée à deux pays, deux langues, deux cultures, deux économies, deux organisations sociales différentes, dont le jeu de comparaisons-oppositions est mis à profit pour stigmatiser les carences de

---

<sup>10</sup> *Idem*, p. 51.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 53.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 59 sq.

la partie brésilienne. L'article « Frontière des illusions » se conclut sur ces termes: « Dans ce chaos, il revient au fleuve Oyapock de diviser les pays – et d'être le décor des traversées légales et illégales. Comme la plupart des fleuves amazoniens, il est large et imposant. Mais il cache, derrière la beauté de ses images, le quotidien fait de souffrances de Brésiliens qui veulent une vie meilleure<sup>13</sup> ».

Le voyage conduit vers des terres inconnues, incertaines, et dangereuses. Entre *ici* et *ailleurs*, entre son monde et un autre monde, l'émigrant doit franchir le fossé du fleuve, tromper la vigilance des gardiens, vaincre la muraille de la forêt.

Comme tout fleuve mythique l'Oyapock a ses passeurs, ses bateliers, les *catraieiros*, les pilotes des *catraias*. Dans le petit éventail de mots désignant les embarcations du fleuve, *catraia* est aujourd'hui le plus utilisé, et désigne deux types d'embarcation.

Au départ ce sont des pirogues en bois, dont les plus imposantes peuvent raisonnablement affronter la mer. Ce sont ces dernières qui transportent plus de cinquante personnes pour aller clandestinement d'Oiapoque jusque sur les plages de Guyane dans les environs de Cayenne.

Aujourd'hui il s'agit le plus souvent des longs et légers canots en aluminium équipés d'un moteur hors-bord (« coques-alu » dans le parler guyanais, aussi appelées *voadeiras* par les Brésiliens) qui font le taxi sur le fleuve entre Oiapoque et Saint-Georges. Elles remontent aussi le fleuve jusqu'aux affluents conduisant vers les garimpos, et Vila Brasil. De fabrication brésilienne industrielle, elles ont totalement remplacé les coques monoxydes, construites à partir d'un tronc d'arbre.

Il faut payer le passage aux piroguiers. La traversée ne conduit pas vers les Enfers, mais traverser un fleuve n'est jamais anodin. D'une rive à l'autre, le franchissement de la surface liquide, en contact direct avec elle, le vent chargé de quelques embruns, les trépidations et chocs de la coque contre la surface durcie par la vitesse, le vrombrissement assourdissant du moteur, même pendant quelques minutes, font ressentir physiquement le

---

<sup>13</sup> CANEJO, PAIVA, 2006, *op. cit.*

voyage. En mer (un itinéraire aujourd'hui moins utilisé) toutes les terreurs sont permises. L'épreuve n'est plus seulement un rituel pénible ou douloureux ; c'est la vie de l'impétrant qui se joue, pendant plusieurs jours. La Guyane au péril de la mer vaut bien, alors, un défi lancé aux puissances infernales. Tous ceux qui sont passés par là, sans comprendre qu'ils renouaient avec des angoisses ataviques, en ressortent avec la conviction définitive que, désormais, ils méritent le sort meilleur qu'ils sont venus chercher. Et que tout ce qui les empêcherait de conquérir leur part d'eldorado est injustice.

## LE TEMPS DES CHANGEMENTS

Dangers, épreuves, souffrances : une sorte de rituel d'initiation prélude à l'accès au territoire convoité. Une fois atteint, chacun est libre d'en user. Bien qu'implicite, la représentation du territoire guyanais inoccupé et inexploité comme prolongement naturel de l'expansion brésilienne plane sur le système d'images et représentations.

La perception prégnante d'une frontière-barrière relève d'un constat et d'un savoir attachés à la géographie politique, aux normes institutionnelles et administratives, à la présence d'agents de contrôle et de répression, et aux contingences économiques et socioculturelles : la Guyane est, à ce stade, un autre pays. Mais la perception naturelle et pragmatique s'appuie sur des facteurs historico-culturels fondés sur les fronts pionniers : la Guyane, le Surinam, le Guyana sont des espaces ouverts, offerts à qui se donne les moyens de les occuper et de les exploiter, là et quand personne d'autre ne le fait.

La tension entre les deux modes de représentation n'est pas contradictoire. Elle exprime la représentation de l'interface OYAPOCK comme une unité *sui generis*, non pas à cause de ses particularismes traduits en termes sociologiques et anthropologiques, mais à cause de sa nature d'obstacle physique (un fleuve) et politique (une frontière) destiné à être franchi. Toutefois la préexistence d'une unité régionale – une *microrregião* – est un facteur important qui se retrouve, par exemple, à la frontière Roraima-Guyana.

Sur l'historique et le long terme, OYAPOCK, monde fermé sur lui-même, est une longue stase qui arrive à sa fin dans la dynamique lente de la poussée brésilienne exercée sur quelques zones des frontières amazoniennes. Ainsi, sa porosité croissante et sa désagrégation possible, à terme, n'est pas perçue comme un processus négatif, de régression, de perte de valeurs et de culture, mais au contraire comme l'ouverture d'une barrière, l'affaiblissement d'un obstacle, le dépassement d'une limite.

Dans un extrême nord bloqué depuis 1900 dans le registre de l'occupation territoriale physique et politique, la représentation brésilienne d'un droit naturel sur tout espace identifié comme amazonien peut se relancer sur des modes nouveaux : coopération régionale, économie, écologie, le tout nimb  d'un puissant symbolisme. L'image qui fait sens, et que les volontés politiques vont matérialiser, est celle du pont comme une projection brésilienne de soi au-delà de sa frontière, cicatrisant la coupure physique, et convertissant l'obstacle de l'Oyapock en une dynamique.

## ENFER ET SALUT

Le jeu d'oppositions des représentations sociales et politiques inclut des antagonismes forts : loi/anarchie, pauvreté/richesse, rigueur/négligence, public/privé. Il est en filigrane du texte de Canejo et Paiva<sup>14</sup>, qui s'ouvre sur ces mots : « Macapá, 20 heures. A travers les fines cloisons en bois de l'hôtel, on peut entendre la voix d'une femme parlant dans son téléphone portable. D'un ton menaçant elle dit à son mari qu'à Oiapoque elle achète une arme quand elle veut. Et qu'il ferait mieux de se débarrasser de sa maîtresse, sinon  a va mal finir pour tous les deux ». Le texte se conclut sur le fleuve « décor des traversées légales et illégales ».

D'après le chercheur José Guilherme Carvalho da Silva, au moment de son enquête (2005), le manque de moyens matériels de la police fédérale oblige les commerçants et artisans à assurer eux-mêmes l'entretien des véhicules et à aider les policiers

---

<sup>14</sup> CANEJO, PAIVA, 2006, *op. cit.*

dans leurs déplacements<sup>15</sup>. « Oiapoque est également le théâtre de modalités criminelles qui acquièrent un relief significatif du fait de la position privilégiée de la commune sur la frontière avec la Guyane française. C'est le cas par exemple du trafic de drogue et de la contrebande<sup>16</sup> ».

Oiapoque s'est fait connaître aussi comme terre de passage et de non-droit en accueillant les criminels fugitifs d'autres régions du Brésil : « "Ils assassinaient là-bas dans le sud et ils venaient à Oiapoque, parce qu'ici personne ne leur cherchait d'histoires ; c'est la porte ouverte sur la Guyane française ; on passait en Guyane et personne ne vous attrapait ; c'était facile de venir ici" [...] Oiapoque, selon lui, était vue comme le "far-west" brésilien<sup>17</sup> ».

En 2009, à la police fédérale, des affiches annoncent résolument que ces temps sont révolus. Mais c'est malheureusement au présent que doit continuer à se conjuguer la déliquescence d'Oiapoque : « On est obligé de rappeler les activités liées au crime, tel l'intense trafic de drogues, la contrebande et la prostitution infantile et toute sa perversité, financée par l'argent du côté français, avec la passivité des autorités brésiliennes<sup>18</sup> ».

Le contraste est omniprésent entre un *ici* insatisfaisant et un *à côté* désirable :

« C'est comme si tout ce qui est public était en faillite, tandis que le pouvoir privé n'arrête pas de se développer. L'architecte José Alberto Tostes, coordinateur du département d'architecture et d'urbanisme de l'université fédérale d'Amapá, qui a réalisé cette année une recherche sur

---

<sup>15</sup> SILVA, José Guilherme Carvalho da, 2006, *Oiapoque: uma parabólica na floresta – estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia brasileira*, dissertação de Mestrado, Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, p. 97, 98.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>17</sup> Témoignage de 2005, dans SILVA, *op. cit.*, p. 100.

<sup>18</sup> Arnaldo J. BALLARINI, « A ponte sobre o rio Oiapoque », [www.correaneto.com.br](http://www.correaneto.com.br), 23/06/2009

l'urbanisme de la commune explique : "La trajectoire historique de la ville a été la négligence, car il n'y a jamais eu de plan gouvernemental".<sup>19</sup>»

En contrepoint du délabrement et de l'abandon d'Oiapoque, de l'autre côté du fleuve s'offre...

« la ville de Saint-Georges, porte d'entrée de la Guyane, avec une population en presque totalité afro-descendante, sous tutelle du gouvernement français qui leur fournit de bonnes conditions d'assistance et de santé, d'éducation, et des salaires garantis par le simple fait de vivre dans cet état ultramarin. Les Amérindiens, du fait de leurs territoires binationaux, circulent librement des deux côtés du fleuve, profitant des avantages des deux gouvernements. Beaucoup de femmes enceintes, au moment de l'accouchement, bien que résidentes d'Oiapoque, tentent de traverser la frontière pour garantir la citoyenneté française à leur progéniture.<sup>20</sup> »

Le binôme Oiapoque-Amapá-Brésil/Saint-Georges-Guyane-France est l'objet régulier des attentions de la presse et des médias brésiliens. *La Folha do Amapá*, journal en ligne aujourd'hui désactivé, certes engagée dans les rivalités politiques régionales, avait trouvé facilement matière à mettre à nu les graves insuffisances dont souffre la ville et sa région<sup>21</sup>. Une récurrence dans la perception et les commentaires met en rapport les maux et tares inventoriés du côté brésilien, et la Guyane française, en une comparaison au désavantage du Brésil.

---

<sup>19</sup> CANEJO, PAIVA, 2006, *op. cit.*

<sup>20</sup> BALLARINI, *op. cit.*

<sup>21</sup> Cf Domiciano GOMES, « Uma viagem ao inferno do Oiapoque – Em Oiapoque reina a violência, prostitui o, tráfico de drogas e o município est  completamente abandonado pelo Poder p blico », *Folha do Amapá*, 11/06/2004.

## **SUR LA FRONTIERE DES PROBLEMES<sup>22</sup>**

L'or ne cesse pas un seul instant de régner sur tout ce qui concerne OYAPOCK, le monde dont le fleuve est l'épine dorsale.

En novembre 2008, la TV Globo, institution nationale, s'intéresse aux frontières amazoniennes à travers une série de reportages. Commenant par l'est, l'équipe découvre Oiapoque. Là encore, c'est le regard de gens du Sud, des professionnels de l'information, qui importe. Le récit qui nous est donné est le résultat d'un filtrage soigneux imposé par les normes rigoureuses de la télévision en général et de la Globo en particulier. Il ne livre pas de découvertes spectaculaires ni de nouveautés renversantes, mais s'ajoute à d'autres pour consolider le tissu intertextuel du discours brésilien sur la région. S'agissant d'Oiapoque, allant droit à l'essentiel, les journalistes posent les fondements de l'endroit : or et euro. Le reste, la vie quotidienne, les us et coutumes, le matériau habituel des observateurs attentifs des sciences humaines, est superflu. Le format du média télévisuel, en s'imposant, ramène la frontière de l'Oyapock à ses fondamentaux : « No Oiapoque, moradores vivem com um pé no Brasil e outro na Guiana Francesa<sup>23</sup> » .

## **LE JOUR OU LULA A PRIS POSSESSION DE LA GUYANE**

Le 12 février 2008 le président brésilien a posé le pied sur la rive française de l'Oyapock et a pris symboliquement possession de la Guyane. Les images le prouvent. Au-delà des échos multiples du discours disant ce qui était programmé, puis décrivant ce qui se passait, puis relatant et commentant ce qui s'était passé, les reportages télévisés et les photographies ont ajouté une dimension permettant de démultiplier et illuminer des significations et situations qui autrement seraient restées discrètes.

---

<sup>22</sup> Titre emprunté à Heraldo COSTA, « Na fronteira do problema », [www.correaneto.com.br](http://www.correaneto.com.br), 18/07/2008.

On peut préalablement s'étonner que les deux rencontres présidentielles franco-brésiliennes de l'Oyapok (la précédente étant celle entre Jacques Chirac et Fernando Henrique Cardoso le 24 novembre 1997) aient eu lieu sur le sol français. S'agissant dans les deux cas de donner au rapprochement et à la coopération franco-brésilienne toute la pompe possible, les deux côtés du fleuve s'y prêtaient, et le principe d'équilibre et de réciprocité aurait voulu que la deuxième rencontre se fit du côté brésilien. Un concours de circonstances opposées a abouti à privilégier le côté français. Deux logiques diplomatiques et géopolitiques étaient convoquées à ce moment, chacune fondée sur la nécessaire conviction de sa pertinence et de sa supériorité. Il y eut un grand gagnant et un petit gagnant.

Dans la conception française, toute partie du territoire de la République, aussi éloignée du centre et infime soit-elle partout dans le monde, est investie des mêmes valeurs. A travers la présence du président français, la berge française de l'Oyapock

---

<sup>23</sup> Cristina SERRA, Luiz QUILI O, « No Oiapoque, moradores vivem com um p  no Brasil e outro na Guiana Francesa ». Présentation de la série : « Os brasileiros que vivem na fronteira da Amazônia – Na primeira reportagem da série, conhe a o dia-a-dia dos brasileiros que vivem com um p  no estrangeiro e as ilegalidades que permeiam estas fronteiras » (« Les Brésiliens qui vivent sur la frontière de l'Amazonie – Dans le premier reportage de la série, faites connaissance avec le quotidien des Brésiliens qui vivent avec un pied à l'étranger, et les illégalités qui règnent sur ces frontières »), *jornalnacional.globo.com*, 10/11/2008, reproduction intégrale du commentaire du reportage de près de six minutes. Reportage accessible sur le site TVGlobo. Commentaire du site Brasilyane : « Premier épisode d'une série de reportages sur les frontières amazoniennes du Brésil, le sujet diffusé avant-hier soir dans le grand journal de TV Globo est assez bien vu, bien que concis. Il montre comment le trafic d'or, et son blanchiment tranquille, soutiennent l'activité des garimpeiros, ainsi que les efforts un peu dérisoires de la gendarmerie. Pas d'excès lacrimaux ou nationalistes, mais une fin teintée de légèreté typique du "ton Globo" : un couple mixte de Saint-Georges accompagnant sa viande brésilienne d'un bordeaux bien français (hors de prix au Brésil) ».

est un prolongement du perron de l'Élysée. Y accueillir le président brésilien a valeur de réception officielle. Sa présence physique et l'ensemble des rituels encadrant la rencontre des deux personnages signifie donc la réaffirmation du caractère et de l'appartenance française inaliénables de la Guyane à la France. Le costume et la tenue du président français, identiques en tout point à ceux portés dans des circonstances officielles analogues, achèvent le bouclage du dispositif français d'affirmation de soi et de propriété de son territoire.

C'est précisément sur la question du costume et de l'apparence que le décalage de perspective a sauté aux yeux de tous les observateurs et commentateurs, brésiliens et français : « Les journaux français ont souligné la physionomie fermée de Sarkozy, dont la popularité est en baisse. *Libération* commente le contraste entre le président français, en costume sombre et lunettes noires, et l'apparence de Lula, en chemise de lin blanche, col ouvert et arrivant triomphalement. "En Guyane Lula traverse le fleuve, et Sarkozy des difficultés", ironise le journal <sup>24</sup> ».

La chemise de Lula n'était pas une tenue de type traditionnel telle que peuvent l'arborer des chefs d'État soucieux d'affirmer leur identité non-européenne. C'est le vêtement des événements informels, des rencontres détendues, de la distanciation calculée par rapport aux codes rigides du protocole. Les responsables du protocole des deux pays avaient fait le choix de se démarquer de ce qui aurait été de rigueur sur le perron de l'Élysée ou en toute autre circonstance officielle. Des tenues telles que celle du président brésilien n'étaient possible que sur l'Oyapock, non pas pour des raisons climatiques, mais parce que l'Oyapock est un symbole majeur de l'équilibre géopolitique et diplomatique délicat entre la France et les pays de la région, Brésil au premier chef : « Ce ne fut pas une réunion traditionnelle. La rencontre des mandataires ne s'est pas faite au Palais de l'Élysée, à Paris, ni au Planalto, à Brasília. En revanche ils ont choisi l'inhospitalière forêt amazonienne et la peu connue Guyane française, la dernière

---

<sup>24</sup> *Jornal do Brasil*, 14/02/2008.

colonie qui existe sur le sous-continent<sup>25</sup> ». En harmonie avec le climat de l'endroit, Lula est chez lui. Engonc  dans son complet étouffant, Sarkozy est de passage.

En réalité, c'est l'ensemble de la rencontre qui a tracé le cadre dans lequel les éléments presque anecdotiques trouvent tout leur sens, et simultanément construisent la signification profonde des faits. Les services du protocole des deux pays avaient prévu une tenue décontractée pour les deux présidents. Le Français a changé la donne unilatéralement. Son costume classique a souligné la solennit  voulue par Paris et s'est érigé en une reconnaissance et une légitimation incontestable de la présence et de l'autorité françaises dans la région. Les deux diplomaties savent la subtilité des signes vestimentaires. D'où le caractère moins cérémonial prévu au départ, afin d'atténuer auprès des pays de la région et d'une opinion brésilienne attentive les effets d'une trop grande reconnaissance faite à la France à propos de son enclave américaine. La diplomatie brésilienne sait parfaitement que la partie qu'elle joue avec la France trouve dans la Guyane à la fois son atout et son risque. Le statut de la Guyane est perçu de façon variable, et souvent avec circonspection, par les pays de la région. Il faut donc en tirer profit sans trop donner l'impression de le cautionner. Face à l'affirmation française de possession, la démarche brésilienne était celle de la déconstruction hom opathique de cette possession.

Dans un autre registre, une certaine insuffisance française dans la connaissance et l'interprétation des mythes fondateurs brésiliens a pu laisser passer inaperçue la force symbolique du débarquement. Débarquer est, dans les représentations historiques et culturelles, un acte d'appropriation. Le Brésil est n  le 22 avril 1500 quand les Portugais de l'escadre command e par Pedro  lvares Cabral ont posé le pied sur la plage d'une terre soupçonnée. Le Brésil a grandi et s'est construit, principalement au XVIIIe siècle, à travers des expéditions épiques – les *entradas* et *bandeiras* – qui utilisaient les seu-

---

<sup>25</sup> *BBC Brasil, O Estado de S o Paulo, Jornal do Brasil*, des 13 ou 14/02/2008, et divers blogs.

les voies de pénétration existantes, les fleuves. Débarquer sur une berge signifiait devenir propriétaire. En 1900, ce fut autour d'une dispute sur l'identification et la position des fleuves que se joua le sort de la plus grande partie de ce qui allait devenir l'Amapá, au détriment de la France.

Les migrations brésiliennes récentes ont été pendant longtemps une quête de la Guyane au péril de la mer. Le débarquement dans la mangrove ou sur les plages près de Cayenne est le premier pas de la conquête des opportunités offertes par le riche territoire français. L'acte quotidien de la traversée du fleuve Oyapock vers Saint-Georges pour y exercer une activité rémunératrice a le même sens. La totalité de l'orpaillage clandestin est réalisée à travers l'étape première du débarquement, sur des berges françaises, des marchandises et des personnes embarquées du côté brésilien. Le président brésilien, en débarquant à Saint-Georges de l'Oyapock, reproduisait un acte symbolique répété depuis 508 ans.

Mieux encore : débarquant en France, Lula est arrivé en territoire brésilien. Le bain de foule du président brésilien a été la copie de centaines d'autres effectués au Brésil ; ses compatriotes étaient venus l'accueillir avec ferveur, ce qui a pu agacer le côté français : « Après avoir écouté Lula lui souhaiter la bienvenue et faire allusion au lieu de la rencontre, en Guyane française, comme s'il était chez lui, Sarkozy a rappelé que les présidents étaient en territoire français et qu'il était d'accord, pour faire plaisir à Lula, pour traverser le fleuve jusqu'au territoire brésilien<sup>26</sup> ». L'évaluation comparative achève de confirmer l'évidence : les faits ne peuvent pas être inversés ; un président français en chemisette accueilli par une foule enthousiaste de Franco-Guyanais à Oiapoque est un scénario inconcevable.

---

<sup>26</sup> Denize BACOCINA, « Amazônia: Lula quer “desenvolvimento com preservação” – Desafio é aproveitar para o bem da Humanidade a biodiversidade, diz Lula », BBC, [www.bbc.co.uk/portuguese](http://www.bbc.co.uk/portuguese), 12/02/2008.

## AMBITIONS POUR OIAPOQUE

Dans une interview en mai 2009<sup>27</sup> le député Sebastiao Bala Rocha a longuement exposé les axes de la politique de l'Amapá dans lesquels Oiapoque est amenée à jouer un rôle de premier plan, étant entendu que c'est la frontière avec la Guyane française qui justifie cet intérêt. Bala Rocha venait d'être nommé président de la *Frente Parlamentar Brasil-Uni o Européia*.

Il faut retenir des commentaires de Rocha l'existence d'un front (*frente*) amapaense qui, selon les voeux du député, doit rassembler, au-delà du monde politique, les protagonistes socio-économiques, commerciaux, financiers, agricoles... Le choix d'Oiapoque comme si ge de la rencontre transfrontalière n'est pas anecdotique et dépasse très largement les enjeux du microcosme amapaense: « C'est Oiapoque qui m'a inspiré la création de ce groupe parlementaire, car nous sommes l , Oiapoque, l'Amapá, le Brésil, le Mercosul, et de l'autre côté il y a Saint-Georges, la Guyane française, la France et l'Union européenne. Par conséquent nous devons explorer tout cela dans l'intérêt de l'Amapá et de la région d'Oiapoque ».

Pour le parlementaire brésilien, la position stratégique d'Oiapoque signifie de grandes possibilités d'échanges commerciaux avec l'Union européenne. Le langage du député tout à la fois flatte et maltraite les perceptions françaises et guyanaises. Il reflète fidèlement celui des cercles politiques et économiques de l'Amapá, et de Brasília. Défendre les intérêts de son pays est le minimum exigible de tout bon représentant, et on ne saurait lui reprocher son réalisme. Le style direct et sans circonlocutions inutiles est tout à fait en phase avec ce qui importe : les intérêts de son état et de son pays.

---

<sup>27</sup> « Oiapoque precisa receber importância estratégica », *Diário do Amapá*, 18/05/2009. Déclarations en préambule au 1  Encontro Internacional Transfronteiriço, les 3 et 4 juin 2009   Oiapoque, organisé par l'Assemblée de l'Amapá, à travers sa Commission des relations extérieures. Les députés Paulo José (président de la Commission) et Jorge Amanajás (président de l'Assemblée) y jouaient un rôle important, avec la participation de la quasi-totalité des élus et parlementaires de l'Amapá.

Bala Rocha s'exprimait ainsi avant la tenue de la rencontre d'Oiapoque, mais ses propos étaient en parfaite cohérence avec ceux de son collègue Jorge Amanajás qui a fait le bilan des deux jours de travaux et activités. Même s'il ne constituait qu'un thème parmi d'autres, le pont sur l'Oyapock était présent dans tous les esprits. Mais c'était moins pour sa qualité architecturale que pour ses perspectives commerciales :

« Nous allons construire un pont pour avoir des opportunités d'affaires. Nous avons besoin de nous préparer, d'investir à Oiapoque. Le gouvernement brésilien a une dette envers la commune et envers l'Amapá. Plus de la moitié du territoire d'Oiapoque est occupée par les réserves forestières, à commencer par le *Parque Montanhas do Tumucumaque*. La compensation soit se faire sous la forme d'argent des gouvernements au niveau régional et fédéral. La commune doit bénéficier d'un traitement particulier. Dans le cas contraire le pont, qui est notre rêve à tous, peut se transformer en cauchemar. Il peut aggraver les problèmes existants<sup>28</sup>. »

Les actuels représentants politiques de l'Amapá semblent avoir découvert tout récemment que la Guyane française n'était pas exactement la France. Un peu à l'image de la structure fédérative brésilienne, il n'y voyaient qu'un département ou un territoire français comme les autres, présentant comme seule particularité d'être très éloigné de son gouvernement central. La découverte de Jorge Amanajás ne semble pas feinte quand il déclare :

« — La première chose que j'ai pu observer c'est qu'il existe une relation assez peu apaisée entre les habitants de Guyane française et les habitants de la France proprement dite. De nombreux Guyanais ne se perçoivent pas comme européens, ni comme français, d'où un certain conflit. Je

---

<sup>28</sup> Propos de Jorge Amanajás, *Diário do Amapá*, 10/06/2009.

suis sûr que, si cela dépendait uniquement de ceux qui constituent la Guyane française, les relations seraient bien meilleures avec le Brésil, et en particulier l'Amapá<sup>29</sup>. »

Le fait que les tensions et revendications identitaires guyanaises soient perçues ne signifie pas que le regard politique brésilien ait, pour l'instant, décrypté toutes les subtilités socioculturelles et communautaires en Guyane. Les interlocuteurs guyanais des Brésiliens sont d'origines très diverses, et rien ne différencie, aux yeux des observateurs extérieurs, un acteur politique ou socioéconomique ou culturel guyanais « de souche » mais d'apparence européenne, d'un homologue métropolitain. L'évolution de la perception de ces observateurs sera sans doute capitale dans les années à venir.

### **INGENUITE FRANCO-GUYANAISE *versus* HABILITE BRESILIENNE**

Une partie du côté franco-guyanais n'a pas encore bien intégré dans ses perceptions et dans son mode opératoire de rapprochement et de coopération avec l'Amapá le fait qu'il s'agit bien évidemment d'affaires à un niveau élevé, d'intérêts énormes, de *business*. La perception guyanaise se fonde encore sur des échanges tr s personnalisés, touristiques, festifs, culturels, sportifs, associatifs, le tout à une échelle régionale amicale. Les représentations des acteurs du domaine socioéconomique sont plus en phase avec la réalité, mais restent limitées à une échelle micro-régionale. Les projets politiques d'une plus grande autonomie et d'une meilleure intégration dans les réseaux commerciaux régionaux se focalisent sur quelques avantages à petite échelle, mais n'osent pas regarder l'arrière-plan.

Et surtout, peu de gens ont pris vraiment la mesure des ambitions, des capacités, du savoir-faire brésiliens, et de ses

---

<sup>29</sup> « A eficácia de Amanajás a serviço da soberania amaz nica », *Diário do Amapá*, 08/06/2009

ressources humaines de haut niveau. Le sens commun continue à percevoir le pays voisin comme un fournisseur de main-d'œuvre bon marché pour les chantiers de Guyane. Erreur qui peut se révéler lourde de conséquences: en face, les représentations et perspectives brésiliennes sont déjà à l'échelle continentale des décennies à venir, et surtout n'ont pas à affronter le boulet d'ambiguïtés statutaires ni un malaise identitaire endémique.

Dans la continuité de la rencontre de juin 2009 un processus a pris forme, conduisant à la reconnaissance d'une situation frontalière spécifique sur l'Oyapock, et aux conséquences en découlant, principalement la mise en place d'un titre individuel de libre circulation de part et d'autre du fleuve. Tout milite en ce sens afin de préserver un mode de vie et de communication ancestral sur le fleuve, mis à mal par le contrôle renforcé et excessivement zélé des policiers et gendarmes français à Saint-Georges de l'Oyapock.

Les élus de la petite ville guyanaise ont donc été amenés à se rapprocher d'interlocuteurs brésiliens attentifs à ces questions. Fin juin 2009, le maire adjoint Edmar Elfort a été convié à l'Assemblée législative de l'Amapá, à Macapá. M. Elfort a insisté sur les bonnes relations existantes et sur la nécessité de mieux prendre en compte les attentes des Brésiliens en termes de droits d'accès au territoire guyanais.<sup>30</sup> Le 3 octobre est annoncée par le *Diário do Amapá*<sup>31</sup> une déclaration publique de soutien aux Brésiliens à Saint-Georges. Le titre est conforme à sa politique de dénonciation des excès français contre les Brésiliens : « Franceses da fronteira com o Oiapoque resolvem fazer ato público em defesa de brasileiros ».

Le *Jornal do Dia*<sup>32</sup> du 6 octobre relate la visite des élus de Saint-Georges à Macapá, et écrit : « Edmard [Elfort] a expliqué que sa visite a eu pour objectif de lancer une campagne en faveur

---

<sup>30</sup> « Vice-prefeito de Saint George visita a Assembléia Legislativa », *Jornal do dia*, 30/06/2009 ; *France-Guyane*, 18/08/2009.

<sup>31</sup> *Diário do Amapá*, 03/10/2009.

<sup>32</sup> « Franceses fazem campanha em favor de brasileiros », *Jornal do Dia*, 06/10/2009.

des Brésiliens qui vivent en Guyane française. D'après lui ils sont nombreux à vivre sur le sol français sans connaître leurs droits et devoirs ». La suite de l'article ne fait que reproduire, dans la bouche du représentant guyanais, le discours r curren  des représentants de l'Amapá.   la suite, le député Paulo José confirme : « C'est une initiative des Français eux-mêmes en faveur des Brésiliens, mais qui doit aussi recevoir le soutien de la société amapaense et des autorités ». Il précise que « près de 30% du PIB français produit en Guyane provient du travail brésilien », et que l'entrée et le séjour des Brésiliens en Guyane doit se faire en dehors de la clandestinité afin que ceux-ci soient considérés plus dignement.

Les doléances du Comité de défense des habitants de la vallée de l'Oyapock, et la manifestation du 3 octobre à Saint-Georges ont été relayées en Guyane en particulier par *R t Koz *<sup>33</sup>, mensuel du MDES (Mouvement de décolonisation et d'émancipation sociale). La motion du comité « dénonce l'application aveugle de la politique de l'immigration de l'état français en Guyane et plus précisément dans la vallée de l'Oyapock [qui] a conduit à une détérioration des conditions de vie des habitants de cette région ». Les comportements de la Police de l'Air et des Frontières et les vexations permanentes contre les personnes sont dénoncés. En plus des revendications demandant l'arrêt des tracasseries policières figure celle d'un « statut frontalier qui permettrait aux habitants des deux rives du fleuve de circuler et commercer librement dans une zone frontière   délimiter ». Le discours autour de ces questions est une transposition, presque une traduction, de ce qui est dit et écrit en Amapá.

Une fois de plus le côté brésilien démontre son grand savoir faire et son habileté face à ses interlocuteurs. Car la légitimité de surface des revendications masque le scandale de la dévastation de la Guyane par l'orpaillage clandestin brésilien et trafics associés, avec Oiapoque comme base stratégique. Les Brésiliens ne font rien sur ce sujet. Et rien, dans les articles des médias, n'évoque le problème des garimpeiros.

---

<sup>33</sup> « Saint-Georges – Les habitants en colère... », *R t Koz *, n  171, 09-10/2009.

## LA GUYANE DEREALISEE

Dans un univers humain qui range Autrui en fonction de son apparence, les Français sont visuellement, linguistiquement et culturellement pluriels. Du point de vue d'Oiapoque, tous sont bons à accueillir et à fournir des euros. Mais les Créoles sont moins commodes à ranger dans des catégories simples. L'ambiguïté du terme brésilien « *Crioulos* » oblige les journalistes aux guillemets : « C'est là également que les "Créoles" – les Noirs provenant de Guyane française – viennent faire leurs achats (les prix brésiliens sont très inférieurs)<sup>34</sup> ».

Le vieux préjugé racial brésilien facilite le principe d'opposition. Il n'est pas possible de nommer Autrui par sa couleur sans réveiller les échos d'une histoire et d'une société qui se sont construites sur l'opposition Noirs/Blancs. On ne peut ignorer l'antagonisme implicite incongru, du point de vue du sens commun brésilien, entre une population noire et une identité franco-européenne.

L'opposition Brésiliens / Français-Guyanais-Autres sous-tend avec une relative discrétion de surface les représentations des Autres. Mais la confrontation est inégale :

« Le manque d'investissement dans des politiques publiques [...] et l'extrême misère de notre population génère un sentiment de révolte et en même temps de résignation. A côté de la violence classique, la violence symbolique est présente dans les relations sociales entre Brésiliens et Français. Des phrases telles que "ils sont bien élevés", ou "ils dépensent beaucoup d'argent à Oiapoque" servent à légitimer le processus de domination, qui s'effectue aussi en termes symboliques, dans lequel la victime elle-même se persuade de son infériorité<sup>35</sup>. »

<sup>34</sup> CANEJO, PAIVA, 2006, *op. cit.*

<sup>35</sup> PINTO, Manoel de Jesus de Souza, 2008, *O fetiche do emprego : um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa*, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, Bélem, p. 97

Les Autres ont aussi le contrôle légal de la circulation des personnes et des biens chez eux, et ils exercent un pouvoir qui contrevient à ce que la perception brésilienne juge être sa légitimité. La question de la clandestinité et de la répression est inversée d'un bord à l'autre du fleuve. L'Autre est avant tout un adversaire, il n'est donc pas du côté du bien et de la légitimité. La filiere de la clandestinité vers les garimpos constitue un bon exemple de la distorsion de perception entre regard brésilien et regard franco-guyanais, entre soi et autrui.

La succession des étapes conduisant à l'objectif désiré, l'exploitation d'un garimpo (négociations et tractations, achat des marchandises indispensables, transport vers les garimpos, etc.) s'organise avec la ville d'Oiapoque comme foyer et plaque tournante de circulation des personnes et des biens. La structuration de l'espace et des activités englobe la région d'Oiapoque sans prise en compte des frontières politiques et géographiques. La Guyane en soi est reléguée à un rang accessoire. L'Autre guyanais est superfétatoire. Dans sa totalité le système du garimpo, tel qu'il s'exprime dans le discours, est brésilien, même si le cœur de l'activité, l'extraction de l'or, s'effectue dans un pays étranger. La valeur de l'élément « Guyane » est à peu près nulle. Elle n'est qu'un territoire sans identification utile et sans intérêt majeur. Dans l'article de Canejo et Paiva, c'est « Sikini », le toponyme désignant la région aurifère, qui importe, qui fait sens et référence, et en fonction duquel se construisent les récits<sup>36</sup>. Et l'on sait par ailleurs que c'est le mot *França* qui désigne souvent la Guyane.

## TRANSFERT UNILATERAL DE RICHESSES

L'Amapá se voit servir sur un plateau des richesses que ses dirigeants ne vont pas laisser leur échapper. Mais il faut, pour le plein succès du schéma, prendre possession de l'Oiapoque, en assainir la situation, le développer, le consolider, dissiper son image de ville far-west :

---

<sup>36</sup> CANEJO, PAIVA, 2006, *op. cit.*

« [La question sociale] était aussi un des objectifs du débat. Il faut que les gens puissent chercher des solutions de développement économique pour la région, car la pression dans cette relation frontalière ne vas pas diminuer, tout comme ne vont pas diminuer les différences existant entre les offres d'opportunité entre ce côté-ci et l'autre côté. Cela ne pourra se faire que si nous augmentons l'offre d'opportunités, en particulier l'emploi et le développement économique de notre côté. Tant que cela ne se fera pas, ce n'est pas la peine de chercher une quelconque solution, car les Brésiliens continueront à traverser le fleuve et les problèmes resteront [...] Cela se fait avec des investissements. Nous devons penser en termes d'investissements pour notre frontière, pour Oiapoque<sup>37</sup>. »

Le développement de l'Oiapoque a besoin du pont, et celui-ci est attendu avec impatience par les Brésiliens. Les éventuelles retombées profitables au côté français ne se situent visiblement pas à la même hauteur. Mais en même temps, le diagnostic et le remède proposés ne sont pas contestables : seul le développement social du côté brésilien pourrait faire baisser la pression sur la Guyane. D'où le grand intérêt conjoint du Brésil, de la France et de la Guyane de voir les fonds européens et français – et brésiliens jusqu'à un certain point – affluer vers cette région potentiellement explosive. Ce qui ne veut pas dire que les bonnes intentions seront respectées, ni que les subventions ne seront pas détournées.

Rapportées par José Guilherme Carvalho da Silva, une étude de l'université fédérale de Rio de Janeiro (UFRJ), et le *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira* (Programme de développement de la bande frontalière) évaluent la relation entre les deux villes de l'Oyapock :

---

<sup>37</sup> « A eficácia de Amanajás a serviço da soberania amazônica », *Diário do Amapá*, 08/06/2009.

« Saint-Georges et Oiapoque sont définies comme villes jumelles, dénomination utilisée pour identifier des concentrations de populations qui “présentent un grand potentiel d’intégration économique et culturelle, ainsi que des manifestations condensées des problèmes caractéristiques de la frontière, qui y acquièrent une plus forte densité, avec des effets directs sur le développement régional et la citoyenneté” [...] D’où le fait que l’étude propose que les villes jumelles, dans ce cas brésiliennes, soient prioritaires dans les politiques publiques pour les zones de frontière<sup>38</sup>. »

Parmi les mesures susceptibles de favoriser le développement d’Oiapoque figurent bien entendu le tourisme et un dispositif permettant la libre circulation des personnes et des marchandises sur la frontière, mais aussi la création d’une zone franche   Oiapoque. Toutefois, en plus des jeux d’influence internes brésiliens qui entravent sa création, l’auteur prévoit que cette zone franche irait à l’encontre des intérêts guyanais et français, rendant sa création encore plus problématique<sup>39</sup>.

Silva insiste sur la valorisation des éléments culturels, sur « un type d’intégration qui se base sur les relations de solidarité entre les peuples et les nations, et non pas seulement sur le commerce et l’ouverture de marchés comme cela se passe actuellement, pour que les préjugés dénoncés par les Brésiliens de la frontière soient dépassés en faveur d’actions de coopération et d’amitié<sup>40</sup> ».

Au moment où Silva boucle son étude (2006), rien ou peu de choses semblent prévues pour améliorer la ville d’Oiapoque. Le constat de laisser-aller et de négligence que chacun peut faire en parcourant Oiapoque ne laisse pas augurer de progrès spectaculaires. Les millions engloutis dans le b ton du pont auraient peut-être été mieux utilisés pour faire de la ville frontière brésilienne un endroit décent pour ses habitants et ses visiteurs.

---

<sup>38</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 58.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 142.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 143.

## ENJEUX GEOPOLITIQUES

Une question intéressante est de savoir ce que les Brésiliens vont faire de l'apprentissage de la nouvelle donne identitaire et autonomiste guyanaise dans leur stratégie régionale. Les réponses possibles aux enjeux ouverts se trouvent dans la politique intérieure de l'Amapá. Jorge Amanajás défend très bien la volonté *amapaense* de forcer doucement la main du gouvernement fédéral de Brasília en prenant en compte à titre régional ce qui relève de l'Itamaraty, les Affaires étrangères :

«L'Assemblée législative de l'État d'Amapá a décidé d'assumer, ces dernières années, la responsabilité de la discussion des grands thèmes qui concernent les divers niveaux de la société amapense. Car l'Assemblée est le premier endroit que la société vient voir quand il y a un problème, même si la plupart du temps ces problèmes ne relèvent pas de la compétence du pouvoir régional. Le cas de nos relations frontalières en est un exemple très clair <sup>41</sup>. »

Le lobbying unanime des élus *amapaenses* en faveur de la défense des Brésiliens maltraités en Guyane se rattache à des objectifs diversifiés: pénétration améliorée et structurée en territoire franco-européen ; accès facilité aux ressources financières et commerciales franco-européennes ; sauvegarde des réseaux commerciaux et financiers liés à l'économie d'Oiapoque ; représentativité et visibilité personnelle et politique ; amélioration de l'image... Tout cela implique une certaine liberté accordée à l'Amapá dans la conduite de ses Affaires étrangères, un des domaines régaliens du pouvoir fédéral.

Ces objectifs font en partie écho aux revendications guyanaises d'une plus grande autonomie de gestion des affaires locales et des rapports avec les pays voisins de la Guyane. La

---

<sup>41</sup> « A eficácia de Amanajás a serviço da soberania amazônica », *Diário do Amapá*, 08/06/2009.

question statutaire est, de fait, déterminante quant à l'évolution de ce qu'on appelle *grosso modo* coopération. Pouvoir gérer ses relations transfrontalières avec un degré de liberté équivalent à celui prôné par les représentants de l'Amapá s'apparente à un début de souveraineté.

Mais l'homologie n'est pas aussi simple qu'il pourrait sembler. Les objectifs gourmands de développement de l'Amapá, en exploitant à fond toutes les ressources possibles dont la Guyane n'est que le vecteur, risquent de ne s'embarasser des subtilités identitaires et politiques guyanaises que pour mieux les instrumentaliser. Faisant vibrer simultanément les cordes sensibles mais discordantes de la guyanit  et de l'europeanit , les Brésiliens se placeraient en position d'obtenir avantages et concessions substantiels des deux côtés : flatter la fibre identitaire guyanaise et ramollir les résistances à l'ouverture de ce juteux marché ; arguer de ses capacités à participer au développement de la France équatoriale (ainsi que le président Sarkozy le défend) pourvu qu'on lui en fournisse les moyens, en millions ou milliards d'euros ; attester définitivement son rôle d'interface incontournable entre Brésil-Mercosul et France-UE, et acquérir ainsi un poids politique enviable.

Dès lors qu'on modifie l'échelle d'observation d'Oiapoque, les problèmes locaux relatés de façon récurrente sont éclipsés par des enjeux d'une toute autre grandeur. Les décideurs brésiliens, ceux de l'Amapá en particulier, semblent avoir des idées précises et des objectifs assez clairement définis. Oiapoque n'est plus un objectif en soi et pour soi, mais un moyen d'accéder à des avantages financiers et commerciaux internationaux pour le plus grand profit du développement de l'Amapá. Ce n'est pas tant Oiapoque qui compte, que ce qui se trouve de l'autre côté du fleuve.

Car le leit-motiv simpliste du rapprochement avec l'Europe via une Guyane jouant son rôle passif d'interface occulte la vision grandiose et à long terme d'un Amapá prenant un jour cette place avec autrement plus de capacités, de dynamisme et de crédibilité. Dans aucun scénario la Guyane n'est une fin en soi. Elle n'est qu'intermédiaire transitoire destiné à être marginalisé une fois sa fonction remplie.

Si l'on suit l'idée selon laquelle les politiques frontalières mondiales ont été reformulées en termes d'ouvertures économiques facilitant le développement capitaliste et la libre circulation des marchandises et du capital, alors la question de la « libre circulation des personnes et des biens » dans la région de l'Oyapock est un phénomène tout à fait mineur, permettant d'occulter les véritables finalités des revendications et des projets. Les personnes ne sont que des instruments au service d'intérêts qui les dépassent totalement : « Oiapoque est au milieu de ce tourbillon, emporté dans le processus d'intégration sud-américaine, pour l'instant de façon marginale <sup>42</sup>. »

Les dimensions identitaire et humaine, les liens tissés par l'empathie, l'espoir angélique qui préside aux perspectives de coopération : tout cela semble dérisoire en comparaison des instruments économiques et géopolitiques maniés avec dextérité par des partenaires aux dents longues. Oiapoque est un tête de pont, au sens plein et entier de l'expression. Et ce pont symbolique et réel risque de désagréger OYAPOCK, le monde-fleuve.

---

<sup>42</sup> *Idem*, p. 7.



## **A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas**

*Jadson Luís Rebelo Porto*

### **Introdução**

O debate sobre as áreas periféricas tem dispensado atenções que enfocam aspectos que perpassam, dentre outros, pela sua inserção nas dinâmicas econômica regional, nacional ou global; sua dinâmica econômica local como reflexo de (des)articulações políticas locais; ou sua posição na divisão do trabalho nas mais variadas escalas. Quando essas áreas periféricas coincidem com a sua posição fronteira internacional, surge a necessidade de novas reflexões, pois uma decisão local pode influenciar dinâmicas internacionais.

A margem esquerda da foz do rio Amazonas historicamente tem atraído os interesses externos, seja pelo domínio territorial, pelo uso de seus produtos, ou pela da fluidez ao interior do continente sul americano. Contudo, identificada como área de segurança nacional e geopoliticamente estratégica para a soberania nacional, ainda é tratada como periférica pelas elites locais regionais e pelos órgãos de planejamento federal, principalmente quando adotam a densidade demográfica e a distância dos centros industriais para a inserção de políticas públicas visando o desenvolvimento. Por outro lado, os investimentos externos de grande porte nos municípios paraenses de Oriximiná, Almerim; e nos municípios amapaenses de Santana, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, mostram o quão estratégica esta região se mostra para o capital internacional.

Este artigo visa realizar uma reflexão sobre as mudanças de enfoques da fronteira da Amazônia setentrional (em especial o

caso amapaense, sua interação espacial entre Brasil e França no contexto sul americano), de periférica para estratégica, estimulando novos usos do território, pelos investimentos externos de empresas privadas e pelas políticas públicas, gerando espaços de restrição em oposição aos espaços de expansão; novas implicações geopolíticas, pelos recentes acordos diplomáticos entre Brasil e França (pós-1995); e novos conflitos decorrentes das reconstruções da fronteira.

A hipótese aqui considerada indica que a condição periférico-estratégica amapaense é decorrente das ações de políticas públicas, estimuladas inicialmente pela justificativa da Defesa Nacional e, posteriormente, pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes, mediante os constantes ajustes espaciais, executados e fortalecidos pelo Governo Federal.

Para garantir a realização das reflexões sobre a hipótese indicada, adotou-se como questão orientadora: Quais são os fatores estimuladores da construção da condição periférico-estratégica do espaço amapaense?

## **A ULTRAPERIFERIA EUROPÉIA E A FRONTEIRA PERIFÉRICA BRASILEIRA: UM DIÁLOGO EM CONSTRUÇÃO**

Segundo Fortuna (2009, p. 581) “*a geografia econômica da União Européia ultrapassou os limites do continente europeu a partir do momento em que a França incluiu os seus departamentos ultramarinos<sup>1</sup> como parte integrante do processo de criação da União*”. Com a adesão de Portugal (Açores e Madeira) e Espanha (Ilhas Canárias), este espaço de influência da União Européia foi ampliado, exigindo novas atenções a esses departamentos.

Este autor (*idem*, p. 582) esclarece que o conceito de ultraperiferia começa a ser usado em meados da década de 1980 e que, a partir da aprovação do Tratado de Maastricht, os territórios

---

<sup>1</sup> Ilha da Reunião, no Oceano Índico, arquipélagos da Martinica e Guadalupe, no mar das Caraíbas, e a Guiana Francesa, no norte da América do Sul.

afastados do continente europeu foram designados como regiões ultraperiféricas. Estas regiões apresentam baixos índices de desenvolvimento e são territórios de baixa densidade. É possível detectar um conjunto de questões e problemas que, na sua essência, são semelhantes aos da Fronteira da Amazônia Setentrional no que diz respeito às políticas de uso do território, tais como: estão muito distantes dos centros de decisão política; suas configurações territoriais, ainda assim, recebem forte influência do poder do Estado, estimulando a dependência econômica e política do poder central de seus países; e forte atuação do capital internacional, de acordo com as suas construções históricas.

No que tange ao contato da periferia brasileira (na Amazônia setentrional, pelo Estado do Amapá) e com a ultraperiferia francesa (pela Guiana Francesa), as reflexões devem tomar um outro rumo, pois em ambos os casos não se configuram em áreas insulares, mas continentais.

Sobre as relações locais entre Brasil/Guiana Francesa, as mesmas ocorrem desde o século XVII (REIS, 1993; ROMANI, 2002). Contudo, as mesmas se constituíram basicamente de interações locais e não de interações diplomáticas. Segundo Porto (2010), a margem esquerda da foz do rio Amazonas tem historicamente atraído interesses externos, seja pelo domínio territorial, pelo uso de seus produtos ou pela da fluidez ao interior do continente sul americano. Esta condição de domínio e uso da foz do rio Amazonas e da fronteira setentrional ainda se apresenta pouco efetiva, embora haja uma frequência de investimentos externos na região, os quais se intensificaram após a criação Território Federal do Amapá (Brasil), em 1943.

Neste contexto, o debate sobre a fronteira (pautado nas relações transfronteiriças; na condição fronteiriça; no desenvolvimento da ultraperiferia; no uso sustentável das potencialidades naturais desses espaços; nas suas vantagens competitivas e comparativas; na sua soberania; e em sua articulação a um mundo globalizado e em rede) merece uma atenção especial que ainda não foi analisado com profundidade no contexto do Platô das Guianas.

Localizado na Fronteira da Amazônia Setentrional, o Amapá limita-se internacionalmente com a Unidade Ultramarina francesa (Guiana) e Suriname (Figura 1). Apresenta uma configuração

territorial particular assentada nos seguintes aspectos: É um espaço amazônico; faz fronteira com a União Européia, pela Guiana Francesa, identificada como ultraperiferia francesa; apresenta restrições de uso em 72% do seu território; e possui forte apelo geopolítico militar e econômico no Norte da América do Sul, a partir do discurso da Defesa Nacional<sup>2</sup>.

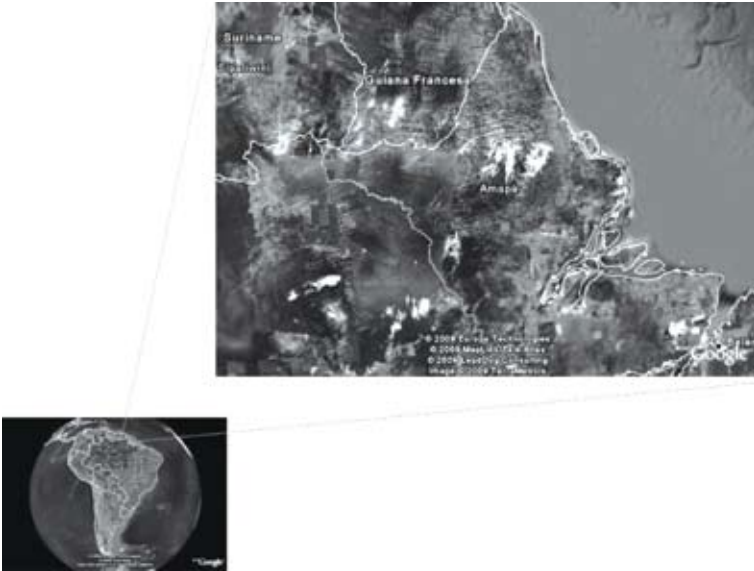


Figura 3 - Localização do Estado do Amapá na América do Sul.

Em relação à fronteira setentrional da Amazônia brasileira, em especial para o caso amapaense, a busca de alternativas econômicas para seu sustento, preocupando-se com a proteção de seu patrimônio natural e a sua interação com o Platô das Guianas – a partir da Guiana Francesa – passou a apresentar novas características e novos usos do território, cujas principais manifestações foram:

---

<sup>2</sup> Sobre o assunto, vide: Medeiros (1944; 1946); Temer (1975), Freitas (1991) e Porto (2003; 2010).

- A Diversificação das atividades econômicas, além da extração mineral (PORTO, 2003);
- Ampliação da preocupação com a preservação do meio ambiente e com a gestão de seu potencial (PORTO, et al., 2009);
- A grande atuação do governo estadual na economia local (CHELALA, 2008);
- Gestão territorial de seu espaço, mediante ampliação de áreas com restrição de uso do território (PORTO, et al., 2009);

Ressalte-se, também, que a Guiana Francesa não poderá ser desvinculada desta discussão, pois em função de sua posição geográfica, é considerada como uma ultraperiferia francesa, sendo também uma representante da União Européia na América do Sul. Com isso, possui uma relação inversa aos demais países limítrofes ao Brasil, no que diz respeito às dinâmicas migratórias, às relações econômicas entre o Euro e o Real (por exemplo) e às políticas internacionais para o caso brasileiro e aos seus vizinhos fronteiriços.

Entre os vários temas que podem ser trabalhados em projetos de pesquisa focados em regiões com as características descritas até aqui, é importante destacar o debate sobre o processo de urbanização em faixa de fronteira suas interações espaciais e a fluidez do capital em processos legais e ilegais, que podem desconsiderar os esforços oficiais voltados para o planejamento e a defesa territorial desta área.

Ao se observar a dinâmica urbana na Amazônia, é possível perceber que essas dinâmicas foram estimuladas com a construção de vias de comunicação rodoviária e aceleradas com as conexões aérea, marítima, fluvial e informacional. A Amazônia é uma região para a qual se dirige um duplo olhar: ela é periférica e também estratégica. Neste sentido, as cidades nela instaladas guardam especificidades que precisam ser entendidas e explicadas, seja pelas suas origens e construções, seja pelas intensas transformações espaciais nelas existentes (demográfica, modernização dos serviços urbanos, funções executadas, verticalização, metropolização, interações urbanas, dentre outras).

Diante das circunstâncias mencionadas, os ajustes espaciais na faixa de fronteira da Amazônia brasileira não conseguem

acompanhar as dinâmicas, a magnitude e as velocidades de crescimento urbano que nelas se manifestam. Por conseqüência, sua defesa exige maiores atenções, pois, em um mundo globalizado, o território-rede possui dinâmicas que vão além da defesa de sua área territorial, de seu espaço e de sua matéria-prima.

Considerando-se que há uma concentração demográfica urbana em Macapá e em Santana (acima de 90 % da população do Estado), ocorre, em contraponto uma porosidade da fronteira em áreas pouco ocupadas pela distância, pela dificuldade de acesso ou pela existência de áreas protegidas. Neste contexto, os dois municípios possuem uma importância fundamental para a organização da fronteira setentrional. Esta importância ocorre porque: concentram a população do Estado; os principais fluxos econômicos (comércio atacadista e varejista local, exportação) obrigatoriamente utilizam suas infraestruturas; as decisões de materialização do capital se originam nessas duas cidades; a definição das áreas protegidas no território estadual implica uma maior preocupação, pois não há recursos humanos para monitorar o uso, o desuso e o mau uso dos seus territórios.

Em função dessa situação, ocorrem estratégias sócio-econômicas que se projetam em diversas escalas geográficas, indo da mais singular, relacionada ao espaço vivido, à mais abstrata (SILVA; RÜCKERT 2006; 2007), num cenário que influencia a dinâmica de vários pontos do espaço geográfico mundial. Algumas dessas estratégias são planos de ação de organismos internacionais e empresas transnacionais, o que tem interferido no rol de políticas e nos meios de transporte disponíveis dos governos nacionais, tais como são vistos nos estados do Arco Norte brasileiro (Amapá e Roraima) para suas rodovias federais, e na construção de pontes binacionais.

## **FRONTEIRA: DE ESPAÇO PERIFÉRICO A ESTRATÉGICO**

O debate sobre fronteira é amplamente realizado pelos geógrafos, cientistas políticos, juristas, dentre outros pesquisadores. Variáveis também tem sido os seus significados, como bem lembra Arbaret-Schulz et al. (2004), que ao propor uma leitu-

ra atualizada sobre os estudos sobre as fronteiras políticas, por exemplo, indicam formas para estudá-las: Pontos de passagem; Linhas de demarcação; Porção territorial (Zona); Fronteira-Rede. Dessas, esta última vem se configurando no caso amapaense com maior intensidade, fazendo com que as interpretações de existir outrora uma fronteira de restrições pela precariedade de acessibilidade vem gradativamente sendo substituída pela fronteira de cooperação.

Nas reflexões aqui traçadas, entende-se que a fronteira é um sistema construído pelos aspectos histórico, social e econômico, sendo politicamente estabelecida pelas suas relações externas, cujas manifestações locais se expressam pelas reproduções indicadas e orientadas pelo capital externo.

Essas articulações executadas com o exterior ampliam a condição estratégica dos espaços a serem estudados neste projeto, por estabelecer novas oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso desses territórios que dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais. Com essas características, percebe-se que na fronteira o contato existente entre o local e o internacional, impõe-se um dinamismo próprio a este espaço, exigindo dos seus atores posturas que, em diversos momentos, são conflitantes às determinações legais, executadas, porém, devido aos diversos interesses que os atores se disponibilizam a executar ou conquistar.

Sendo assim, embora distante do centro econômico e das tomadas de decisão, ou seja, ainda que apresente uma condição *periférica*, à medida que a fronteira foi sendo acessada e integrada, interagiu e se articulou aos cenários nacional e internacional, tendo se tornado gradativamente mais *estratégica*.

## **AMAZÔNIA SETENTRIONAL: DA DEFESA NACIONAL À CONDIÇÃO ESTRATÉGICA**

Segundo Porto (2009), diversas reflexões sobre segurança e defesa nacionais foram tecidas na bibliografia brasileira, sendo que esses temas tratam a Amazônia como *periférica*, que precisa ser ocupada e protegida, bem como necessita de se desenvolver; mas, também, apresenta-se como *estratégica*, ao reconhecer que esta região possui riquezas e potencialidades naturais de grande

interesse do capital internacional. Medeiros (1946, p. 507-8), por exemplo, interpretou que a Defesa Nacional deve

“emprender medidas com fim de preservar o país de ameaças de toda ordem; defender as fontes de tributação nas zonas de fronteira; salvaguardar riquezas contra a ação dispersiva das populações rurais; guardar as minas contra a obra inescrupulosa dos contrabandistas estrangeiros e sabotadores nacionais; enfim, assegurar a saúde das massas rurais pela realização de uma política de saneamento.”

À medida que a fronteira foi ocupada, novas dinâmicas foram executadas, exigindo novos ajustes normativos, infraestruturais, políticos e geopolíticos capazes de garantir a mobilização e o dinamismo no espaço. Três décadas mais tarde, o conceito de Defesa Nacional de Medeiros foi revisto por Temer (1975, p. 28), que o entendeu como “a adoção de medidas cujo objetivo seria o de preservar o país de ameaças de toda ordem, salvaguardar riquezas contra a ação dispersiva das populações rurais; realizar atos objetivos militares, enfim, tudo que, subjetivamente, a União pudesse entender como relevante à preservação da unidade nacional”. A visão nacionalista de Medeiros é substituída pelo enfoque mais flexível de Temer, devido aos distintos momentos históricos por eles vivenciados.

Enquanto Medeiros abordou o tema em um período de ebulição bélica, Temer encontrava-se num momento de expansão do capital internacional sobre o espaço brasileiro. Na década de 1970, nas áreas de fronteira, houve avanços no âmbito da saúde, com a implantação de hospitais nos Territórios Federais; na instalação de projetos incentivados por parte da SUDAM, na integração da Amazônia com as demais regiões brasileiras por rodovias; e na atuação de empresas com capital estrangeiro na região. Ou seja, a Amazônia já se encontrava integrada, conectada e acionada pelo capital externo. Gradativamente a Amazônia deixa de ser *periférica* para gradativamente se tornar *estratégica*.

Ao observar a Amazônia no período pós-1970, esta região já se encontrava conectada com as demais regiões brasileiras pelas rodovias, como também, à inserção do capital internacional na

sua industrialização (Zona Franca de Manaus, Complexo Industrial do Jari) ou na exploração de minerais (ICOMI, em Serra do Navio-AP; Mineração Rio do Norte, em Oriximiná-PA; Caulim da Amazônia, em Vitória do Jari-AP; Companhia Vale do Rio Doce, em Carajás-PA). Enfim, esta região torna-se conhecida como uma *fronteira de commodities* (LOUREIRO, 2009, p. 73-74) após da década de 1980. A partir desta data, o Governo Federal inicia a instalação dos primeiros “megaprojetos” amazônicos (UHE de Tucuruí, Carajás, Albrás-Alunorte). Passados 30 anos de uma região intensamente integrada e conectada ao cenário internacional, torna-se cada vez mais *estratégica*. E o que a torna fortemente competitiva é a sua biodiversidade e os recursos minerais ali encontrados. Por isso é que se deve repensar o enfoque de Defesa Nacional.

Um caso a se destacar é o da exploração do manganês no atual Estado do Amapá. Este minério foi explorado pelo capital internacional no período de 1957-1997, inserindo este espaço nas estratégias internacionais. No entanto, para o cenário nacional, apresentava-se como periférico. Outros aspectos dignos de comentário são a gigantesca dimensão territorial amazônica e a porosidade da fronteira.

A dimensão continental da Amazônia impõe um olhar diferenciado para esta região. Ocupando cerca de 60% do espaço brasileiro e a sua gigantesca biodiversidade, eleva à enésima potência a potencialidade amazônica, ratificando sua condição estratégica.

Quanto à porosidade da fronteira, esta representa deficiências em diversos âmbitos, tais como: na defesa do território; no controle das dinâmicas regionais em diversas escalas e atividades (com forte presença do contrabando e de mobilidade das drogas) e na movimentação migratória de brasileiros nos países vizinhos. É justamente nesta porosidade que o ilegal e o legal circulam. O legal em crise e o ilegal, flexível, móvel.

Neste contexto, insere-se o debate sobre fronteira na Amazônia. Segundo Porto (2010, p. 233), variáveis tem sido os significados de fronteira, que permeiam desde a separação do *meu* e do *teu*, da área de atuação da soberania, até a sua articulação em um mundo globalizado em rede. Para reflexões aqui traçadas, entende-se que a fronteira é o *locus* de encontros, desencontros e novos encontros. É onde o meu e o teu se interagem e se relacionam.

Grimson (2003, p. 17) analisa a fronteira como “*os regimes de movimentos materiais e simbólicos que através delas incluem uma série de relações econômicas, políticas, sociais e culturais*”. Porém, seus sentidos são decorrentes da conjunção dos seguintes elementos formadores: território: população, regimes de fluxos e de outras relações sociohistóricas.

A partir desta reflexão, constrói-se a condição fronteiriça. Para Porto (2010, p. 234), esta condição é estabelecida sob uma ênfase sócio-cultural e é entendida como um

sistema construído histórica, social, econômica e politicamente estabelecida pelas suas relações externas, cujas manifestações locais se expressam pelas reproduções indicadas e orientadas pelo capital externo. Por ser um produto historicamente construído, reestruturado, resignificado, a condição fronteiriça é constantemente (re)inventada. Ou seja, a cada momento histórico, é refeita por ser social e politicamente estabelecida.

Essas articulações executadas com o exterior ampliam sua condição de estratégica por estabelecer novas oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território, que dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais. Com essas características, percebe-se que o contato existente na fronteira entre o local e o internacional impõe um dinamismo próprio a este espaço, exigindo dos seus atores posturas que, em diversos momentos, são conflitantes às determinações legais, mas que são executadas devido a diversos interesses que esses atores se disponibilizam a executar ou conquistar.

## **A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA AMAPAENSE**

O Estado do Amapá é um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil. Sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943). A partir de então, alguns aspectos sobre o uso do seu território começam a ser construídos, seja para se (re)pensar as políticas públicas, seja para se investir recursos privados externos com aval do setor público (PORTO, 2003).

Com isso, a configuração espacial amapaense deu-se mediante a instalação de próteses<sup>3</sup>, as quais foram histórica, cultural, política e economicamente construídas. Com a instalação destas, surgiu a necessidade da realização de ajustes para o melhor funcionamento e atuação das mesmas, inserindo este espaço em um sistema de redes articuladas internacionalmente, cuja configuração ocasionada pela ação dos fixos e fluxos, recriou uma nova configuração territorial, seja esta causada pelo ganho de próteses tecnológicas ou pelas construções de redes de circulação e comunicação, identificadas por Raffestin (1981) como *modeladores do território*.

Neste sentido, a nova configuração territorial do espaço amapaense foi alavancada por diversos fatores, tais como: a criação/construção de condições para os seus (re)ordenamentos e (re)organizações espaciais (PORTO, 2007); a ação dos ajustes espaciais implantados pelo Estado e pela iniciativa privada, com investimentos externos (COUTO et al., 2006); a instalação de unidades de conservação e reservas indígenas; os novos usos da fronteira após a década de 1990 (SILVA, 2008) e; a mobilidade antrópica. Diante disso, reforça-se a necessidade da revisão do conceito de Defesa Nacional outrora estabelecido para a origem do Território Federal do Amapá.

Segundo Porto e Silva (2009), no primeiro decênio do século XXI, o Governo Federal adotou uma retomada no planejamento estratégico e na atuação do país como agente de coordenação de desenvolvimento. Teve também como perspectiva da elaboração da Proposta de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira a de oferecer às diversas instâncias governamentais (tais como a amapaense) e também à sociedade brasileira, uma base conceitual e uma agenda concreta de intervenção que permitisse uma superação da visão da fronteira como “espaço-problema” em favor de uma concepção que privilegia a região como um espaço pleno de oportunidades de desenvolvimento, de união com os países vizinhos e de valorização da cidadania (BRASIL, 2005).

---

<sup>3</sup> Segundo Porto et al. (2007), próteses são “*atos elaborados externamente e implantados localmente os quais impõem novos ritmos ao meio primitivo. Essas próteses podem ser de vários modelos e que transformam e reconfiguram um espaço já existente*”.

Para esses autores, a fronteira brasileira é uma das áreas estratégicas menos conhecidas do país, apesar de ter sido a primeira a ser oficialmente reconhecida como tal. Sem dúvida, o interesse estratégico da área advém, primordialmente da imposição de defesa do perímetro de um vasto território ainda pouco povoado e insuficientemente articulado. A área de fronteira é um espaço que exige concomitância de múltiplos tipos de ação, do *tempo curto* dos sistemas de vigilância e defesa e do *tempo longo* da arquitetura da cidadania e da integração dos povos fronteiriços (MACHADO, 2005). Cada um desses propósitos demanda posturas variadas envolvendo diversos atores e níveis de decisão, a partir de uma ação intencional com objetivos a serem alcançados.

Um aspecto relevante na fronteira internacional da Amazônia brasileira se refere à sua gigantesca dimensão territorial. É justamente por essa dimensão, acrescida à sua freqüente permeabilidade entre legais e ilegais, que se tem provocado a necessidade do poder central de conhecer a dinâmica por que passam as cidades fronteiriças.

Na escala amapaense, deve-se considerar diversos fatores para a realização de uma análise das dinâmicas que influenciaram na sua organização espacial, com destaques para: a conectividade com as escalas regional e global (LIMA; PORTO, 2008); a influência institucional-governamental (PORTO, 2003), a instalação de unidades de conservação (BRITO, 2003; PORTO, 2006), a questão fundiária (LIMA, 2004); a reestruturação do uso do território com a retomada do potencial mineral a partir da inserção de novas tecnologias em áreas já exploradas; a conexão Brasil/França, pelas suas fronteiras físicas a partir da ligação Amapá (BR) - Guiana Francesa (FR), via ponte binacional (SILVA, 2008); e os planos de Governo do Estado do Amapá, que selecionaram a(s) vocação(ões) de subespaços amapaenses (Plano de Desenvolvimento Sustentável e o Programa Amapá Produtivo).

Ao se observar os novos usos da fronteira amapaense durante o período de 1995-2009, pode-se perceber as seguintes ações que configuram a nova condição fronteiriça amapaense (PORTO; SILVA, 2009): assinatura do Acordo-Quadro com a Guiana Francesa (1995), estimulando a mobilidade demográfica ao Amapá, decorrente das expectativas criadas pela acessibilidade

de à esta Unidade Ultramarina Francesa; ampliação do Porto de Santana (1996), aumentando a fluidez de mercadorias ao/do Estado do Amapá; criação do PARNA do Tumucumaque (2002), ampliando a restrição do uso do espaço amapaense e dos municípios por ele envolvidos, estimulando a urbanização do Estado e o debate sobre as zonas tampão na fronteira; pavimentação da BR-156 (2005/2009), dinamizando a mobilidade demográfica e de mercadorias em direção à fronteira setentrional amapaense; criação da Floresta de Produção do Amapá (2007), criando novas expectativas de uso do território nas terras repassadas do Governo Federal ao Estado e; construção da ponte binacional, iniciada em 2010, ampliando o grau de integração e interação espacial do Amapá com o norte da América do Sul, em especial com o representante da União Européia.

Neste sentido, percebe-se que a condição fronteira amapaense é decorrente de pelo menos três fatores (PORTO; SILVA, 2009, p. 259): da participação do Governo Federal, criando condições para a mobilidade e reprodução do capital; *da articulação das redes criadas/construídas em um espaço poroso e; na atuação do capital internacional na exploração de commodities, com o estímulo do Estado, e no uso do território fronteira.*

Assim sendo, Porto (2010, p. 244) entende que a condição fronteira amapaense está diretamente ligada aos movimentos de (des)construção e (des)territorialização; à grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização e monitoramento; à criação/construção de próteses dos mais variados modelos; à existência, configuração e intensidade de articulação das redes existentes, as quais expressam reflexos de cenários internacionais; às expectativas dos resultados na integração física com a Guiana Francesa; às suas restrições territoriais de uso e; à sua posição na *economia-mundo* como fornecedora de *commodities* e consumidora de produtos industrializados, situação esta que não é apenas característica da fronteira, mas sim de toda a região amazônica.

O que hoje se (re)conhece como a atual condição fronteira amapaense, portanto, seria resultado das tensões e contradições multiescalares existentes entre a própria realidade local-regional e o exercício da soberania dos Estados nacionais, profundamente permeadas por sistemas econômicos e redes geográficas das mais variadas.

Quanto às relações bilaterais e multilaterais com os países vizinhos – isto é, os *temas transfronteiriços* – também fazem parte da pauta de uma política de ordenamento territorial no âmbito nacional, pois possuem importantes repercussões nos fluxos e mesmo em regiões às vezes distantes das fronteiras (RÜCKERT, 2007), o que motiva a análise sobre a condição fronteiriça das cidades amazônicas dentre as quais encontra-se o Estado do Amapá. Por outro lado, esta condição fronteiriça é marcada por acordos formais dos territórios estatais próximos fisicamente e informais pela população instalada e interagida. O espaço de cooperação é então igualmente marcado pelos interesses e/ou preocupações comuns.

Enfim, a construção da condição fronteiriça amapaense caracteriza-se pelo seguinte comportamento: de periférico nacional a estratégico internacional o Amapá vem se consolidando; de fronteiriço desconectado a articulado, vem sendo construído; de espaço de expansão ao de restrição, vem se formatando. Para o século XXI, com a consolidação da fronteira como fronteira-rede, interada e articulada globalmente, as expectativas locais são estimuladas, mas suas construções nas escalas nacionais Brasil/França, ainda não chegaram a um consenso.

## **Considerações Finais**

As reflexões aqui tecidas sobre a condição fronteiriça amapaense sugerem uma mudança de enfoques dos usos deste território. O caso amapaense é particularmente intrigante quando comparado aos demais estados integrantes da faixa de fronteira brasileira. Eis alguns aspectos:

- Foi o primeiro Estado Amazônico a receber investimentos internacionais (mineração), inserindo este espaço nas *estratégias* internacionais, ainda que para o cenário nacional per-

maneasse como *periférico*, sendo conectado e acionado pelo capital externo;

- O Amapá é o único Estado brasileiro fronteiriço com um representante da União Européia, com moeda forte. Tal condição exige acordos internacionais entre Brasil/França e não entre Amapá/Guiana Francesa;
- Por ser um produto historicamente construído, reestruturado, ressignificado, a fronteira possibilita conflitos entre o tradicional e o moderno; a sua condição é constantemente (re) inventada. Assim, novas normatizações são necessárias para regulamentar o uso do território a medida que é ocupado, pois esta condição estabelece oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território e dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais;
- Esta condição fronteiriça destaca o contato existente entre o local e o internacional, que impõe um dinamismo próprio a este espaço; exigindo dos seus atores posturas que, em diversos momentos, são conflitantes às determinações legais, mas que são executadas devido a diversos interesses que esses atores se disponibilizam a executar ou conquistar.

No que tange às recentes mudanças ocorridas no espaço amapaense, desde meados da década de 1990, indicam a construção de novos usos deste território e mudanças na sua condição fronteiriça, seja pela construção da integração física entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa, seja pela ampliação da interação espacial entre ambos. Essa interação tem sido fortalecida na escala local, mas com reduzido envolvimento diplomático entre Brasil e França. Amapá e Guiana Francesa são fronteiras de dois países e não somente entre dois espaços integrantes de dois países, daí a necessidade de uma normatização que extrapola a escala local, pois a ocorrência da fronteira-rede neste espaço é bastante perceptível, seja nas relações formais ou informais de suas relações sociais e econômicas.

Com a nova articulação da fronteira amapaense em construção, busca-se a cooperação, mas as restrições ainda são presentes em vários aspectos, principalmente de brasileiros na Guiana

Francesa, tais como: controle do movimento migratório entre os países; acessibilidade trabalhista; articulação empresarial; estímulo tributário de circulação de mercadorias; controle sanitário de produtos alimentícios; dentre outros.

Assim, vislumbra-se que a atual condição fronteiriça amapaense apresenta-se como resultado das tensões e contradições multiescalares existentes entre a realidade local-regional e o exercício da soberania dos Estados nacionais, profundamente permeadas por sistemas econômicos e redes geográficas das mais variadas; e é marcada por acordos formais dos territórios estatais próximos fisicamente e informais pela população instalada e interagida.

- **A economia:** Por um lado, é considerada na escala nacional como *periférica*. A faixa de fronteira brasileira também é extremamente *estratégica*, pois se articula com dez países sul-americanos, sendo um deles integrante da União Européia (Guiana Francesa). Desses países, sete interagem com estados amazônicos. Essa articulação caracteriza-se pela existência de uma fronteira porosa, permeável, onde a população, mercadorias, drogas e ouro circulam sem o controle e a fiscalização do Estado. Por outro lado, na escala internacional, a região se insere em um circuito que envolve o fornecimento de *commodities*, a instalação de Regimes Aduaneiros Especiais ou pela busca da conectividade interna e as expectativas da construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque (Brasil/Guiana Francesa). Observa-se também um processo de *decretização do desenvolvimento*, onde as principais atividades econômicas foram transformadas em diplomas legais.
- **A esfera político-administrativa e o uso e a ocupação das terras:** Destaca-se a transformação do Território Federal em Estado, implicando uma nova relação dessa unidade com o federalismo brasileiro não mais subordinada às decisões do Governo Central; a criação de novos municípios; a gestão de seu espaço ocupado por áreas protegidas, dimensão ampliada com a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (2002), do Corredor da Biodiversidade (2003) e da Floresta Estadual de Produção (2007). A execução dessas propostas não passou por discussões com a sociedade local e forçam a

realização de debates sobre a organização e o uso do espaço amapaense, pelas várias restrições impostas à gestão espacial, e também ambiental. Nesse caso, especialmente no que diz respeito à criação de alternativas econômicas que possam se adequar às realidades locais, mais notadamente a municipal.

- **A condição fronteira:** A localização do Amapá estimula discussões que demandam reflexões importantes para a sua organização espacial: é um estado amazônico na faixa de fronteira e sua conectividade e fluidez internacional indicam uma intensa porosidade com a Guiana Francesa. Em ambas as condições, dialogar com as políticas públicas nacionais e locais torna-se questão urgente e necessária devido à sua complexidade.

## Referências

- ARBARET-SCHULZ, C. et al. La frontière, un objet spatial en mutation. *Espaces Temps.net*, Textuel, 29.10.2004. <http://espaces-temps.net/document842.html>. Acesso em 15/09/2006.
- BRASIL. Ministério da Integração. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais - Brasília, 2005.
- BRITO, D. M. C. *A construção do espaço público na gestão de unidades de conservação*: O caso da APA do Rio Curiaú / AP. Macapá: CDS/UNB/UNIFAP. 2003. Dissertação de Mestrado. Orientador: José Augusto Drummond.
- COUTO, M. E. A.; MELO, L. R. P.; MONTEIRO, R. M. G.; PORTO, J. L. R. *Os ajustes espaciais e a expansão das redes geográficas*: a inserção de próteses tecnológicas no espaço amapaense. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do Colóquio de Iniciação Científica da Faculdade Seama, área Ciências Humanas).
- FORTUNA, M. A Problemática das regiões ultraperiféricas. In: COSTA, J. S.; NIKAMP, P. *Compêndio de Economia Regional*. Cascais: Princípia, 2009. Vol. 1.
- FREITAS, A. *As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil*. Boa Vista, 1991.
- LIMA, R. A. P. *Antropización, dinámicas de ocupación del territorio y desarrollo en la Amazonia Brasileña*. El caso del Estado de Amapá. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2004. Orientadores: David Saurí Pujol e Jacques Hubschman. (Tese de doutoramento).

LIMA, R. A. P.; PORTO, J. L. R. Ordenamento Territorial Amapaense: Dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira amazônica. In: *Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica: Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y las ciencias sociales*, 1999-2008, Barcelona. 2008.

LOUREIRO, V. R. *A Amazônia no século XXI: Novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MACHADO, L. O. Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento na Faixa de Fronteira do Brasil. *Parcerias estratégicas*. n. 20: 747-766, jun/2005.

MEDEIROS, O. *Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.

\_\_\_\_\_. *Administração Territorial* (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

PORTO, J. L. R. *Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000*. Macapá: SETEC, 2003.

\_\_\_\_\_. *(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais*. Macapá: Jadson Porto, 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4).

\_\_\_\_\_. A construção de condicionantes no espaço amapaense. In: PORTO, J. L. R.; CHELALA, C.; SILVA, G. V; COUTO, M. E. A. *Condicionantes construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses*. Macapá: Jadson Porto, 2007. (Série Percepções do Amapá, 5).

\_\_\_\_\_. Condição Fronteiriça Amapaense: Da Defesa Nacional à Integração (Inter)Nacional. In: NASCIMENTO, D. M. *Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém (PA): (NAEA/UFPa), 2010.

PORTO, J. L. R.; MENDONÇA, M.; AZEVEDO, L. R.; ARAÚJO, M. W. R. Dilemas territoriais amapaenses: a (des)configuração de um estado em construção. In: *Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina*. Montevideú, 2009.

PORTO, J. L. R. ; COUTO, M. E. A.; BARROSO, J. M. ; THALEZ, G. M. . Do Território Federal a Estado: condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá. In: Walterlina Brasil; Emanuel Mirtíl; Francisco Maciel. (Org.). *35 anos de colonização da Amazônia*. Rondônia. Porto Velho: Edufro, 2007, v. , p. 188-198.

PORTO, J. L. R.; SILVA, G. V. novos usos e (re)construções da condição fronteiriça amapaense. In: *Novos Cadernos NAEA*. Belém, 12 (2): 253-297. Dez., 2009.

PROENÇA Jr. D. Evolução do Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança - Uma Estratégia Para o Brasil. In: PINTO, J.R.; ALMEIDA. A.J; ROCHA, R.; R; SILVA, D. P. (Orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil* /- Brasília : Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIS. A. C. F. *Território Federal do Amapá: Perfil Histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949.

\_\_\_\_\_. *Limites e Demarcações da Amazônia Brasileira*. Belém: SECULT, 1993. 2 v. (Série Lendo o Pará, 15)

ROMANI, C. “*Clevelândia, Oiapoque – Aqui Começa o Brasil!*” Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900 – 1927). São Paulo. USP/FFLCH, 2003. Tese de Doutorado. Orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. MARGARETH RAGO.

RÜCKERT, A. A. A política nacional de ordenamento territorial-Brasil: uma política territorial contemporânea em construção. In: *Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica: Los problemas Del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales*. Porto Alegre, 2007.

SILVA, G. V. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira*. entre os ditames globais e a articulação local. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGGeo/UFRGS), 2008. 175p.

SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R. Interações espaciais entre territórios periféricos no Norte da América do Sul. In: *Anais do I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder*. Curitiba, 2009.

TEMER, M. *Território Federal nas constituições brasileiras*. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.



## **Novos aglomerados Populacionais na Fronteira: O Caso Vila Brasil e Vila Vitória**

*Manoel de Jesus de Souza Pinto*<sup>1</sup>

*Betiana de Souza de Oliveira*<sup>2</sup>

*Christianni Lacy Soares*<sup>3</sup>

### **Introdução**

A Fronteira entre Brasil e França, no Platô das Guianas, atualmente é palco de grandes tensões sociais, seja por processos migratórios irregulares contínuos ou por violações dos direitos humanos. Pesquisas recentes concernentes às relações transfronteiriças, tendo como pano de fundo temáticas como a migração irregular, relações de trabalho, direitos humanos e desenvolvimento (PINTO, 2008; AROUCK, 2000; PORTO & SILVA, 2009; SILVA, 2006; POLICE, 2010), apontam que a procura por trabalho, seja no ramo da mineração ou nos núcleos urbanos no Platô das Guianas é a principal causa dos conflitos existentes.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor da Universidade Federal do Amapá, Coordenador do Grupo de pesquisa em Migração, Relações de Trabalho e Políticas Públicas na Fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa, vinculado ao Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional – MINTEG.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá, e mestranda do Programa do Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional – MINTEG/ turma 2009.

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá, e mestranda do Programa do Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional – MINTEG/ turma 2010.

Não obstante as implicações engendradas por estas questões, a fronteira entre Amapá e Guiana Francesa, insere-se no contexto histórico através da ocupação da Amazônia e atualmente pelo processo de integração com os países vizinhos da Pan-Amazônia. Os recentes trabalhos de pesquisa na região apontam que os novos processos sociais, principalmente para a Amazônia oriental, estão no contexto da busca por trabalho e melhores condições de vida. No entanto, parece que existem problemas estruturais crônicos por trás de toda essa situação, que quando não analisados corretamente, criam uma inversão de realidade, onde as vítimas (trabalhadores) passam a ter responsabilidades pelos seus próprios fracassos.

Consideramos que o comportamento do Estado brasileiro em relação à fronteira com a Guiana Francesa talvez não seja o mais apropriado para uma região estratégica como essa, e que é preciso muito mais do que acordos comerciais ou construção de pontes para encontramos um ponto de equilíbrio na solução dos problemas estruturais históricos. O fato é que persistem no Brasil as abissais desigualdades regionais e que fazemos parte ainda de um Brasil atrasado, no qual as políticas públicas, quando postas em prática, ainda estão sob a lógica visceral do Estado e desconectadas da realidade e do homem amazônico. Segundo Pinto (2010), inúmeros trabalhadores imigrantes que cruzam a fronteira de Oiapoque em direção ao Suriname e Guiana Francesa, estão correndo atrás de oportunidade de trabalho e direitos que não conseguem em seu próprio país.

De acordo com Pinto (2008), a migração por trabalho tem aumentado significativamente no início deste século, embora nem sempre estes migrantes encontrem no destino desejado as condições favoráveis a qualidade de vida almejada, considerando que as dificuldades se acentuam nas faixas de fronteira entre os países, e que a entrada desses trabalhadores em grande parte ocorre de forma clandestina. Sabe-se que a falta de oportunidade de trabalho é a condição primeira para alguém se lançar no mundo à procura de um emprego.

A Amazônia neste contexto se apresenta como um complexo agrupamento de grupos sociais, constituindo-se numa fronteira de intensa dinâmica de espaço e sociedade, paradoxalmente mu-

tante por ser uma região de fluxo permanente de pessoas com distintas histórias e construções de vida, e faz com que a fronteira seja sonho e desilusão, riqueza e pobreza, sem limites e com barreiras. Outro aspecto interessante é que estamos presenciando um “crescente processo de integração física entre os países, e mecanismos de cooperação transfronteiriça institucionalizada estão se tornando cada vez mais frequentes na América do Sul” (PORTO; SILVA, 2009, p. 254). Podemos dizer que é um complexo de relações sociais que se dinamizam entre transformações e permanências, e por isso torna-se um fenômeno que se apresenta em estruturas lógicas extremamente diversificadas quanto às percepções de território e ocupação do espaço.

A fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa como expansão da fronteira amazônica a que se refere Arouck (2000), no sentido de que representa uma das mais peculiares e históricas *frontier*, encerra conflitos e interesses em proporções internacionais e locais. O Município de Oiapoque atraiu diversos migrantes para área em função da proximidade com o Departamento francês (OLIVEIRA e GUERRA, 2007) e pela forte tradição na exploração do ouro, originando diversos povoamentos, que hoje configuram cidades como Calçoene e Oiapoque. Dentro desta lógica, outros povoados foram se formando ao longo das margens do rio Oiapoque em função do garimpo clandestino e da área de fronteira, como a Vila Vitória, Ilha Bela, Três Saltos e Vila Brasil.

Embora a formação desses povoados tenha ocorrido em função da migração para o garimpo e/ou para cidades da Guiana Francesa, por meio das modificações decorrentes das relações sociais e econômicas na fronteira, pode-se distinguir dentre essas comunidades as mudanças no perfil sócio-econômico do povoado de Vila Brasil e Vila Vitória pela intensa relação de trabalho e econômica estabelecidas na fronteira. A primeira com a Vila de Camopi e a segunda com a cidade de Saint George, ambas no território francês (SOARES, 2009).

Este artigo foi elaborado como uma primeira análise das discussões realizadas sobre esses novos aglomerados populacionais, identificados pelo grupo de pesquisa em **Migração, relações de trabalho e políticas públicas na fronteira entre o Estado do**

**Amapá e Guiana Francesa**, vinculado ao Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (MINTEG).

Com o objetivo de captar as realidades que se manifestam nas articulações das duas vilas com as cidades francesas, formulamos nossa pesquisa com base em análise qualitativa das informações colhidas *in locus*, no entanto, sem dispensar o auxílio de dados quantitativos como complemento na análise dessas relações. É importante ressaltar que a sociologia como interpretação científica da realidade social não objetiva abstrair da realidade sua totalidade (IANNI, 1999), mas sim interpretar e compreender suas manifestações sociais e culturais construídas socialmente.

As impressões sobre Vila Brasil tiveram como base a pesquisa realizada em 2008, que objetivou discutir as influências da criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque<sup>4</sup> sobre a comunidade. Realizou-se uma amostra com 34 domicílios, o equivalente a 42,5% das unidades existentes (80 domicílios no total), investigadas através de observação, entrevistas gravadas e escritas e aplicação de formulário semi-aberto. Entre o conjunto de resultados obtidos, pode-se identificar que a Vila é um aglomerado populacional ribeirinho dependente da relação comercial e de trabalho com a Vila francesa de Camopi.

No que se refere à Vila Vitória, a pesquisa faz parte de um trabalho que envolve a identificação do perfil do trabalhador imigrante na fronteira entre o Estado do Amapá e Guiana Francesa, pretendendo-se alcançar uma amostra de 100 trabalhadores em Oiapoque e Caiena. As discussões neste artigo sobre Vila Vitória surgiram da primeira pesquisa de campo, na qual realizou-se uma observação e entrevistas com 19 trabalhadores que residem na localidade, por meio das quais foi possível captar a história e percepção desses sujeitos sobre a formação da localidade e sua relação com a cidade de Saint George.

---

<sup>4</sup> Em alguns momentos deste artigo utilizaremos a abreviatura PARNA no lugar de Parque Nacional.

O conjunto das discussões sobre o trabalho como pivô da migração para fronteira se relaciona neste artigo à formação de aglomerados populacionais, que mesmo sob conflitos e dificuldades se mostram persistentes em tomar suas localidades como espaço de trabalho. As comunidades são exemplos das diferentes aventuras de brasileiros em busca de melhores condições de vida. São povoados que sobrevivem da relação comercial e de trabalho que tem com as cidades francesas. Por isso, entende-se que a análise sobre as relações de trabalho na faixa de fronteira entre o Amapá e Guiana francesa é necessária para a compreensão da construção e organização social da região e suas implicações no cenário nacional e mundial, bem como da fuga de trabalhadores brasileiros em direção a essa área fronteiriça. São espaços ocupados por aqueles que optam por morar e buscar alternativas de trabalho diretamente na faixa de fronteira, como é o caso das comunidades de Vila Brasil e Vila Vitória. Por estas especificidades, faz-se necessário conhecer os processos sociais que promovem essas relações de trabalho, e desta forma contribuir para o arcabouço científico sobre as complexas relações trans-fronteiriças, e implicações nas formas de migração e trabalho na fronteira amazônica.

## VILA BRASIL

No município de Oiapoque –AP, a algumas horas de catraia<sup>5</sup>, há na margem esquerda Oiapoque, um aglomerado populacional denominado por seus habitantes como Vila Brasil. Trata-se de uma comunidade ribeirinha localizada na fronteira com a Guiana Francesa, em frente à comunidade indígena de Camopi. Este artigo chama a atenção para a comunidade, por considerá-la *sui generis* por dois motivos.

Primeiro motivo consiste no conflito gerado entre a comunidade e o Estado Federal, pelo fato da mesma ocupar terras que ficam

---

<sup>5</sup> canoa com motor de polpa, usada como transporte fluvial por ribeirinhos amazônicos.

no perímetro do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Quanto ao segundo motivo, ocorre que apesar da Vila Brasil ocupar um território distante do centro urbano, é uma comunidade ribeirinha atípica, que localiza-se em frente à reserva indígena francesa do Camopi, com quem mantém uma relação econômica e social. Vila Brasil é uma comunidade praticamente mercantil, sendo que há mais comércios por metro quadrado do que propriamente residências. As outras atividades desenvolvidas no local são todas voltadas ao atendimento das demandas de Camopi. A figura a seguir representa a região de localização das comunidades na fronteira.



Foto 01: área do complexo de vilas às margens do rio Oiapoque.  
À esquerda Vila Brasil e à direita Camopi.

Fonte: PNMT/IBAMA.

A formação de Vila Brasil às margens do rio Oiapoque relaciona-se ao histórico de exploração e ocupação da região desde as contestações franco-brasileiras pelo território, que hoje é o Estado do Amapá, fato que marca a construção do espaço territorial amapaense, dado que a influência francesa no território até hoje é significativa, uma vez que é “porta de entrada” para a Europa. A disputa ocorria em função da conquista do território rico em minério (sobretudo ouro). Desde o período colonial, o garimpo constitui uma das principais atividades econômicas da região (SANTOS, 1997, p. 46).

Como anteriormente mencionado, a atividade aurífera foi fator que originou diversos povoamentos que hoje configuram alguns municípios do Estado, como Calçoene e Oiapoque. Este último em especial, já que a ocupação dessa faixa de terra foi intensiva em função da migração de garimpeiros, principalmente no período de 1985 a 1990. Por meio do depoimento do Sr. Rona, empresário em Oiapoque e antigo garimpeiro, encontrou-se os primeiros relatos da ocupação da faixa de terra que compreende a Vila Brasil:

Houve a exploração do ouro. Houve a época do ouro. Surgiu ouro no Rio Oiapoque, de 1985, 1986. Aí houve uma invasão. Começou por lá. Aí fizeram pista de pouso, aí houve contatos com os índios e garimpeiros. E as pistas eram muito próximas lá ao que eles fizeram. Era praticamente o pessoal usava o lado do Brasil pra garimpar tudinho. Então, chegaram até a fronteira com eles. Aí terminou esse movimento muito forte de balsas, de garimpeiros. Devia ter mais ou menos umas 200 balsas na época, 200 e poucas balsas. 200 balsas você multiplica por 10 pessoas, então tinha esse movimento. Aí, o pessoal começou a se instalar na Vila Brasil, os comerciantes. Foi em 1984, 85, 86. Aí, no ano 90 deu uma fracassada, aí os garimpeiros saem. [...] Aí então está ausente de garimpeiro, de 92 até 2000. A Vila Brasil, ela faz comércio mais com os índios. (GALLOIS, 2008, p. 78).

Com acesso ao relatório de atividades da Operação Ilha Bela do IBAMA, o documento relata que “**Vila Brasil** é uma comunidade cuja origem remonta à década de 1930 com o posto do Serviço de Proteção Indígena” (BRASIL, 2007, p. 95 grifo do autor). Em entrevista com o Sr. Francisco Henrique de Lima (Sr. Chiquinho), e o Sr. Miguel Mariano, o primeiro datou sua chegada no ano de 1983, e o último mostrou um documento que seria o registro em cartório da descrição dos limites entre os terrenos dele e de Dona Esmeralda, o qual tem como testemunha Sr. Chiquinho<sup>6</sup>. Sr. Miguel relatou ainda que a partir de 1986 a Vila

---

<sup>6</sup> Os três personagens se relacionam, porque são reconhecidos pelos moradores como os fundadores da Vila Brasil.

começou a se organizar, com a vinda de mais moradores e pela relação comercial que passaram a manter com a Comunidade de Camopi, alternativa encontrada, já que a atividade de garimpo entrava-se em declive.

Com isso, compreende-se que a formação de Vila Brasil foi uma estratégia dos moradores para a sobrevivência na fronteira. A comunidade é predominantemente de origem nordestina e paraense, e embora tal fato não tenha sido declarado formalmente pelos entrevistados, pode-se observar que sua formação se deu em função da atividade de garimpos na região, o que é característica da migração no município de Oiapoque. Porém, esse perfil sócio-econômico tem se alterado ao longo dos anos pela convivência e relação econômica que a Vila cultivou com Camopi.

O aspecto diferenciador da comunidade em relação a tantas outras dá-se pelos dois motivos enunciados anteriormente. Eles vivenciaram o problema de estar, do dia para noite, dentro de uma área de proteção ambiental, imerso no debate atual sobre as políticas ambientais, ou melhor, sobre a política de implantação de Unidades de Conservação, que tem feito emergir vários conflitos, seja na Amazônia, Pantanal ou Mata Atlântica, entre as instituições que representam o Estado e as Populações Tradicionais (índios, caiçaras, pescadores, quilombolas e **ribeirinhos**). Estudos demonstram que a maioria dos atingidos por essas políticas são as populações tradicionais, que possuem modelos de organização social distintas da **urbana/ocidental**. Esses grupos sociais têm suas raízes econômicas em atividades subordinadas ou influenciadas pela natureza. Utilizam-se dos recursos naturais e do solo como meios de **subsistência**.

É possível distinguir uma das exceções. Vila Brasil é um grupo social que se difere porque não está enquadrada economicamente no modo de vida dito tradicional. Identifica-se como uma comunidade ribeirinha, por sua localização, que Figueiredo (2006, p.15) caracteriza como sendo “uma descrição própria de localidade insular, pois é um aglomerado populacional cercado de verde por todos os lados, seus acessos não são fáceis; seis horas de barco pelo Rio Oiapoque”. Mas também se difere das comunidades ribeirinhas descritas por Gonçalves (2008, p. 155) sendo habitada por amazônidas que

têm uma visão e uma prática nas quais solo, floresta e rio se apresentam como interligados, um dependendo do outro, dos quais todo um modo de vida e de produção foi sendo tecido, combinando essas diferentes partes dos ecossistemas amazônicos com a agricultura, o extrativismo e a pesca.

Embora toda atividade humana cause impactos diretos ao meio ambiente, os órgãos competentes envolvidos na questão<sup>7</sup> consideram que Vila Brasil, por ser uma comunidade que não depende diretamente dos recursos naturais para sua subsistência, exerça relativa influência sobre as transformações ambientais na região. Considera-se nesse caso que os impactos ambientais causados pelos moradores de Vila Brasil são concernentes à ausência de estruturas básicas de saneamento público, características em áreas de ocupação rural, principalmente na Amazônia.

Elemento ainda mais intrigante é que a equipe de analistas do ICMBIO mostrou-se interessada em permanecer na comunidade. Para eles, esse encaminhamento é conveniente devido à ocupação humana no lado francês pela Vila Indígena de Camopi, subentendendo que mesmo com a retirada dos moradores da Vila Brasil o Parque não deixará de sofrer influência humana em seu ecossistema. Tal fato também corrobora para a decisão. No entendimento deles, a remoção da Vila desequilibraria as relações sociais estabelecidas entre as comunidades, relações essas que enfatizamos enquanto análise de um novo aglomerado populacional.

As duas comunidades, Vila Brasil e Camopi, pela proximidade entre si e o distanciamento de ambas em relação aos centros urbanos da região, estabelecem relação de trabalho, comercial e social, acentuando a dependência de Vila Brasil em relação a Camopi nestas relações. Quando os moradores precisam de atendimento médico procuram na Vila de Camopi, onde são bem recebidos e tratados.

---

<sup>7</sup> Instituto Chico Mendes – ICMBIO, Exército Brasileiro e Ministério Público Federal.

Segundo os moradores, a assistência médica de Camopi, salva a comunidade, já que o hospital brasileiro mais próximo fica a sete horas de viagem pelo rio (na cidade de Oiapoque, que muitas vezes nem tem o aparato que Camopi proporciona). “Os moradores de Vila Brasil costumam e podem procurar socorro às suas enfermidades no Camopi e os casos mais graves são transferidos para Saint George” (FIGUEIREDO, 2005, p. 115), a autora faz alusão no relatório à Ilha Bela<sup>8</sup> que não usufrui das mesmas prerrogativas que Vila Brasil.

A base econômica da Vila é mercantil, o comércio de produtos perecíveis e imperecíveis destinados a abastecer a comunidade francesa Indígena de Camopi é o pivô de movimentação da economia local. Entre as atividades econômicas, fontes de renda para os entrevistados, 58,06% responderam trabalhar informalmente, 38,71% com estabelecimento comercial e 3,23% com agricultura.

Dentre os moradores entrevistados, doze homens são trabalhadores informais, fazem serviços de carpintaria e roçado – feitos para os franceses de Camopi e para os comerciantes –, oito trabalham com estabelecimento comercial e um trabalha com agricultura, sendo que todos estes atendem às demandas de Camopi. Entre as mulheres, seis também trabalham informalmente, como empregadas domésticas, lavadeiras e babás; quatro trabalham com estabelecimento comercial, o trabalho das mulheres tanto atendem as demandas de Camopi quanto de Vila Brasil.

A partir da análise dos dados referentes à renda domiciliar mensal, tem-se a nítida visualização da economia e distribuição de renda na comunidade. A média de vencimentos encontrada entre os moradores é R\$1.616,07 (um mil seiscentos e dezesseis reais e sete centavos), um número relativamente alto, devido à concentração de renda, em apenas 38,71% (comerciantes) dos moradores entrevistados, conforme demonstra o gráfico abaixo:

---

<sup>8</sup> Ilha Bela é uma região que concentra conflitos por ser considerada como entreposto de abastecimento do garimpo ilegal em território francês, já sofreu três Operações de órgãos brasileiros para sua desocupação e controle. No entanto, ainda permanece na fronteira e se localiza a cinco minutos de Vila Brasil do lado brasileiro

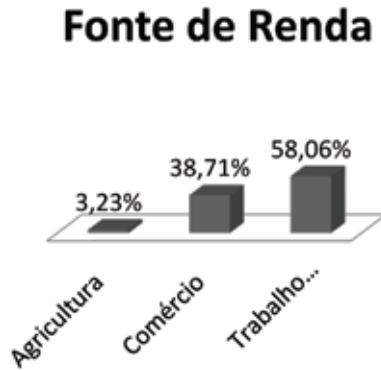


Gráfico 01: Discriminação da fonte de renda familiar dos entrevistados.  
 Fonte: Pesquisa de Campo.

Os comerciantes de Vila Brasil ganham por mês mais da metade dos vencimentos dos trabalhadores informais, a categoria mais expressiva de trabalho na comunidade. Nota-se pelo gráfico a inexpressividade da atividade de agricultura no local. As condições materiais de existência da comunidade de Vila Brasil, não tem relação com atividades dependentes dos recursos e ciclos naturais da região, como o extrativismo e a agricultura. Vila Brasil é fundamentalmente uma comunidade ribeirinha de comerciantes e trabalhadores informais, que se desenvolve à base de prestação de serviços às margens do Rio Oiapoque.

Consolida-se em meio a situações conflitantes, como é o caso da influência da criação do Parque do Tumucumaque, que impulsionou a Vila, diante da eminência da dissociação da comunidade, a se organizar sob os moldes jurídicos do Estado com o objetivo de defender interesses ligados à manutenção do espaço de trabalho conquistado. Se os moradores enfrentam a dúvida da morte percorrendo cotidianamente o rio traiçoeiro, é impossível não crer que Vila Brasil é considerada por seus moradores como sua casa, seu espaço, sua fonte de trabalho. Para Castro (2000, p. 176), a luta pela terra está indissociada da luta pelo trabalho, mas é a produção da vida pela atividade do trabalho. O que leva

a entender que esses corajosos aventureiros migraram por esse longínquo território brasileiro, por um único motivo: gerir sua reprodução, ou seja, a busca de trabalho.

## VILA VITÓRIA DO OIAPOQUE

A comunidade de Vila Vitória foi constituída às margens do rio Oiapoque em frente à cidade de Saint George, localizada na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Chama-nos atenção a história da desta vila, contada em registro da Associação dos Moradores e pelos próprios habitantes do local, por consideramos neste artigo como um acontecimento singular, dado que “a fronteira é um espaço, em construção, em movimento, transformado ao longo dos anos. É um espaço de produção social pelos grupos que chegam e participam da construção” (CASTRO, 2008, p. 22). O grupo ao qual nos referimos é protagonista de um cenário ascendente na fronteira do Rio Oiapoque, a formação de novos aglomerados populacionais a sua margem.

A história da fundação da vila, segundo relato dos moradores pioneiros, aconteceu há cinco anos, quando 25 pessoas tentaram migrar para Caiena a fim de conseguir trabalho, fosse em empresas de construção civil ou em domicílios (no caso de mulheres que fazem diárias). Essas pessoas foram pegas pela polícia francesa e receberam uma carta de expulsão, que os proibia de retornar. Como o grupo foi liberado próximo de Saint George, resolveram invadir um terreno à frente da cidade, do lado brasileiro, de propriedade do Sr. José Bonifácio, que originalmente era dono da área onde hoje se estabeleceu a Vila. A invasão teve êxito, e esse grupo conseguiu se firmar na localidade devido à proximidade com Saint George, onde boa parte passou a atravessar o rio para trabalhar durante o dia e retornar a Vila à noite, onde constituíram lares. Ao longo desses cinco anos, o grupo original se dissipou, ficando hoje apenas duas pessoas

“as 25 pessoas que invadiram a área receberam a mesma carta de expulsão que eu. Eu nunca mais tentei atravessar, somente duas pessoas ainda moram aqui, as outras tentaram migrar para Caiena, outras foram para Macapá ou re-

tornaram para suas cidades origem”. Sandra, 45 anos (Pesquisa de Campo, 2010)

Hoje a Vila tem cadastro na Prefeitura de Oiapoque, sendo registrada como Bairro de Vila Vitória, que consta em documento da fundação de sua associação de moradores. No entanto, por sua localização e história é mais reconhecida como comunidade. Segundo o agente de saúde do local, há 172 famílias cadastradas no sistema de saúde, mas ele argumenta que esse número é variável devido ao fato de tratar-se de uma área de fronteira, de modo que “passam dois, três meses e vão embora, é um lugarzinho onde sempre tem trânsito de pessoas” (Marcelo, 28 anos).

Em relação à geografia da localidade, a mesma é montanhosa e com vales. Embora em documento se registre que foi contratada uma empresa particular de topografia que elaborou o levantamento topográfico planimétrico e semi-cadastral, referente à planta urbanística e seções de vias e áreas institucionais, a imagem que se tem do local quando visitado nos remete a pensar que o processo de ocupação ao longo dos cinco anos de desenvolvimento foi desordenado e sem as devidas considerações quanto ao levantamento feito, mas orientado pelo “fazejamento” (IOSTES, 2007) do que pelo planejamento da ocupação. A associação de moradores registra também 584 lotes na comunidade.



Foto 02: Imagem de Vila Vitória, capturada da parte alta para baixa, uma melhor visão da urbanística da Vila.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Nascimento (2009) argumenta que em função do estreitamento das relações internacionais entre Brasil e França, dada a construção da ponte binacional no rio Oiapoque, as interações entre as cidades fronteiriças como Oiapoque e Saint George se intensificam. Acentua em seu trabalho o movimento especulativo imobiliário por parte dos franceses em território brasileiro, apontando Vila Vitória como uma das áreas de especulação. Segundo o autor,

muitos têm comprado terras utilizando-se de “laranjas” ou “testas de ferro” brasileiros, inclusive em Vila Vitória. São comuns os casos de guianenses associados informalmente com brasileiros e que financiam a construção de imóveis comerciais, como pousadas e casas de diversão noturnas. O fato de não haver ainda uma legislação urbanístico-imobiliária consolidada em Oiapoque, facilita esse tipo de especulação (NASCIMENTO, 2009, p. 85).

De fato, uma das residências registradas durante visita à comunidade foi identificada pelo Sr. Milton Viana, vice-presidente da associação, como sendo de propriedade de uma guianense que reside em Vila Vitória. Também registramos diversas placas de venda de lotes e casas, o que corrobora tanto com a ideia de especulação imobiliária analisada por Nascimento, quanto com os relatos do Sr. Marcelo sobre o fluxo intenso de pessoas na Vila.



Foto 03: Imagem da suposta casa identificada como pertencente a um francês.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

Quanto aos serviços públicos básicos, não há água encanada ou tratamento de esgoto, situações emblemáticas para a maioria das cidades amazônicas. Mesmo os grandes centros urbanos sofrem com a falta de melhores condições de atendimento desses serviços públicos. A coleta de lixo é feita pela prefeitura uma vez por semana durante as quintas-feiras. Há uma escola municipal de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série e um micro-ônibus que transporta estudantes até Oiapoque nos três períodos. Há ainda um posto de saúde a ser inaugurado.

Em se tratando da saúde e educação, ao analisarmos esses dois aspectos na Vila, podemos observar o estreitamento das interações transfronteiriças entre a comunidade e a cidade francesa. Os moradores relatam que usufruem desses serviços. O atendimento de saúde não lhes é negado nos hospitais da Guiana Francesa, e suas crianças podem se matricular e freqüentar a escola em Saint George, o que se possibilita pelas relações entre os moradores de Vila Vitória e parentes ou conhecidos que moram do outro lado, como relatou Fernanda (27 anos):

“Os hospitais de lá são melhores que os do Brasil, meus filhos eu consulto só lá. Eles tem cartão de vacina e tem a

ficha deles lá. (...) A educação também, se você quer botar seu filho lá pode, só precisa de um endereço de alguém que more lá, um **atestacion des hébergement**<sup>9</sup> (grifo nosso), e a carta de identidade de uma pessoa que seja de lá, para ele se responsabilize pelo seu filho. Depois de um tempo você pode passar para o seu nome a responsabilidade” (pesquisa de campo, 2010).

Até mesmo quando buscam atendimento de saúde em território brasileiro, no caso em Oiapoque, os moradores de alguma forma dependem de Saint George, pois para pedir atendimento de emergência, têm que atravessar o rio e ligar do outro lado utilizando o telefone público, ou usufruindo de telefones celulares com chip francês, pois a cobertura de operadora brasileira em Vila Vitória ainda estava por instalar. Essa situação nos remete a pensar que tal comunidade vive um fenômeno intrigante, pois ao mesmo tempo em que está inserida num contexto europeu, podendo usufruir de telefonia, saúde e educação, encontra-se em isolamento no seu próprio território, dada a ausência de infraestrutura que possibilite optar pelo atendimento dos serviços básicos brasileiros.

---

<sup>9</sup> Equivale a um comprovante de residência, como uma declaração de um morador legal, de que essa pessoa ou estudante reside com ele.



Foto 04: Cartaz da empresa de telefonia DIGICEL, de recarga de celular vendida por estabelecimento comercial em Vila Vitória.

Fonte: pesquisa de campo, 2010.

O acesso à localidade pode ser tanto pelo rio quanto por meio da estrada. Há duas vias terrestres de acesso para a Vila Vitória, sendo uma pela “estrada do Infraero” e outra pela “estrada do quilometro 7”, ambas não pavimentadas, sendo que a última foi recentemente inaugurada. A viagem de Oiapoque à Vila dura cerca de 30 minutos de carro e custa 5 Reais por meio de lotação em táxi, e 10 minutos de catraia, cujo valor da passagem é 10 Reais por pessoa. Existe em Vila Vitória uma associação de catraieiros recém formada em 2008, que faz o transporte da Vila para Saint George e Oiapoque. Em conversa com o presidente da associação, este afirma que a mesma é reconhecida tanto em Oiapoque quanto em Saint George. Segundo ele, os catraieiros têm “apoio daqui da Prefeita de Saint George (...) inclusive pedimos um porto para ela, e ela deu o porto do bambu, chamam bambu ou porto do Berná. (Sr. Lorival, 43 anos).

Pelo que já foi exposto, entende-se a comunidade como um exemplo da formação de aglomerados populacionais impulsionados pela necessidade da busca de condições de existência. O trabalho como forma de acessar essa existência na fronteira é peculiar, pois se apresenta como específico aos imigrantes, próprio

para estes que possuem o perfil para “o mercado de trabalho para imigrantes” (SAYAD, 1998). Os moradores de Vila Vitória apresentam perfil característico, para o trabalho informal na fronteira, sendo que 57,89% são homens. As mulheres aparecem em menor número, em função de que muitos desses homens se aventuram sozinhos na fronteira, em busca de trabalho para enviar parte de seu ganho à família que fica na cidade de origem, no aguardo de seu retorno ou pelo menos notícias.

São imigrantes em sua maioria provenientes do de regiões ribeirinhas do Pará (52.63%) e 26, 32% vieram de outros municípios do Amapá, tendo imigrado para a fronteira entre 2000 e 2004 (63,16%), período próximo à fundação da Vila (em 2005). O nível de escolaridade entre esses trabalhadores é predominantemente o ensino fundamental incompleto (84,21%). Um exame mais aprofundado desses grupos de trabalhadores é necessário para compreender a convergência das relações entre a formação de novos aglomerados populacionais na fronteira com o mercado de trabalho informal que se dá entre essas cidades transfronteiriças. Mas o objetivo deste artigo é identificar, enquanto primeira análise, a existência dessas articulações que se manifestam em forma de organização social em função do trabalho. Mais que isto, pretende-se indicar que essas formações são construídas em função do trabalho precarizado, que absorve a mão-de-obra “desqualificada” no mercado de trabalho urbano. Tanto que os moradores de Vila Vitória exercem labor de baixa qualificação profissional, e mesmo ocupam sub-trabalhos na cidade Saint George ou mesmo em Caiena.

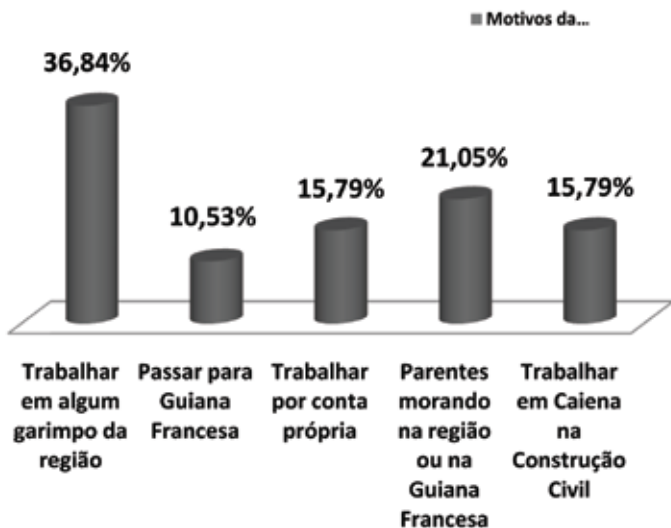


Gráfico 02: Demonstrativo percentual dos motivos da migração para a área de fronteira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

O gráfico acima expressa os principais motivos da migração dos moradores de Vila Vitória para a Fronteira entre o Amapá e Guiana Francesa. O que se observa é a prevalência da migração para o garimpo (36,84%) em detrimento da migração para trabalhar na Guiana Francesa em outros tipos de serviços. O garimpo em um primeiro momento é o que atrai esses trabalhadores. No entanto, as dificuldades de acesso e a rígida fiscalização por parte do governo francês atualmente os desestimula, e estes acabam optando por trabalhos alternativos na fronteira ou mesmo em território francês.

Em suma, podemos inferir que Vila Vitória é um aglomerado populacional que se formou na fronteira com Saint George como um escape a fiscalização, e para facilitar seu acesso aos serviços disponibilizados pela sociedade guianense aos imigrantes brasileiros, que sem alternativas melhores de buscar meios de subsistência, se lançam nesse mercado informal de trabalho na tentativa de usufruir o que a fronteira em suas interações sociais proporciona àqueles que são negligenciados pelo seu próprio país.

## **Considerações Finais**

Vila Brasil e Vila Vitória figuram como exemplos de um fenômeno visível na fronteira entre Amapá e Guiana Francesa: a formação de novos aglomerados populacionais às margens do rio Oiapoque. Suas formações diferem quanto ao período, mas a motivação de seus habitantes em buscar tais lugares se iguala, pois, ao analisarmos o porquê de essas pessoas optarem por se estabelecerem nessas áreas, encontramos como motivo o trabalho.

A fronteira é um misto de oportunidades que se vislumbram tanto na esfera institucional por meio dos acordos binacionais, como também na esfera informal das relações sociais, por meio dos acordos tácitos socialmente construídos por aqueles que ao mesmo tempo dividem e compartilham a faixa de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Estes locais configuram para os trabalhadores em questão uma aproximação real do “sonho guianense”, que às vezes é interrompido de forma abrupta por uma deportação, uma doença ou mesmo pela própria perda de trabalho nas principais cidades do Departamento Ultra-Marino Francês. Como atualmente a França tem intensificado a fiscalização para entrada e permanência em seu território, a solução encontrada foi o estabelecimento dos sujeitos e suas famílias num ponto mais próximo possível do Platô das Guianas, para que assim se possa continuar vislumbrando a possibilidade de um posto de trabalho.

## Referências

ARAGÓN (org). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA\UFPA, 2009. 336 p.

AROUCK, Ronaldo. *Brasileiros na Guiana francesa: Novas migrações internacionais ou exportação de tensões sócias na Amazônia*. Lusotopie 2000: 67-78 <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/arouck.pdf>, acesso em: 08 de Nov. de 2009.

BRASIL. *Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras Providências. Brasília, DF: 18 jul. 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2007.

CASTRO, Edna. *Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia*. Novos Cadernos NAEA. V. 8, n. 2, dez. 2005, p. 5-39. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/51/53>. Acesso em: 11 de Nov. de 2009.

\_\_\_\_\_, Edna. *Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas*. In: Castro, Edna (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 13-39.

FIGUEIREDO, Simone da Silva. *Levantamento Sócio – econômico da Área de Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque*. Macapá: ARPA/FUNBIO/MMA, 2005.

\_\_\_\_\_, Simone da Silva. *Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Levantamento socioeconômico*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

GALLOIS, Dominique Tilkin. *Levantamento Histórico – Cultural: Parque Montanhas do Tumucumaque*. Macapá: ARPA/FUNBIO/MMA, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2º Ed. 1º reimp. – São Paulo: Contexto, 2008.

IANNI, Octávio. *A sociologia para o século XXI*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 9. Pelotas, Anais... EDUCAT, 1999.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do. *Implicações do contexto da zona de fronteira/BR-156/Ponte Binacional na configuração da paisagem urbana de Oiapoque*. Dissertação (Mestrado). Macapá: MINTEG/UNIFAP, 2009.

OLIVEIRA, Betiana de Souza. e GUERRA, Marinete Anselmo Albuquerque. *Oiapoque: Relações sociais e modo de vida na fronteira*. Monografia (Trabalho de conclusão de curso). Macapá: UNIFAP, 2007.

POLICE, Gerárd. *Endorado: Le discours brésilien sur la guyane française*. Ibis Rouge Editions, Matoury, Guyane, 2010.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. e SILVA, Gutemberg de Vilhena. *Novos usos e (re) construções da condição fronteiriça amapaense*. *Novos cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, p. 253-267, dez. 2009. <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/325/511>. Acesso em: 08.07.2010.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá*. 3º Ed. Gráfica e Editora Valcan Ltda. Macapá – AP, 1997.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, José Guilherme Carvalho da *Oiapoque: uma parábola na floresta – estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia brasileira*. Dissertação de Mestrado, Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém. 2006

SOARES, Christianni Lacy. *Política Ambiental: O caso de Vila Brasil no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque*. Monografia (Trabalho de conclusão de curso). Macapá: UNIFAP, 2009.

TOSTES, José Alberto. *Políticas intervencionistas nas cidades Amazônicas: no Amapá, a encruzilhada entre a necessidade e a obrigação*. Anais do XII encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém - PA, 2007.



## **Paisajes, Territorios y Fronteras: La Región de Guayana**

*Mario Valero Martínez*

Progresivamente se trastoca la predominante tendencia geopolítica que concibe a las fronteras como zonas prioritarias para la seguridad y defensa de los territorios nacionales, uno de sus motivos se halla en las complejidades funcionales que van adquiriendo como consecuencia de las transformaciones contemporáneas en las que se valoran las potencialidades culturales y ambientales de los espacios geográficos, en suma su diversidad paisajística. No se pretende afirmar taxativamente que el tradicional propósito vinculado a la conformación del Estado-nación desaparezca, pervive insistentemente en los escenarios geoestratégicos profusamente arraigados, por ejemplo, en América Latina y con menor intensidad en los imaginarios de los grupos sociales y políticos en sus manifestaciones de filias, fobias y topolatrías fronterizas.

Estas últimas se exteriorizan con altos grados de sensiblerías en quienes rinden culto a lo nacional y proclaman la defensa de la patria como una totalidad única, indivisible y culturalmente homogénea, enfocando la mirada sobre las fronteras con antagónicos propósitos que se resumen en defensa y amenazas, guerra y conflicto, civiles y militares, cultura nacional y transculturación, nosotros y los otros.

Esta es una perspectiva unidireccional que otorga primacía a la protección y el “cerramiento” territorial, relega a segundos planos a los habitantes, las organizaciones y las potencialidades de los espacios de fronteras, estigmatizados a veces por su condición fronteriza, o sometidos a los “grandes” objetivos geoestratégicos de los gobiernos nacionales, tal como se ha observado en esta primera década del siglo XXI en Venezuela.

Esta visión, no obstante, contrasta con otras realidades socio-espaciales que, por comodidad metodológica, agruparemos en dos vías complementarias. Una vía se expresa en las dinámicas inter y transfronterizas agenciadas por los habitantes y grupos de presión de las fronteras en sus convivencias y experiencias cotidianas. La otra vía se manifiesta en el en el influjo de las tecnologías de la información y la comunicación que junto a la globalizadas sociedades, acentúan las interdependencias socio-territoriales en todas sus escalas geográficas.

Ambas, al entrecruzarse, forman parte los detonantes que alteran el cerramiento territorial al traspasar las tradicionales fronteras políticas, vulnerar sus obstáculos materiales e inmateriales y trazar las rutas para los espacios de flujos, las redes de movilidad, los intercambios, llegando a redefinir las interacciones entre ciudades y lugares a través de múltiples canales de comunicación.

Aflora como han señalado Levy y Alayón (2002, p. 59) *“la emergencia de nuevas redes de relación, nuevas jerarquías, nuevas agrupaciones, nuevas comunidades; algunas localizadas transnacionalmente y desarraigadas territorialmente, otras con un eminente carácter local; unas marcadas por motivos, estructuras y actores tradicionales; otras por abrir nuevos espacios que rompen con lo establecido”*. Se revalorizan las singularidades geográficas (históricas, culturales y ambientales) de los territorios se estimulan las interdependencias, pero también se revelan los desequilibrios, las exclusiones y contradicciones socio-espaciales.

Componentes tan sensibles en las geografías de los pueblos como la soberanía nacional y las fronteras están en permanente revisión y aunque los límites y las fronteras no pierden su vigencia en la demarcación de territorios y las identidades estatales, no tienen el mismo vigor alcanzado en sus orígenes. Como señala Ortiz (2002, p. 329) el debilitamiento del Estado-nación *“coloca las identidades nacionales en una condición de fragilidad. Cada país está atravesando por corrientes internas y externas, redefiniendo su unidad”*.

A veces son procesos imperceptibles que se van reforzando con la proliferación de instancias supranacionales, desde el comercio hasta la justicia, pasando por las organizaciones no gubernamentales de distinto signo (médicos sin fronteras, periodistas sin fronteras, información sin fronteras, grupos ecológicos y ambientalistas

con preocupaciones mundiales y locales, entre otros) que con sus acciones contribuyen a disminuir la importancia de las fronteras políticas. En este contexto se valoran las redes de ciudadanos, habitantes, en la construcción de los escenarios e intercambios, tal como ocurre en las pobladas fronteras de Venezuela y sus espacios colindantes con Brasil y Colombia.

## **OTRA MIRADA A LOS ESPACIOS DE FRONTERAS**

Hemos argumentado que hay una tendencia a la alteración de las tradicionales funciones de las fronteras políticas nacionales, pero también debemos hacer hincapié en el surgimiento de su complejidad multifactorial transfronteriza que en muchos casos develan discordantes propósitos. Se destaca con frecuencia la reducción de las fronteras para los intercambios comerciales, las transacciones financieras, la movilidad del capital y la información, que alcanza a las culturas y las ideas.

Dichas movibilidades atraviesan las fronteras –físicas y políticas, muros, vallas y legislaciones- teniendo como soporte las redes y flujos informatizados que transforman los modelos territoriales y restan importancia a las soberanías de los Estados nacionales en casi todas partes del mundo. En contrapartida a esta tendencia las políticas nacionales fortalecen las medidas restrictivas a la movilidad de las personas, especialmente a las migraciones laborales, para los cuales establecen obstáculos como las vallas y los muros edificados en demarcaciones limítrofes/fronterizas que fracturan las relaciones socio-espaciales y culturales.

En otra tipología se aprecian las fronteras permeables a la circulación de personas, bienes, servicios e información que interconectan a ciudades, núcleos urbanos y poblados rurales localizados entre vecinos limítrofes. Esta es una de las características que definen a determinados sectores fronterizos de Venezuela y sus colindantes territorios donde la cotidianidad de sus habitantes desdibujan funcionalmente los límites nacionales para facilitar los flujos y las dinámicas bilaterales.

Al menos tres componentes determinan este tipo de fronteras: Uno socio-cultural que se manifiesta en fluidos intercambios que aproximan, entrecruzan y crean campos de convergencia –ciudadana

- teniendo como resultado la recomposición socio-territorial y espacial que se proyecta de lo fronterizo a lo transfronterizo y deriva en lo trans-territorial, definido por la apropiación explícita y el uso de los territorios independientemente de la nacionalidad. Las identificaciones nacionales, las identidades culturales, los modismos, los idiomas se comparten sin mayores prejuicios y emergen otras simbologías identitarias que establecen las rupturas paradigmáticas con los tradicionales enfoques de fronteras y en consecuencia con los modelos de unicidad nacional (VALERO, 2009, p. 5).

Las redes conexas de asentamientos urbanos y rurales de diferentes tamaños y los múltiples canales de comunicación que facilitan los flujos e intercambios transfronterizos en muchos casos configuran sistemas y subsistemas urbanos binacionales. Para el caso venezolano hemos identificado cinco escenarios que agrupan los componentes significativos que sustentan esas configuraciones que consideramos dan otra valoración a los espacios de fronteras.

El escenario geo-histórico asociados a procesos de ocupación territorial. El escenario geo-cultural que incluye la cotidianidad interfronteriza, las relaciones familiares, las convergencias multi-identitarias y los procesos interculturales de los habitantes de fronteras con su correspondiente territorialidad, así como las predominantes relaciones bilaterales a escala local no conflictivas. Un escenario de entorno construido caracterizado básicamente por la infraestructura de carreteras y demás plataformas comunicacionales que favorecen las interacciones, conexiones, movibilidades y los intercambios fronterizos. Un escenario de prestación de servicios en sectores de salud, educación, transporte y ambiente. Un escenario definido por las potencialidades económicas y actividades básicamente comerciales, que estimulan los desplazamientos pendulares y las inversiones en potenciales sectores productivos, esenciales en la articulación funcional de los asentamientos, así como el rol que juegan las redes informales, ocasionales y temporales del comercio que contribuyen a dar forma a los sistemas y subsistemas urbanos binacionales. No obstante, cada ámbito o subsistema tiene sus propias dinámicas y sus híbridas derivaciones transfronterizas.

Otro componente, el medio-ambiental, abarca los espacios físico-naturales que en sus continuidades territoriales forman

parte de unidades paisajísticas transnacionales y cuya preservación requiere de la atención binacional o multilateral, pues la protección medioambiental de los territorios desborda también a las concepciones unilaterales de defensa y soberanía política. Esta tendencia ha sido abordada por organismos internacionales a través de propuestas de cooperación transfronteriza y ha sido definida como *“áreas con características naturales y culturales de interés para dos o más países y que pudieran beneficiarse con una estrategia integral de protección (que) deberían ser manejadas de manera conjunta”* (MITTERMEIER et. al., 2005, p. 31).

En ese contexto se han desarrollado las tesis de conservación transfronteriza proponiendo que la integración entre dos o más países trascienda lo económico e incluya los aspectos ambientales, culturales y la diversidad biológica. Esta perspectiva fue incluida en la Comunidad Andina de Naciones de la que lamentablemente Venezuela se retiró por diferencias político-ideológicas con las naciones vecinas, pero que sigue siendo indispensable para el análisis de sus espacios fronterizos caracterizados por su diversidad paisajística amazónica, llanera andina y caribeña.

Lo sociocultural y lo ambiental conlleva a la configuración del tercer componente al concebir las fronteras como espacios de integración local, definidos a partir de las convivencias y experiencias cotidianas en ámbitos inter-fronterizos, deslastrados de connotaciones exclusivamente nacionalistas y fragmentarias de los espacios, dando prioridad a su organización trans-territorial. Las fronteras existen en tanto que forman parte de la convivencia humana, lo que no implica desconocer las divergencias, enfrentamientos y separaciones que también generan.

Esta visión de las fronteras abiertas y permeables a la movilidad forma parte de los criterios utilizados para la exploración de las geografías fronterizas venezolanas<sup>1</sup> y aunque en las cartografías generalmente se describen como grandes extensiones territoriales que transmiten imágenes representativas que en sus escalas se visualizan como unidades homogéneas (Figura 1), en la realidad territorial se configuran diversos paisajes geoculturales y dinámicas socio-espaciales locales cambiantes, que se revelan como microcosmos con sus normativas de funcionamiento y en gran parte al margen de la legalidad oficial de los países

vecinos. En este trabajo se describe la extensa región de Guayana tratando de abordar sus especificidades fronterizas.

FIGURA N° 1. VENEZUELA. REGIÓN GUAYANA



<sup>1</sup> Las fronteras terrestres venezolanas colindan con Brasil, Colombia y la República Cooperativa de Guayana, estructuradas u organizada espacialmente en entidades estatales suman una superficie de 604.058 km<sup>2</sup> (65,9% del territorio nacional) y está ocupada por 7.376.563 habitantes que incluye la distribución espacial de 49 grupos étnicos aborígenes; esto representa el 25,98% del total de la población nacional. Más del 70% de esta población es urbana y se concentra básicamente en las capitales estatales y municipales. Las fronteras marítimas se definen en un amplio espacio de aproximadamente 650.000 km<sup>2</sup>. Un segmento se define a partir de la línea de costa que se extiende desde Castilletes al noreste venezolano en los límites con Colombia hasta el promontorio (Punta de Peña) del Golfo de Paria, formando parte del Mar Caribe con importantes espacios insulares. Mar adentro el trazado geodésico establece delimitaciones con las posesiones ultramarinas de Francia, Los Países Bajos, Estados Unidos (Puerto Rico), y con la República Dominicana. El otro segmento abarca desde promontorio (Punta Peña) del Golfo de Para hasta Punta Playa en una extensión de 760 km de riberas continentales aproximadamente, sobre el Océano Atlántico, donde se han definida las delimitaciones parciales con Trinidad-Tobago y quedan por resolver alrededor del 35% de límites marinos que incluyen a las reclamaciones territoriales con la República Cooperativa de Guayana.

## **LA REGIÓN DE GUAYANA: CARTOGRAFÍA FRONTERIZA DIVERSA**

En las reseñas sobre el espacio regional de Guayana en Venezuela, son recurrentes las referencias a su emplazamiento en unidades paisajísticas de diversos relieves, en los que predomina una de las formaciones naturales más antiguas del planeta, el Escudo o Macizo Guayanés. Adicionalmente la data científica destaca la extraordinaria biodiversidad conformada por extensas superficies de selvas lluviosas tropicales, alrededor de 50 tipos de bosques y un gran reservorio de vida y riquezas naturales (MARN, 1985; 1995).

También cuenta en sus inventarios naturales las abundantes fuentes hídricas que tienen como expresión emblemática al río Orinoco. Las áreas protegidas bajo régimen especial se incorporan a este extenso paisaje, sumando 5.971.000 hectáreas delimitadas en siete parques nacionales y monumentos naturales (INPARQUES, 1997; TODTMANN, 2003), incluyendo al emblemático Parque Nacional Canaima, declarado Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO, por su especial geomorfología, única en el planeta.

La Región de Guayana está integrada administrativamente por los estados Amazonas, Bolívar y Delta Amacuro, abarcando 466.288 km<sup>2</sup> de superficie, equivalente al 50,6% del territorio nacional. Observado de sur a norte está bordeado por un tramo de los límites establecidos entre Venezuela y Colombia, Brasil, la República Cooperativa de Guyana, llegando a las costas nororientales en el Océano Atlántico en los delimitaciones marítimas con Trinidad-Tobago. La proyección de población<sup>2</sup> para el año 2009 da cuenta de 1.905.308 habitantes y el censo de población al 2001 contabilizó 110.764 habitantes que integran los diferentes grupos aborígenes esparcidos en la región. La

---

<sup>2</sup> Todos los datos de población tienen como fuente los Censos y Proyecciones del instituto Nacional de Estadística de Venezuela y se pueden consultar en la página web [www.ine.gob.ve](http://www.ine.gob.ve).

ocupación espacial presenta un alto predominio urbano con un poco más del 84% concentrado en cuatro ciudades, tres de las cuales son capitales de estado<sup>3</sup>. Al desagregar estos datos geográficos en sus correspondientes entidades estatales, se aprecian las particularidades regionales y locales determinadas por las dinámicas socio-espaciales y reflejadas también en los espacios de fronteras.

## **AMBIENTES Y CIUDADES DEL SUR FRONTERIZO**

Al sur se localiza el estado Amazonas ocupando el 39,3% de la superficie regional guayanesa y en sus condiciones físico-naturales se valora el reservorio de agua que contiene el 65% de los recursos hídricos de Venezuela, suministrado entre otros por los ríos Guainía-Negro, Atabapo, Casiquiare, Ventuari y Orinoco desde sus nacientes en el Cerro Delgado Chalbaud al este del territorio Amazonas (Figura 2). Asimismo la superficie de la entidad se halla cubierta por el 93% de superficie boscosa (165.737 hectáreas) que contiene la mayor diversidad de vegetación del país (ESCANDELL, 2008, p. 194).

---

<sup>3</sup> Puerto Ayacucho, Capital del estado Amazonas. Ciudad Bolívar, capital estatal y Ciudad Guayana del estado Bolívar concentran el 87,7% de la población. Y, Tucupita, capital del estado Delta Amacuro.



Se agrega a este panorama natural la localización de diversos minerales metálicos y no metálicos entre los que destacan las reservas en yacimientos auríferos en aluvión y vetas (MARNR, 1985). y las zonas diamantíferas. La importancia medio-ambiental se complementa con la inclusión de una pequeña parte del territorio de la entidad, concretamente, 0,83% en los límites con

Brasil y Colombia en la Cuenca Amazónica adscrita al Tratado de Cooperación suscrito en el año 1978 con el objetivo de proteger y aprovechar adecuadamente la Cuenca Amazónica.

En la configuración limítrofe fronteriza del estado Amazonas este factor ambiental tiene una caracterización particularizada en los territorios limítrofes con Brasil que abarca desde el punto trifinio (Venezuela, Colombia y Brasil) río Negro frente al Monumento Natural La Piedra de Cocuy, bordeando en unos 825 km por las sierras La Neblina, Tapirapeco, Curupira, Uricusito y Parima, donde se encuentran los parques naturales Parima-Tapirapecó delimitado en 3.400.000 hectáreas y hábitat de la etnia Yanomami, el Serranía de 1.360.000 hectáreas que junto a los parques Duida-Marahuaca y Yacapana localizados al otro extremo del territorio, así como otros monumentos naturales, suman alrededor de 5.881.515 hectáreas que tienen un significado ambiental y geo-cultural que trasciende los ámbitos regionales.

Paisajes y territorios del Amazonas deberán ser tratados con criterios de cooperación transfronteriza para lo cual habrá que tener presente que “*el mundo natural no reconoce límites políticos y hoy ofrecen la oportunidad de reconstruir la confianza para promover la cooperación en el seno de una sociedad sin fronteras*” (MITTERMEIER et. al., 2005, p. 11). Lamentablemente no todos los espacios tienen la misma importancia en los contextos nacionales y regionales más allá de las retóricas discursivas, mientras que las realidades locales registran perversas situaciones que ponen en peligro todo ese sistema ambiental y si bien es cierto que los decretos de áreas bajo régimen espacial han contenido hasta cierto punto los avances depredadores, las constantes denuncias sobre la vulneración de leyes y normativas son cada vez mas crecientes, como es el caso de las incursiones masivas dirigidas a las explotaciones mineras, básicamente de oro.

Como se ha señalado “... *quizá el daño ambiental efectivo es el impacto social y cultural de esa buhonería de la selva, irresponsable e insalubre, dinámica laboral expoliadora de recursos, que degrada al trabajador y destruye el futuro ambiental de Venezuela*” (TODTMANN, et. al., 2003, p. 210), en este caso se hace referencia explícita a la extracción de minerales auríferos.

## LA OTRA DINÁMICA FRONTERIZA DE AMAZONAS

La demografía del estado Amazonas indica la presencia de 113.733 habitantes de los cuales el 38% pertenecen a los grupos aborígenes que hacen vida en el territorio. El 57,3% habitan en los espacios urbanos localizados en las márgenes de los ríos Orinoco u Guainía-Negro; el 54,7% de población urbana se concentra en Puerto Ayacucho, capital del estado Amazonas, ciudad que ha triplicado su población en los últimos 15 años, podría explicarse, entre otras razones, porque la entidad es receptora de población mayoritariamente proveniente del sur del estado Bolívar, los llanos centrales y del occidente de Venezuela.

Al sur-oeste, en los 675 km de longitud limítrofe con Colombia definidos en 90% por las vaguadas de los ríos Orinoco, Atabapo y Guainía, se presenta otra dinámica. Este sector es el eje de concentración de población y poblamiento del estado Amazonas donde se establecen vínculos fronterizos entre poblaciones vecinas, configurando algunos subsistemas urbanos binacionales.

El más importante se organiza a partir de Puerto Ayacucho, capital del estado, concentración del 53% de la población total de la identidad, además asiento de servicios sociales, administrativos y gubernamentales, bifurcándose en dos vertientes, una inmediata que se establece con Casuarito en Colombia, y otra que enlaza con Puerto Páez en el estado Apure y Puerto Carreño en Colombia, donde se generan permanentes intercambios comerciales y de manera progresiva se viene utilizando como complemento para la promoción del turismo de aventura en torno al Amazonas venezolano.

La cartografía más al sur registra varios centros poblados entre los más importantes se encuentran San Fernando de Atabapo (3.213 hab.) en las confluencias de los ríos Orinoco, Atabapo y Guaviare, primer centro poblado de Amazonas venezolano fundado en 1753 y primera capital de la entidad. Luego aparecen Maroa (890 hab.) y San Carlos de Río Negro (1.213 hab.) fundados entre 1753 y 1760, todos capitales municipales.

La geohistoria postcolonial de estos centros poblados se remonta a las dos últimas décadas del Siglo XIX estuvo determinada por el auge de la explotación del caucho natural

que atrajo la población de diferentes lugares, una actividad que se extendió hasta entrado el siglo XX cuando entra en declive la exportación del caucho a los mercados internacionales y en consecuencia disminución de la actividad. Estos centros poblados ribereños han extendido sus redes relaciones y de intercambio básicamente comercial, así como la prestación de servicios con Puerto Inírida, Puerto Colombia y San Felipe de Neri en Colombia, movilizadas a través de transporte fluvial, único medio de comunicación en esas redes binacionales.

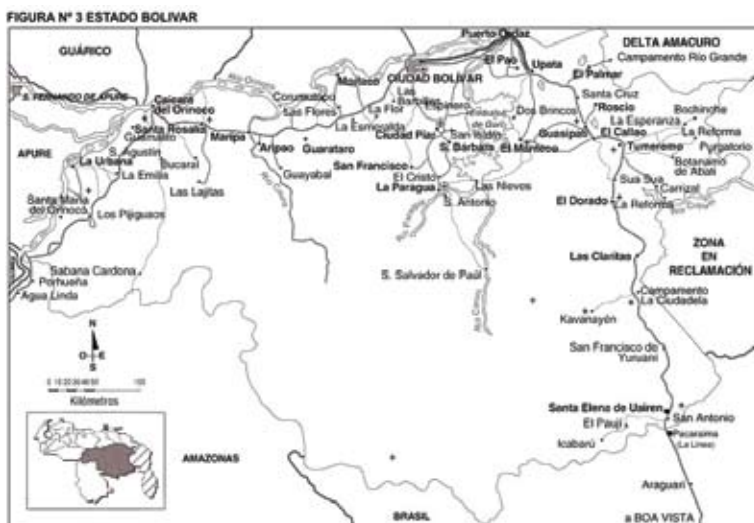
Dos aspectos han marcado las migraciones en este sector del Amazonas venezolano, uno dirigido a las zonas de explotación minera ilegal en el entorno de San Fernando de Atabapo, objeto usos, abusos tanto de mineros ilegales provenientes de otros lugares de Venezuela, Colombia y Brasil, como los daños ocasionados al patrimonio natural del Amazonas. El otro movimiento migratorio de los últimos tiempos está relacionado con los desplazamientos de personas que huyendo de la violencia generada por los grupos guerrilleros y paramilitares colombianos, encuentran en las fronteras venezolanas una posibilidad de refugio en resguardo de sus vidas.

El informe de ACNUR (2007, p. 32) señala la presencia en Amazonas de 3.520 colombianos solicitando refugio y protección internacional ante las amenazas de grupos armados (guerrilleros y paramilitares) en sus lugares de origen. No obstante, con frecuencia se describe las graves limitaciones de habitabilidad en estas zonas y su extensiva pobreza. A esto se suma la indiscriminada explotación de recursos forestales y la actividad ilegal en la extracción de oro con irreversibles daños a las fuentes de agua y los conflictos de uso con los ancestrales habitantes.

Es un espacio fronterizo multicultural e intercultural de convergencia de ancestrales pobladores indígenas, nativos venezolanos provenientes de procesos migratorios, colombianos y brasileños, que se entrecruzan en sus intercambios familiares y culturales.

## EL TERRITORIO DEL ESTADO BOLÍVAR:

Contiguo al estado Amazonas, al sur-este de Venezuela se encuentra el estado Bolívar ocupando la mayor superficie de la Región de Guayana en una extensión de 240.528 km<sup>2</sup> equivalente al 51,9% del total regional (Figura 3).



Su importancia geoeconómica nacional está asociada a la localización de los espacios industriales conformados por la Siderúrgica de Orinoco (SIDOR) y sus empresas filiales y afiliadas, así como otras 15 empresas bajo responsabilidad de la Corporación Venezolana de Guayana que tiene entre sus objetivos <sup>4</sup> aprovechar de manera racional y sostenible los cuantiosos recursos hídricos, forestales y mineros (hierro, bauxita, oro, diamantes y otros) existentes en la región.

También se destaca el complejo hidroeléctrico en la cuenca baja del río Caroní que suministra el 72% de la energía eléctrica

<sup>4</sup> Corporación Venezolana de Guayana - CVG ([www.cvg.com](http://www.cvg.com)).

que se consume en Venezuela y junto a otras fuentes hídricas de la zona suman el 75% del recurso hídrico nacional (CVG-EDELCA, 2004); cuenta además con el 90% de las reservas forestales del país. No obstante, el panorama geoeconómico en esta primera mitad del siglo XXI venezolano no es halagador; el complejo industrial nacionalizado a partir del año 2008<sup>5</sup> se encuentra semiparalizado y su productividad en acelerado descenso; la generación de energía eléctrica atraviesa un estado crítico que afecta a todo el territorio venezolano y la explotación irracional de los recursos mineros auríferos y diamantíferos se expanden progresivamente en detrimento del ambiente (CORPOELEC- EDELCA, 2009).

En este sentido se ha señalado que en la cuenca del río Caroní (abarca el 38,3 % del territorio estatal) la quema indiscriminada y la actividad minera tanto furtiva como legal, constituyen los conflictos de uso de mayor relevancia, amenazando la biodiversidad, los paisajes y hasta la producción de agua en dicha cuenca (CVG-EDELCA, 2004).

El paisaje urbano muestra asimismo las grandes disparidades socio-espaciales, como por ejemplo la visible pobreza en zonas de Ciudad Guayana; las familias indígenas en precarias condiciones de vida deambulando por las calles o habitando a orillas del río Orinoco (VALERO, 2009). Es también un paisaje con marcados contrastes en su ocupación espacial orientada en dirección noreste en torno al eje de las vías de comunicación que interconectan a las ciudades y centros urbanos a orillas del río Orinoco.

Para el año 2009 se ha proyectado 1.509.308 habitantes concentrados en un 85,1% en 12 ciudades, dos de ellas, Ciudad Guayana, asiento de las industrias básicas de la región y Ciudad Bolívar, capital estatal albergan el 82,9%. Otra característica demográfica es la presencia de 42.150 indígenas que integran

---

<sup>5</sup> Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela N° 361.107 de fecha 12 de mayo de 2008 y Gaceta Oficial N° 39.220, Decreto 6796 mediante la cual se ordena la adquisición por parte del Estado venezolano de los bienes de las sociedades mercantiles venezolana pre-reducidos de Caroní, C.A. (VENEPRECAR) Complejo Siderúrgico Guayana S.A. (COMISIGUA) Orinoco Iron, Materiales siderúrgicos S.A. (MATESI) y Tubos de Acero Venezuela S.A. /TAVSA).

23 etnias, con alto predominio de población Pemón distribuida básicamente al sur del territorio. Al este se encuentran las localidades principales como Guasipati, El Callao, Tumeremo y el Dorado, asociadas a la extracción del oro, así como una serie de pequeños poblados que giran en torno a las actividades turísticas teniendo como escenario paisajístico a la Gran Sabana.

Al sur del estado la población se encuentra dispersa en pequeños caseríos conformados por grupos étnicos. En su medio físico natural se encuentran vastas superficies de reservorios de vida, algunos ecosistemas y atractivos naturales protegidos que forma parte de los parques Nacionales Canaima y Jaua-Sarisariñama y monumentos naturales como las formaciones de Tepuyes, que en su conjunto suman 3.830.000 hectáreas de superficie. Los contornos extremos del sur-este del estado son la continuidad de la definición limítrofe del territorio venezolano con Brasil y la República Cooperativa de Guyana, dos ámbitos y varias realidades fronterizas en la geografía política venezolana en las que se conjugan protección ambiental, poblamiento y disputas territoriales.

## **LA GRAN SABANA COMO FRONTERA**

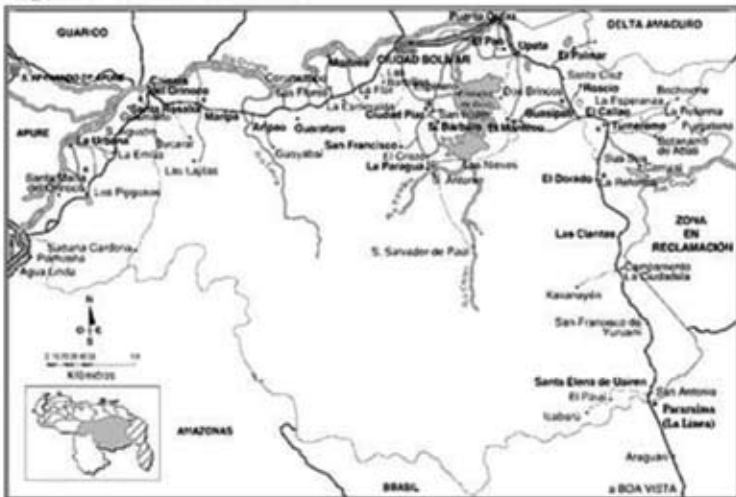
Las delimitaciones con Brasil en esta parte se extienden e 850 km de longitud en a través de imponentes paisajes geográficos de las sierras Parima y Pacaraima hasta el Pico Roraima en el punto trifinio en la Zona en Reclamación o Zona del Esequibo. La mayor movilidad fronteriza se establece entre el municipio Gran Sabana, limítrofe con el municipio Pacaraima del estado Roraima (Brasil). Con similar patrón al establecido en otros sectores fronterizos de la región de Guayana, el poblamiento presenta dos características predominantes, la ocupación de 15.801 indígenas de origen Pemón en diferentes sectores de la Gran Sabana<sup>6</sup> y la concentración de habitantes urbanos en Santa Elena de Uairén y sus entornos inmediatos.

---

<sup>6</sup> Integrados por integrados por tres grupos: Taurepán establecidos en las cercanías del tepuy Roraima y del río Kukenan en el entorno inmediato de Santa Elena de Uairén; los Arekuana en el valle de Kavanayen; y los Kamarakoto entre los ríos Karuay, la Paragua y el valle de Kamarata

Las proyecciones de población para el año 2009 indican que Santa Elena de Uairén, capital municipal alcanzará los 14.541 habitantes correspondiente al 1,97% del total del estado (Foto 1). Esta pequeña ciudad fronteriza emerge en la segunda década<sup>7</sup> del siglo pasado como producto de la avanzada aventurera de exploradores que penetraron la Gran Sabana con diversos intereses, algunos formaron parte de las misiones evangelizadoras otros arribaron atraídos por la explotación de minerales auríferos y diamantíferos que dejaron sus secuelas en disputas y conflictos por el control del territorio acentuado en esta década del siglo veintiuno (VALERO, 2009).

Figura N° 3.- Estado Bolívar



Presenta una creciente dinámica inter-fronteriza con Villa Paracaima localizada en las fronteras de Brasil y conocida popularmente como la Línea (Foto 2).

<sup>7</sup> Fundada en 1923 por el ingeniero, explorador y ganadero venezolano Lucas Fernández Peña.

**Foto N° 2. Vista Parcial de Pacaraima. Brasil**

Autor: Mario Valero M



Los flujos pendulares de los habitantes entre estas localidades dependen en gran medida del cambio monetario real/bolívar y sus efectos en las transacciones comerciales y las ventajas que representen al adquirir bienes y servicios en alguna de las partes. La movilidad se extiende al espacio regional y binacional a través del eje fronterizo Santa Elena de Uarién-Pacaraima, paso fronterizo de las rutas de servicios de autobuses establecidas entre Ciudad Bolívar y Manaus, las estimaciones no oficiales indican que de 4 a 5 autobuses realizan las trayectorias diarias.

La importancia de también es escala binacional determinada por el comercio establecido entre Venezuela y Brasil, estimándose en promedio de 170 camiones mensuales que atraviesan este paso fronterizo (IIRSA, 2002), predominantemente provenientes de Brasil con destino a otros mercados regionales del centro occidente venezolano. El eje transfronterizo Santa Elena de Uairén-Pacaraima forma parte de las rutas turísticas del la Gran Sabana, específicamente del parque nacional Canaima que recibe en torno al 75% de los turistas que visitan la zona, donde se ha desarrollado una elevada demanda turística nacional y extranjera.

En estas fronteras de progresiva interdependencia bilateral se observa que las diferencias idiomáticas (español/portugués) no han sido barreras u obstáculo en las relaciones e intercambios locales, tal como es perceptible en el mercadeo venezolano en sector comercial de Pacaraima, conocido como La Línea o en sentido contrario el brasileño con sus negociaciones en Santa Elena de Uairén (VALERO, 2009), lo que ha permitido visualizar en las exploraciones de campo en la zona, unas geografías con escenarios transfronterizos que forman parte de los encuentros e intercambios locales.

No obstante, es una frontera en la que también se intensifican los conflictos. La prioridad, por su grave impacto ambiental, la tiene las invasiones a sectores protegidos en áreas bajo régimen especial, así como en el entorno de la Gran Sabana orientadas a la extracción ilegal de oro que incluye conflictos y enfrentamientos con las comunidades de aborígenes que se ven amenazados en sus ancestrales territorios o son utilizados en esa compleja trama de muy oscuros intereses que mezcla a invasores de diferente origen.

El otro problema destacable que afecta la cotidianidad fronteriza es el “contrabando” de gasolina, una situación común en todas las fronteras venezolanas, debido al bajo costo del combustible en relación a sus vecinos. En este caso las diferencias de precio indican que un litro de gasolina de más bajo octanaje cuesta en Venezuela cuesta 0,03 centavos de dólar (0,7 centavos de bolívar), en Brasil el precio es de 1,66 dólares litros (2,40 reales) y los cambios en las monedas nacionales las diferencias son sustanciales, lo cual ha generado por una parte un flujo vehicular desde Pacaraima zonas cercanas a Santa Elena de Uairén para adquirir la gasolina.

Por otra parte, las restricciones de las ventas a conductores con vehículos que no tengan placas de identificación de registro venezolano, han surgido las redes que trafican con el combustible a Brasil que podría llegar hasta Boa Vista, capital del estado de Roraima. El diferencial cambiario favorable a las poblaciones brasileñas aledañas, ha generado al mismo tiempo otro tipo de “contrabando” asociado a los artefactos electrónicos y otros productos subsidiados por el estado venezolano.

Estas son algunas de las vicisitudes fronterizas que requieren detallados estudios para su comprensión y tratamiento adecuado. Pero al margen de estas y otras situaciones irregulares, así como del deterioro de las condiciones de vida observables tanto en Santa Elena de Uairén como Pacaraima, este eje transfronterizo enclavado en el majestuoso paisaje de la Gran Sabana progresivamente consolida sus locales procesos de integración en medio de sus complejidades socio-culturales extendido hasta Boa Vista, buscando configurar un subsistema binacional de creciente flujo comercial y poblacional.

Al interior la dinámica urbana/rural se conecta a las redes turísticas y de explotación aurífera definidas en el eje vial que enlaza a pequeños centros poblados pequeñas ciudades como Las Claritas, El Dorado, Tumeremo, el Callao, Guasipati, Upata hasta conectarse a Ciudad Guayana, una extensa una distancia de 700 km entre los puntos extremos, limitando al este con zona de reclamación denominada Guyana Esequiba y al norte en su continuidad geográfica regional con el estado Delta Amacuro.

## **GUYANA: FRONTERAS DE LA INCERTIDUMBRE**

Al este de la región de Guayana en el estado Bolívar, la delimitación territorial forma parte de un histórico reclamo territorial de Venezuela desde el siglo XIX a Gran Bretaña y luego a la República Cooperativa de Guyana en su configuración como estado independiente a partir de 1966, con sólida argumentación y suficientemente documentada (SUREDA, 2009).

El territorio disputado pero administrado por la República de Guyana, tiene una extensión de 159.500 km<sup>2</sup> abarcando desde los límites del este en el estado Bolívar al oriente demarcado por el río Esequibo con la República Cooperativa de Guyana, al sur con Brasil y al norte con el estado Delta Amacuro. Una compleja problemática que no es sólo territorial, también involucra las delimitaciones mar adentro a partir las costas del Atlántico que genera los 460 km longitudinales desde Punta de Playa hasta la desembocadura del río Esequibo, en el perímetro norte de la zona en reclamación (Figura 4).

FIGURA Nº 4. GUYANA ESEQUIBA-ZONA EN RECLAMACIÓN



El paisaje en esta zona forma parte de la continuidad del Escudo Guayanés y se identifica la biodiversidad paisajística integrada por los Tepuis y Gran Sabana, la Penillanura del río Rupununi, la Penillanura del Norte, la depresión de Tacutu y la Planicie Costera, asien-

to de comunidades Arawak, Kariñas, Akawuaíos, Patamona, entre otros grupos de aborígenes (SEQUERA, 1987, p. 257) y de 120.607 habitantes distribuidos en las cinco regiones en que se ha dividido la el territorio Esequibo en reclamación por el Estado Guyanés<sup>8</sup>.

En la disputa territorial está en juego también la potencialidad geoeconómica del territorio en cuestión, determinada por el inventario de variados recursos mineros entre los que se destacan las potencialidades auríferas y diamantíferas, la bauxita, el uranio, el hierro y cobre, que son los más apetecidos, a los que se agregan los inmensos recursos forestales y la capacidad hídrica de los ríos Esequibo, Cuyuní, Mazaruni y Rupununi entre otros. Varios gobiernos de Guyana han promocionado y otorgado concesiones para la explotación legal de algunos de estos recursos a empresas canadienses, francesas, australianas y brasileñas, a esto se suma la minería a pequeña escala que los buscadores de oro que recalán en la zona. Las denuncias se han dirigido a señalar que grandes espacios del territorio Esequibo se encuentran ya en plena fase de explotación de oro y diamantes por parte de empresas trasnacionales.

Las protestas de sectores defensores del territorio Esequibo para Venezuela han sido constantes, se denuncia por un lado la acentuada toma de posesión unilateral de los gobiernos guyaneses de un territorio en litigio, al tiempo que se reclama la negligencia gubernamental venezolana que ha llegado a las inverosímiles posiciones al señalar que el reclamo venezolano en el pasado formó parte de la estrategia para desestabilizar los gobiernos revolucionarios guyaneses. La situación fronteriza es compleja y se extiende hasta los intereses por el control de los recursos marítimos en el océano atlántico. En cualquier caso, la solución a esta controversia territorial requiere de la sensatez, la flexibilidad en contextos de paz entre ambas naciones.

## **AL BORDE DE LA FRONTERA MARÍTIMA REGIONAL**

Los paisajes fronterizos de la Región de Guayana se extienden al norte en el estado Delta Amacuro limítrofe con la Zona de

---

<sup>8</sup> Fuente: Bureau of Statistics Guyana, Censo de 2002



*del medio y la vida vegetal y animal asociada a él. Los humedales se dan donde la capa freática se halla en la superficie terrestre o cerca de ella o donde la tierra está cubierta por aguas poco profundas”* y constituye el humedal marino-costero más extenso de Venezuela, constituido por manglares y bosques de pantano siempreverdes (MARNR, 1995).

A esto se suma la riqueza pesquera en la plataforma continental de la región oriental de Venezuela que en el caso del Delta Amacuro se extiende desde el interior del territorio hasta la plataforma continental.

Aun cuando en el estado Delta Amacuro, al igual que en todo el espacio regional de Guayana se encuentran diversos recursos minerales metálicos y no metálicos, destaca su emplazamiento en la cuenca petrolífera oriental de Venezuela (RONDÓN, 2008), que ocupa el segundo lugar en la explotación petrolera nacional, dividida en este sector en cuatro bloques explotables conocidos como Pedernales, Delta Centro, Punta Pescador y la Plataforma Deltana.

Sobre esta plataforma giran los proyectos de explotación gasíferos de Venezuela en alianzas con empresas transnacionales. Los estudios se vienen proyectando desde hace dos décadas en aguas territoriales entre los 200 y los 3000 metros de profundidad en el área denominada como fachada atlántica, al sur de la frontera con Trinidad-Tobago y al Noreste del Delta del Orinoco. Se configura un espacio geoeconómico de vasta importancia en la que tienen en la mira otros países vecinos del entorno marítimo fronterizo.

## **A Modo de Conclusión**

El extenso territorio de la Región de Guyana nos muestra no sólo su pluralidad geo-cultural, ambiental sino también una vasta complejidad espacial de enormes potencialidades fronterizas que deben ser abordadas en términos de cooperación transfronteriza y más que espacios en transición, son al mismo tiempo lugares de encuentros interculturales, movilidades cotidianas e intercambios diversos, sometidos a constantes cambios en sus dinámicas locales.

En suma, las fronteras no son únicamente componentes políticos de los territorios en sus periferias nacionales, son también y de manera creciente ámbitos –espacios- de construcciones y organizaciones humanas con un alto grado de diversidad cultural y potenciales ambientales útiles para el desarrollo local.

Este rasgo definitorio forma parte de los soportes socio-territoriales que, sumado a la localización de algunos recursos naturales, podrán facilitar la articulación de políticas de desarrollo local binacional, considerando el desarrollo local como la conjunción de procesos socioeconómicos y culturales impulsados por agentes/actores con las miradas puestas en diversas escalas territoriales para alcanzar el bienestar de sus habitantes, y como señalan González y Farinos (2004, p. 356) el desarrollo local constituye “*el conjunto de acciones que estructuran un espacio local de acuerdo con un proyecto (visión) que persigue una meta global*”, para lo cual, en el caso de las fronteras, los acuerdos de integración multilaterales y bilaterales y la cooperación transfronteriza constituyen mecanismos esenciales que facilitan su instrumentación.

## Bibliografía

- CORPOELEC-EDELCA. *Situación actual del sistema eléctrico nacional*. Caracas. 2009
- CVG – EDELCA. Corporación Venezolana de Guayana. *Plan Maestro de la cuenca del río Caroní*. Ciudad Guayana. 2004
- ESCANDELL, Hector. *Estado Amazonas*. En: *GeoVenezuela*. Capítulo 37. Pp. 170-239. Fundación Polar. Caracas. 2008.
- IIRSA. *Facilitación de transporte en los pasos de frontera de Sudamérica*. 2002. [www.iirsa.org/](http://www.iirsa.org/) / Documentos.
- MARNR - Ministerio del Ambiente y los Recursos Naturales Renovables. *Atlas de la Vegetación de Venezuela*. Caracas. 1985
- \_\_\_\_\_. *Balance ambiental de Venezuela*. Caracas. 1995.
- \_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Parques. INPARQUES. *Venezuela*. Ecograph Proyectos y ediciones C.A. Caracas. 1997.
- ORTIZ, Renato. Identidades, Industrias, Cultura, Integración. En: *América Latina: un espacio cultural en el mundo global*. Pp. 322-334. Convenio Andrés Bello, Bogotá. 2002
- LEVY, Sary; ALAYÓN, Rubén. *Miradas y paradojas de la globalización*. BCV. Caracas. 2002.
- MITTERMEIER, R. A.; KORMOS, C. F.; MITTERMEIER, C. G.; ROBLES GIL P.; SANDWITH, T.; BESNAÇON, C. *Conservación transfronteriza: una nueva visión para las áreas protegidas*. CEMEX-Agrupación Sierra Madre-Conservación Internacional, México. 2005.

RONDÓN, Eleonora. Estado Delta Amacuro. En GeoVenezuela. Fundación Polar, Caracas. 2008

SEQUERA, S. Isbelia *et.al.* *Venezuela y su espacio fronterizo. El problema del Esequibo*. Instituto de Geografía y Desarrollo Regional. UCV. Caracas. 1987.

SUREDA, D. Rafael. Venezuela y la Guyana Esequiba. *En: GeoVenezuela*. Tomo 9. Fundación Polar. Caracas. 2009

TODTMANN, Oscar (Ed.) *Parques Nacionales de Venezuela*. Ecograph Proyectos y ediciones C.A. Caracas. 2003

VALERO MARTÍNEZ, Mario. *Las fronteras como espacios de integración*. Editorial Tropykos, Caracas. 2002.

\_\_\_\_\_. *Redes urbanas transfronterizas: dos escenarios venezolanos*. Revista Aldea Mundo. N° 28. Julio-Diciembre 2009. ULA-CEFI. San Cristóbal. 2009.





## GOSTOU DO LIVRO?

acesse [www.publit.com.br](http://www.publit.com.br) e descubra ou encomende novos títulos de seu interesse.

## QUER PUBLICAR O SEU?

Conheça nossas soluções editoriais de publicação.  
Qualidade, Rapidez e Baixo custo.

**PUBLIT** SOLUÇÕES  
EDITORIAIS

Prazer em Publicar



Rua Miguel Lemos, 41 - salas: 605 e 412 - Copacabana - Rio de Janeiro | RJ

email: [editor@publit.com](mailto:editor@publit.com) | 21 2525 3936

